

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I

CNPJ/MF: 09.630.103/0001-00

CEDENTE

NEGRESCO S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

no montante de até

R\$ 60.000.000,00

Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAAf
Código ISIN para Cotas Seniores da 1ª Série: BRCRDPCTF000
Categoria ANBID: FIDC

Oferta de cotas seniores da 1ª série de emissão do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I” (“Fundo”) (“Cotas Seniores da 1ª Série”) (“Oferta”), deliberada pela instituição administradora em 29 de Agosto de 2008. O Fundo e a distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série foram registrados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 30 de outubro de 2008, sendo que esta última foi registrada sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/057. Foram aprovadas a modificação e a prorrogação do prazo da Oferta pela CVM em 31 de agosto de 2009.

Distribuição de no mínimo, 25 (vinte e cinco) e no máximo 60.000 (sessenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, com valor inicial de R\$1.000,00 (um mil reais) por cada cota, perfazendo o total inicial de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Os direitos e características das Cotas Seniores da 1ª Série estão descritos neste prospecto (“Prospecto”) e no regulamento do Fundo (“Regulamento”), que integra este Prospecto como o Anexo I.

A deliberação de constituição do Fundo e o Regulamento foram registrados sob o nº 1.111.315 no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro em 10 de junho de 2008. Até a presente data, foram deliberados quatro aditamentos ao Regulamento, sendo que o primeiro foi registrado sob o nº 1.116.956, em 1º de setembro de 2008, o segundo sob o nº 1.118.290, em 22 de setembro de 2008, o terceiro sob o nº 1.122.379, em 1º de dezembro de 2008, e o quarto sob o nº 1.140.751, em 11 de agosto de 2009, todos registrados no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro. O Fundo é administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.201.501/0001-61 (“Instituição Administradora”).

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 29 A 38.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTARÁ DISPONÍVEL PARA OS INVESTIDORES DURANTE O PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO NAS SEDES DOS DISTRIBUIDORES E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 1 DESTE PROSPECTO.

Somente os Investidores Qualificados podem adquirir Cotas Seniores da 1ª Série.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços.”

ESTRUTURAÇÃO



INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA
E INTERMEDIÁRIA



AUDITORIA



GESTORA



CUSTODIANTE



AGENTE AUTÔNOMO
CONTRATADO



ASSESSORIA LEGAL



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AVISOS ANBID

Este Fundo pode utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Instituição Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Agente Autônomo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas e disposições relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos financeiros com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de regulação e melhores práticas para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	9
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA, E DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA	17
SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS	19
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	19
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FUNDO	20
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO	21
PÚBLICO ALVO	23
CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO.....	24
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO	24
CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA.....	24
MELHORES ESFORÇOS.....	25
INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO	25
<i>Divulgação de anúncios relacionados à distribuição.....</i>	<i>25</i>
<i>Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação.....</i>	<i>25</i>
<i>Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta</i>	<i>26</i>
<i>Devolução e reembolso aos investidores</i>	<i>27</i>
DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE	27
<i>Demonstrativo do custo da distribuição</i>	<i>28</i>
FATORES DE RISCO	29
RISCOS DE MERCADO.....	29
<i>Descasamento de taxas</i>	<i>29</i>
<i>Baixa valorização dos ativos</i>	<i>29</i>
<i>Flutuação de preços dos ativos.....</i>	<i>29</i>
<i>Sujeição dos ativos a oscilações diversas.....</i>	<i>30</i>
<i>Efeitos da política econômica do governo federal.....</i>	<i>30</i>
RISCOS DE CRÉDITO.....	30
<i>Inexistência de garantia das aplicações do Fundo.....</i>	<i>30</i>
<i>Inadimplência dos emissores dos ativos</i>	<i>30</i>
<i>Fatores macroeconômicos</i>	<i>31</i>
<i>Modificação de créditos por decisão judicial.....</i>	<i>31</i>
<i>Riscos decorrentes dos procedimentos adotados pela Cedente.....</i>	<i>31</i>
RISCOS DE LIQUIDEZ.....	31
<i>Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios</i>	<i>31</i>
<i>Falta de liquidez dos ativos financeiros</i>	<i>32</i>
<i>Fundo fechado e mercado secundário</i>	<i>32</i>
<i>Liquidação antecipada e amortização compulsória</i>	<i>32</i>
<i>Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento.....</i>	<i>32</i>
<i>Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada</i>	<i>32</i>

RISCOS PROVENIENTES DO USO DE DERIVATIVOS	33
<i>Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo.....</i>	<i>33</i>
<i>Oscilações no patrimônio do Fundo.....</i>	<i>33</i>
RISCOS ESPECÍFICOS.....	33
<i>Riscos operacionais.....</i>	<i>33</i>
<i>Riscos de descontinuidade.....</i>	<i>35</i>
<i>Riscos da Cedente.....</i>	<i>35</i>
OUTROS RISCOS	36
<i>Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios.....</i>	<i>36</i>
<i>Concentração em modalidade de investimento.....</i>	<i>37</i>
<i>Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento.....</i>	<i>37</i>
<i>Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante.....</i>	<i>37</i>
<i>Alteração do Regulamento.....</i>	<i>37</i>
<i>Ausência de notificação aos Devedores.....</i>	<i>37</i>
<i>Dação em pagamento de Direitos Creditórios.....</i>	<i>38</i>
<i>Inexistência de rendimento pré-determinado.....</i>	<i>38</i>
<i>Repasse de valores recuperados por escritórios de cobrança.....</i>	<i>38</i>
<i>Alteração da situação financeira dos Devedores.....</i>	<i>38</i>
<i>Despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas Seniores.....</i>	<i>38</i>
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	39
BASE LEGAL E CLASSIFICAÇÃO ANBID.....	39
OBJETO	39
FORMA DE CONSTITUIÇÃO	39
PRAZO DE DURAÇÃO	39
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	39
POLÍTICA DE INVESTIMENTO	40
<i>Aplicação em Direitos Creditórios.....</i>	<i>40</i>
<i>Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão.....</i>	<i>40</i>
<i>Aplicação da parcela remanescente do PL.....</i>	<i>41</i>
<i>Limites de concentração da carteira do Fundo.....</i>	<i>41</i>
<i>Operações com derivativos.....</i>	<i>41</i>
<i>Operações vedadas.....</i>	<i>41</i>
<i>Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo.....</i>	<i>41</i>
ORDEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	44
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO.....	44
COTAS	45
<i>Características gerais.....</i>	<i>45</i>
<i>Classes de Cotas.....</i>	<i>45</i>
<i>Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Subordinadas.....</i>	<i>45</i>
<i>Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série.....</i>	<i>46</i>
<i>Emissões de novas séries.....</i>	<i>46</i>
<i>Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série.....</i>	<i>46</i>

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS.....	49
<i>Amortização das Cotas Seniores da 1ª série.....</i>	<i>49</i>
<i>Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série.....</i>	<i>49</i>
<i>Amortização das Cotas Subordinadas</i>	<i>49</i>
<i>Outras informações a respeito da amortização de Cotas</i>	<i>49</i>
RESERVA DE PAGAMENTO E RESERVA DE LIQUIDEZ.....	50
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE	51
<i>Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>51</i>
<i>Metodologia de avaliação dos outros ativos</i>	<i>52</i>
ASSEMBLÉIA GERAL.....	52
<i>Competência</i>	<i>52</i>
<i>Procedimento de convocação e instalação</i>	<i>53</i>
<i>Nomeação de representante dos Cotistas</i>	<i>54</i>
<i>Direito de voto e critérios para apuração das deliberações.....</i>	<i>55</i>
<i>Deliberações especiais</i>	<i>55</i>
<i>Divulgação e eficácia das deliberações da Assembléia Geral</i>	<i>55</i>
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	55
<i>Eventos de Avaliação.....</i>	<i>56</i>
<i>Eventos de Revisão</i>	<i>57</i>
<i>Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação</i>	<i>58</i>
<i>Eventos de Liquidação.....</i>	<i>59</i>
<i>Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação</i>	<i>60</i>
HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS DE RESGATE DE COTAS MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO	
DE DIREITOS CREDITÓRIOS E/OU ATIVOS FINANCEIROS	60
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	61
<i>Despesas e encargos do Fundo.....</i>	<i>61</i>
<i>Informações obrigatórias e periódicas</i>	<i>62</i>
<i>Publicações.....</i>	<i>63</i>
<i>Atendimento aos Cotistas.....</i>	<i>63</i>
DIREITOS CREDITÓRIOS	64
CARACTERÍSTICAS.....	64
<i>Natureza.....</i>	<i>64</i>
<i>Para operações de crédito pessoal</i>	<i>64</i>
<i>Processo de originação</i>	<i>64</i>
<i>Política de concessão de crédito.....</i>	<i>66</i>
<i>Cobrança dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>68</i>

REMOÇÃO, ACRÉSCIMO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	69
VALOR E NÚMERO DE DIREITOS CREDITÓRIOS NA CARTEIRA DO FUNDO.....	70
PERFIL DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DA CEDENTE	70
CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	70
INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTOS	70
METODOLOGIA	71
PRAZOS DE VENCIMENTO, PERÍODOS DE AMORTIZAÇÃO E TAXAS DE JUROS	
DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	71
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	72
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA	72
<i>Histórico</i>	<i>72</i>
<i>Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora</i>	<i>73</i>
<i>Contratação de terceiros prestadores de serviço</i>	<i>75</i>
<i>Remuneração da Instituição Administradora</i>	<i>75</i>
<i>Substituição da Instituição Administradora.....</i>	<i>75</i>
CUSTODIANTE, CONTROLADOR E AGENTE ESCRITURADOR	76
<i>Histórico</i>	<i>76</i>
<i>Responsabilidades</i>	<i>77</i>
<i>Verificação do lastro dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>77</i>
<i>Remuneração do Custodiante</i>	<i>78</i>
<i>Substituição do Custodiante</i>	<i>78</i>
GESTORA	78
<i>Histórico</i>	<i>78</i>
<i>Remuneração da Gestora</i>	<i>79</i>
<i>Substituição da Gestora.....</i>	<i>79</i>
AGENTE AUTÔNOMO	79
<i>Histórico</i>	<i>79</i>
<i>Remuneração do Agente Autônomo</i>	<i>79</i>
<i>Substituição do Agente Autônomo</i>	<i>79</i>
AUDITOR.....	80
<i>Remuneração do Auditor</i>	<i>80</i>
<i>Substituição do Auditor</i>	<i>80</i>
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	80
<i>Remuneração da Agência Classificadora de Risco</i>	<i>80</i>
<i>Substituição da Agência Classificadora de Risco.....</i>	<i>80</i>
FIEL DEPOSITÁRIO.....	80
<i>Remuneração do Fiel Depositário</i>	<i>80</i>
<i>Substituição do Fiel Depositário</i>	<i>80</i>
AGENTE DE COBRANÇA.....	80
<i>Remuneração do Agente de Cobrança.....</i>	<i>81</i>

AGENTE DE RECEBIMENTO.....	81
<i>Remuneração do Agente de Recebimento.....</i>	<i>81</i>
<i>Substituição do Agente de Recebimento</i>	<i>81</i>
CONTRATADA.....	81
<i>Remuneração da Contratada.....</i>	<i>81</i>
<i>Substituição da Contratada</i>	<i>81</i>
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	82
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	82
TAXA DE CUSTÓDIA.....	82
TAXA DE DISTRIBUIÇÃO	83
OUTRAS DESPESAS	83
SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES	84
CONTRATO DE CESSÃO	84
CONTRATO DE CUSTÓDIA	86
CONTRATO DE COLOCAÇÃO.....	86
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS,	
DEPÓSITO DE DOCUMENTOS E OUTRAS AVENÇAS	86
GERENCIAMENTO DE RISCOS	87
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	87
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES.....	88
RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE	88
RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E O AUDITOR.....	88
RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E A GESTORA	89
RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E A CONTRATADA.....	89
RELACIONAMENTO ENTRE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E A AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	89
OUTROS RELACIONAMENTOS	89
REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO	91
TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	91
TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS.....	91
INFORMAÇÕES RELATIVAS À NEGRESKO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E	
INVESTIMENTOS	92
SUMÁRIO E ESTRUTURA SOCIETÁRIA	92
MERCADO ALVO.....	92
PRODUTOS E MODALIDADES	92
<i>Empréstimo Pessoal.....</i>	<i>93</i>
<i>Crédito Direto ao Consumidor – Cheque pré datado.....</i>	<i>93</i>
<i>Crédito Direto ao Consumidor – CDC Boletão.....</i>	<i>93</i>

ATUAÇÃO GEOGRÁFICA	93
ADMINISTRAÇÃO.....	93
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	94
EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	94

ANEXOS

ANEXO I	- REGULAMENTO	97
ANEXO II	- RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	189
ANEXO III	- ESTATUTO SOCIAL	207
ANEXO IV	- DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA E DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	221
ANEXO V	- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	225
ANEXO VI	- SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES	249

GLOSSÁRIO

Agência Classificadora de Risco	Standard&Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0001-40.
Agente Autônomo	Hampton Solfise Agente Autônomo de Investimento Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, sala 14, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.077.066/0001-31, na qualidade de agente autônomo de investimento, nos termos da Instrução CVM nº 434, de 22 de junho de 2006.
Agente de Cobrança	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda., sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.253.403/0001-78, que exercerá as atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, estando autorizada a subcontratar terceiros para o exercício dessa função.
Agentes de Recebimento	Banco do Brasil S.A.; Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Caixa Econômica Federal, as quais são as instituições financeiras, contratadas pela Cedente, mantenedoras das contas de depósito que receberão os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% do PL a ser mantido em Direitos Creditórios, após 90 dias do início de suas atividades.
Amortização Compulsória	Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores em situações especificadas no Regulamento.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.

Assembléia Geral	Assembléia geral de Cotistas do Fundo.
Auditor	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.
BM&F	Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDC	Crédito direto ao consumidor, concedido pela Cedente para aquisição de bens e serviços.
Cedente	Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, instituição financeira com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.379.829/0001-06.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Classe “C”	Composta por famílias que ganham de cinco a dez salários mínimos por mês.
Classes “D” e “E”	Composta por famílias que ganham abaixo de cinco salários mínimos por mês.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condições de Cessão	Requisitos dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo pela Cedente, constante na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” deste Prospecto, cuja observância é de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Contratada	Hampton Solfise Consultoria e Assessoria Administrativa Empresarial Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 192, Sala 14, inscrita no CNPJ sob o nº 04.954.559/0001-01, na qualidade de contratada da Instituição Administradora, em nome do Fundo, para prestação dos serviços de monitoramento dos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.
Contrato de Cessão	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios por meio do qual a Cedente prometerá ceder ao Fundo Direitos Creditórios originários de Financiamentos.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, que contém descrição dos serviços de custódia a serem prestados pelo Custodiante.
Cotas	Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.
Cotas Seniores	Todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Seniores da 1ª Série	Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas que ainda não tenham sido resgatadas.
Cotas Subordinadas	As que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas	Os titulares de Cotas Seniores ou Subordinadas, quando tratados em conjunto.

Cotistas Seniores	Titulares de Cotas Seniores em Circulação.
Credipar	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda, instituição com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.253.403/0001-78.
Crerios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para que sejam passíveis de aquisição pelo Fundo, constantes na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” deste Prospecto, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante previamente a cada cessão.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/n, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração das cotas do Fundo.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas na seção “Características Gerais do Fundo – Amortização das Cotas” deste Prospecto e no Suplemento da respectiva Série.
Datas de Amortização de Cotas Seniores	Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo Suplemento.
Data de Subscrição Inicial	Data da primeira subscrição e integralização de uma determinada Série.
Devedores	Pessoas físicas devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.

Dias Úteis	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro em âmbito nacional.
DI	Depósitos Interfinanceiros.
Direitos Creditórios	Direitos de crédito originados dos Financiamentos, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas, com exceção da taxa de ressarcimento de serviços de terceiros, cujo valor é discriminado no campo denominado “ressarcimento da prestação de serviços de terceiros” do termo de adesão ao Financiamento.
Direitos Creditórios Cedidos	São os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
Documentos Comprobatórios	Ficha cadastral do Devedor, os contratos celebrados com os Devedores que regulam os Financiamentos e os documentos pessoais do Devedor que foram analisados para a concessão do Financiamento.
Eventos de Avaliação	Aqueles cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	São os eventos descritos na seção “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo” deste Prospecto.
Fator de Adição	Percentual adicional às taxas médias diárias dos DI de um dia, definido no Suplemento da 1ª Série.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
FIDC	Fundo de Investimento em Direito Creditório.

Financiamento	Mútuos concedidos pela Cedente a pessoas físicas nas modalidades de CDC e de crédito pessoal.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I.
Gestora	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda., sociedade com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros nº 633, salas 401, 402 e 403, inscrita no CNPJ/MF sob o nº08.896.477/0001-09, contratada para efetuar a gestão da carteira do Fundo.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Instituição Administradora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001.61, sociedade autorizada pela CVM a administrar e gerir fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários.
Instituições Autorizadas	Banco do Brasil S.A.; Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; Banco ABN Amro Real S.A.; Banco Santander S.A.; Banco Citibank S.A.; e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
Instituição Intermediária	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/000161.

Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme regulamentação legal, e atualmente definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras.
Lojas Conveniadas	Lojas nas quais o consumidor pode realizar aquisições de bens de consumo por meio de financiamento na modalidade CDC, contraído junto à Cedente, ou obter mútuos simples, na modalidade de crédito pessoal, também junto à Cedente.
Oferta	Oferta Pública de Cotas Seniores da 1º Série de Emissão do Fundo.
Partes Relacionadas	Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.
PDD	Provisão para devedores duvidosos.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
PL	Patrimônio líquido do Fundo.
Prospecto	O presente prospecto definitivo de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série.
Razão Mínima	Relação mínima admitida entre o PL do Fundo e o valor das Cotas Seniores em Circulação, que será equivalente a no mínimo 117,6%, o que representa aproximadamente a proporção mínima de 15% de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL, conforme cálculo descrito na seção “Características Gerais do Fundo – Cotas” do presente Prospecto.
Regulamento	Regulamento do Fundo.
Reserva de Liquidez	Reserva constituída nos termos da seção “Características Gerais do Fundo – Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez” deste Prospecto.
Reserva de Pagamento	Reserva constituída nos termos da seção “Características Gerais do Fundo – Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez” deste Prospecto.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

Série de Emissão	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento.
SPC	Sistema de Proteção ao Crédito.
Suplemento	Documento que contém as características de cada Série de Cotas Seniores que eventualmente venha a ser emitida pelo Fundo e que, uma vez assinado e averbado pela Instituição Administradora no registro do Regulamento em Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de Rio de Janeiro, constituirá parte integrante do Regulamento.
Taxa Mínima de Cessão	Corresponde às taxas apuradas a cada cessão e definidas no item 10.1, (viii), “a”, “b” e “c” do Regulamento.
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Recompra	Instrumento que descreve os Direitos Creditórios a serem recomprados pela Cedente, bem como os termos e condições a que se subordina sua recompra, conforme modelo indicado no Anexo IV do Contrato de Cessão.
Títulos e Ativos	Constituem títulos e ativos: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “i” e “ii” acima; (iv) títulos e valores mobiliários de quaisquer dos seguintes emissores e desde que permaneçam classificados na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificação por agência de classificação de risco localizada no País: (a) Banco do Brasil S.A.; (b) Banco Bradesco S.A.; (c) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; (d) Banco ABN Amro Real S.A.; (e) Banco Santander S.A.; (f) Banco Safra S.A.; (g) Banco Citibank S.A.; e (h) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo. (v) cotas de fundos de investimento em renda fixa, assim definidos pela Instrução nº409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, administrados ou não pela Instituição Administradora, que sejam abertos e de longo prazo e cuja política de investimentos preveja a aplicação de, no mínimo, 95% do PL nos ativos referidos nos itens “i” e “ii” acima; e (vi) operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do Regulamento, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA, E DEMAIS
ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OFERTA**

Instituição Administradora	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar 20030-905– Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3974-4500 Fax : (21) 3974-4501 www.bnymellon.com.br
Instituição Intermediária	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar 20030-905– Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 3974-4500 Fax : (21) 3974-4501 www.bnymellon.com.br
Agente Autônomo	Hampton Solfise Agente Autônomo de Investimento Ltda Rua Iguatemi, nº 192 sala 14 01451-010 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3078-4270 Fax: (11) 3078-4270 www.hamptonsolfise.com.br
Gestora	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. Avenida Borges de Medeiros, nº 633, salas 401, 402 e 403 22430-042 – Rio de Janeiro – RJ Telefone: 3974-4500 Fax: 3974-4500 www.bnymellon.com.br
Custodiante	Banco Bradesco S.A. Av. Yara, s/n 06029-900 - São Paulo – SP Telefone: (11) 4002-0022 Fax : (11) 4002-0022 www.bradescocustodia.com.br

Auditor	<p>KPMG Auditores Independentes. Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 – São Paulo – SP Telefone: (11) 2183-3310 Fax: (11) 2183-3752 www.kpmg.com.br</p>
Agência Classificadora de Risco	<p>Standard & Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar 05426-100 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701</p>
Consultores legais	<p>Levy & Salomão Advogados Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2601 – 12º andar 01452-924 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3555-5050 Fax: (11) 3555-5048 www.levysalomao.com.br</p>
Entidade reguladora	<p>Comissão de Valores Mobiliários Rua Sete de Setembro, nº 111 20050-901 – Rio de Janeiro – RJ Telefone e Fax: (21) 3233-8686 www.cvm.gov.br</p>
Mercado de negociação primária e secundária	<p>CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar 01009-000 – São Paulo – SP Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925 Fax: (11) 3111-1563 www.cetip.com.br</p>

SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DO FUNDO E DA DISTRIBUIÇÃO DE COTAS

O presente capítulo contém informações sobre a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ou por meio do Agente Autônomo. Para informações sobre os principais termos e condições da oferta pública das Cotas Seniores da 1ª Série, veja o capítulo “Características gerais do Fundo” abaixo.

Informações relativas à Oferta

Emissor das Cotas	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I.
Instituição Intermediária	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agente Autônomo	Hampton Solfise Agente Autônomo de Investimento Ltda.
Regime de distribuição	Melhores esforços.
Cedente dos Direitos Creditórios	Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Volume de emissão e Valor unitário de Cotas da 1ª Série	Emissão de no mínimo 25 e no máximo 60.000 Cotas Seniores da 1ª Série no valor de R\$1.000,00 cada, na data da primeira subscrição das Cotas Seniores da 1ª série, perfazendo o volume total de emissão de R\$ 60.000.000,00.
Valor mínimo de aplicação em Cotas Seniores da 1ª Série	R\$ 25.000,00.
Remuneração alvo das Cotas Seniores da 1ª Série	As taxas médias diárias dos DI de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 Dias Úteis acrescidas de 3% ao ano e incidentes sobre o valor do saldo não amortizado da Cota Sênior, a partir da Data de Subscrição Inicial da 1ª Série, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior da 1ª Série, nos termos do item “Características Gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.
Amortização das Cotas Seniores da 1ª Série	A partir do 5º Dia Útil do 2º mês calendário após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores serão amortizadas mensalmente pelo valor correspondente à variação positiva acumulada do valor da Cota Sênior, entre a Data de Subscrição Inicial, no caso da primeira parcela de amortização, ou a data de pagamento da última parcela de amortização, nos demais casos, e o último Dia Útil anterior à data de pagamento da parcela de amortização em referência.

Adicionalmente, a partir do 5º Dia Útil do 12º mês após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores será amortizado mensalmente em 24 pagamentos.

Resgate das Cotas Seniores da 1ª Série	O resgate ocorrerá na data da última amortização das Cotas Seniores que se dará no 36º mês contado da Data de Subscrição Inicial ou em data anterior no caso de liquidação antecipada do Fundo.
Reforços de créditos e garantias existentes	Não haverá reforços de crédito ou garantias para as Cotas Seniores da 1ª Série*.
Publicações	“Diário Mercantil” do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo que o anúncio de encerramento da Oferta poderá ser publicado, a critério da Instituição Administradora, também no jornal Valor Econômico.

*Para fins deste documento, as Cotas Subordinadas, ainda que sejam as primeiras a sofrerem eventuais perdas do Fundo, não são consideradas como reforço de crédito.

Informações relativas ao Fundo

O Fundo tem como objeto a aquisição de Direitos Creditórios performados oriundos de Financiamentos celebrados entre Cedente e os Devedores. Maiores informações sobre as modalidades de crédito concedidos pela Cedente podem ser encontradas na seção “Direitos Creditórios – Características – Natureza” deste Prospecto.

A carteira de Direitos Creditórios do Fundo será revolvente, o que significa que, à medida que os Direitos Creditórios do Fundo forem sendo liquidados, a Instituição Administradora poderá utilizar tais recursos para a aquisição de novos direitos creditórios, a fim de proporcionar a rentabilidade esperada para as Cotas Seniores, até a data de resgate.

O Fundo pode manter o remanescente de seu PL em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, isolada ou cumulativamente, nos Títulos e Ativos, conforme definido neste Prospecto. O investidor interessado, antes de adquirir Cotas Seniores da 1ª Série, deve ler cuidadosamente a seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo.

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores da 1ª série será apurada com base na acumulação de 100% do valor das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, Extra Grupo, com base em um ano de 252 Dias Úteis, à qual será adicionado o Fator de Adição, equivalente a 3% ao ano. Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas. Para maiores informações sobre a remuneração a que poderá fazer jus o investidor, consulte a seção abaixo “Características Gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Adicionalmente, a partir do 5º Dia Útil do 12º mês após o mês de início da Subscrição Inicial da 1ª série de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores será amortizado mensalmente em 24 pagamentos.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou classe de Cotas ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto na seção “Características Gerais do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo.

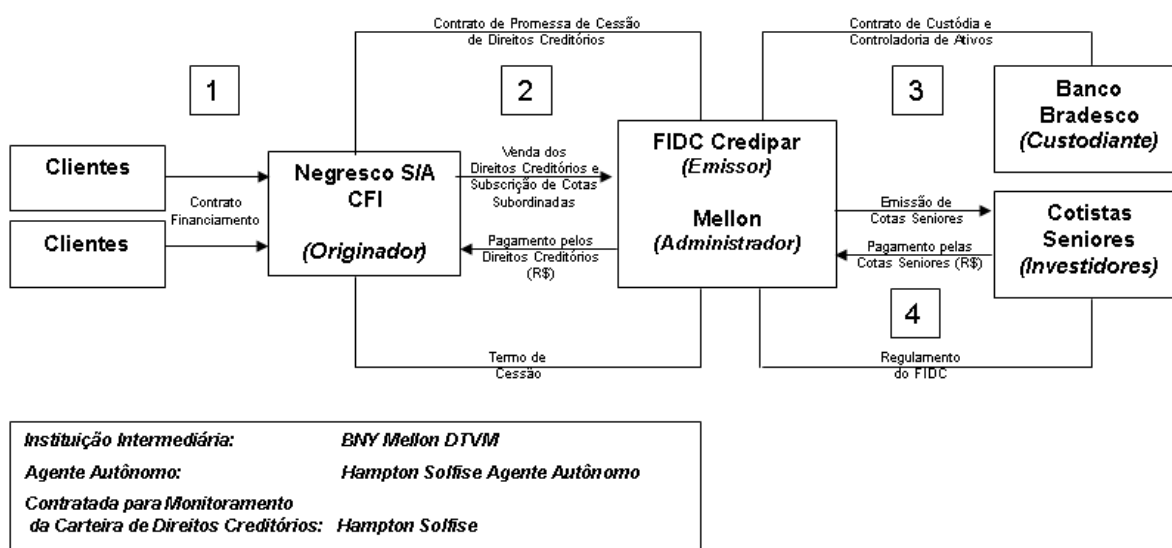
O Fundo tem prazo de duração de 240 meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série, podendo ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Liquidação” abaixo.

Cada série de Cotas Seniores poderá ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, o qual será estabelecido no respectivo Suplemento. O prazo de duração das Cotas Seniores da 1ª Série será de 36 meses, de acordo com os termos do Suplemento relativo às Cotas Seniores da 1ª Série, que se encontra no Anexo VI deste Prospecto.

A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na seção “Fatores de Risco” abaixo, que deve ser lido cuidadosamente pelo investidor interessado em aplicar seus recursos no Fundo.

O investidor pode compreender melhor a estrutura e o funcionamento do Fundo através do fluxograma abaixo.

Fluxograma da securitização



1. Os Devedores celebram com a Cedente os Financiamentos de bens e serviços nas modalidades de CDC e de crédito pessoal.

2. Desde que atendidos as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade, o Fundo adquire os Direitos Creditórios ofertados à cessão pela Cedente.

3. O Fundo emite Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores são distribuídas publicamente e subscritas pelos Investidores Qualificados enquanto as Cotas Subordinadas são subscritas pela Cedente. Com os recursos obtidos pela integralização de Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas, o Fundo efetua o pagamento do preço de cessão à Cedente pela cessão dos Direitos Creditórios. O Fundo pode, ainda, adquirir outros Títulos e Ativos, que serão custodiados pelo Custodiante.

4. Os Devedores efetuam o pagamento dos Direitos Creditórios, cujos recursos são recebidos pela Cedente que os repassa ao Fundo. O Fundo, desde que seu patrimônio permita, efetua a amortização das Cotas, bem como efetua o resgate da Cota, no encerramento de seu prazo.

Os Devedores pertencem, em sua maioria, às Classes “C”, “D” e “E”. De forma a pulverizar o risco entre os Devedores, a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 1% da totalidade da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para maiores informações sobre o histórico do desempenho da carteira de direitos creditórios, veja a seção “Direitos Creditórios – Perfil da Carteira de Direitos Creditórios da Cedente” deste Prospecto.

A fim de alcançar os resultados esperados, o Fundo possui mecanismos de controle internos (*credit enhancement*), quais sejam:

- i) relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores equivalente a, no mínimo, 117,6%, o que representa aproximadamente a proporção mínima de 15% de Cotas Subordinadas em relação ao total do PL;
- ii) preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente, vinculado a níveis mínimos de Cotas Subordinadas;
- iii) Reserva de Liquidez, correspondente a 1,5% do PL;
- iv) Reserva de Pagamento constituída mensalmente pela interrupção programada da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo;
- v) Índice de Liquidez, correspondente ao montante de recebimento de pagamentos de Direitos Creditórios de sua titularidade, igual ou superior a 2 vezes o valor estimado de amortizações, e
- vi) regras restritivas para amortização de Cotas Subordinadas.

Para maiores informações sobre tais mecanismos de controle, veja os capítulos “Características Gerais do Fundo”, “Cotas” e “Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez”, bem como o capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Público alvo

O Fundo visa a atingir Investidores Qualificados quer sejam pessoa natural, jurídica e/ou investidores institucionais, que busquem retorno no médio e longo prazos, de rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas Seniores da 1ª Série, bem como o prazo de maturação do investimento.

A carteira de Direitos Creditórios do Fundo será revolvante, o que significa que, à medida em que os Direitos Creditórios do Fundo forem sendo liquidados, a Instituição Administradora poderá utilizar tais recursos para a aquisição de novos direitos creditórios, a fim de proporcionar a rentabilidade esperada para as Cotas Seniores, até a data de resgate.

CONDIÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

Procedimento de distribuição

A Instituição Intermediária ou o Agente Autônomo colocam publicamente junto aos Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços, até 60.000 Cotas Seniores da 1ª Série, no valor total de até R\$60.000.000,00, na Data de Subscrição Inicial, com quantidade mínima de colocação de 25 Cotas Seniores da 1ª Série. Até a data deste Prospecto não foi subscrita qualquer Cota.

A colocação pública prevista é realizada na forma e condições seguintes:

- i) a colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série tiveram início após (a) o registro da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série na CVM; (b) a disponibilização do Prospecto ao público; e (c) a publicação do anúncio de início de distribuição;
- ii) a colocação é pública, realizada em mercado de balcão organizado, não havendo recebimento de reservas antecipadas, devendo ser assegurado tratamento justo e equitativo para todos os destinatários e aceitantes da oferta pública de Cotas Seniores da 1ª Série;
- iii) a colocação visa exclusivamente a Investidores Qualificados, assim considerados os Investidores Qualificados definidos pela Instrução nº 409/04, da CVM;
- iv) a integralização das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição;
- v) a colocação pública das Cotas Seniores da 1ª Série deverá ocorrer até 25 de dezembro de 2009; e
- vi) não serão celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para as Cotas Seniores da 1ª Série.

Cronograma de etapas da Oferta

Encontra-se abaixo cronograma indicativo das etapas da distribuição:

EVENTOS		DATA
1.	Protocolo da documentação na CVM	3 de setembro 2008
2.	Disponibilização do Prospecto nos sites	3 de setembro de 2008
3.	Obtenção do registro da Oferta na CVM	30 de setembro de 2008
4.	Apresentação sobre a Oferta para os potenciais investidores	A partir de 3 de setembro de 2008
5.	Publicação do anúncio de início da Oferta	2 de outubro de 2008
6.	Prorrogação do prazo da Oferta por 180 dias, pela CVM	15 de abril de 2009
7.	Prorrogação do prazo da Oferta por 90 dias e autorização da modificação da Oferta, pela CVM	31 de agosto de 2009
8.	Publicação do aviso de modificação da Oferta	2 de setembro de 2009
9.	Data limite de publicação do anúncio de encerramento da Oferta	25 de dezembro de 2009

Melhores esforços

Esta Oferta será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

Início e encerramento da distribuição

A colocação e subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série tiveram início após: (i) o registro da distribuição na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início de distribuição; e (iii) a divulgação do Prospecto aos investidores.

A colocação das Cotas Seniores da 1ª Série deve ser efetuada inicialmente na CETIP. O prazo máximo para colocação é de 180 dias a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição. Acatando pedido da Instituição Intermediária, a CVM prorrogou o prazo original da Oferta por 180 dias, em 15 de abril de 2009. Houve, ainda, em 31 de agosto de 2009, a prorrogação do prazo da Oferta pela CVM por mais 90 dias, tendo-se em vista a modificação das condições da Oferta. A data limite para colocação das Cotas Seniores da 1ª Série é 25 de dezembro de 2009.

A Oferta será encerrada com a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série. Caso não seja subscrita a totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série, findo o prazo de colocação, é permitido o cancelamento do saldo não colocado, a critério da Instituição Intermediária. Após o encerramento da Oferta deverá ser publicado anúncio de encerramento.

Frise-se que a Instituição Intermediária deverá suspender a qualquer momento a Oferta na ocorrência de qualquer fato, ato ou irregularidade que chegue a seu conhecimento que venha a justificar a suspensão ou o cancelamento do registro.

Divulgação de anúncios relacionados à distribuição

Todas as publicações que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos investidores serão feitas no jornal Diário Mercantil, publicado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo que o anúncio de encerramento da Oferta poderá ser publicado, a critério da Instituição Administradora, também no jornal Valor Econômico.

Manifestação de aceitação ou de revogação da aceitação

A aceitação da Oferta dar-se-á com a assinatura do boletim de subscrição pelo investidor. A revogação da aceitação pelo investidor, por sua vez, somente poderá ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Instrução nº 400/03, da CVM, e deverá se dar mediante carta protocolada na sede da Instituição Intermediária até o 5º Dia Útil subsequente (i) à publicação do aviso informando sobre a modificação ou suspensão da Oferta, ou (ii) ao recebimento de comunicação sobre a modificação ou suspensão da Oferta.

Modificação, suspensão, cancelamento e prorrogação da Oferta

A presente Oferta foi modificada, essencialmente, conforme descrito no quadro abaixo:

CONDIÇÃO	ALTERAÇÃO
Prazo	O prazo das Cotas Seniores é reduzido de 60 para 36 meses.
Remuneração alvo das Cotas Seniores	A remuneração alvo das Cotas Seniores passa de 114% da Taxa DI ao ano para 100% da Taxa DI, acrescida de 3% ao ano.
Remuneração da Instituição Administradora	Passa a ser assegurada à Instituição Administradora, em relação à parcela variável, remuneração mínima mensal de R\$2.000,00. Adicionalmente, no primeiro mês, a remuneração fixa mensal da Instituição Administradora será de R\$16.000,00, e não mais de R\$15.000,00.
Preço de aquisição dos Direitos Creditórios	A Taxa Mínima de Cessão, antes variável de 3% a 4,2% para subordinações mínimas de 10% a 21% do Patrimônio Líquido, passa a variar de 3,9% a 5,2% para subordinações mínimas de 15% a 25% do Patrimônio Líquido.
Reserva de Pagamento	A aquisição de novos Direitos Creditórios para constituição da Reserva de Pagamento passa a ser interrompida 60 dias antes de cada amortização, não sendo mais aplicado o prazo de 30 dias antes vigente.
Relação Mínima	A relação mínima admitida entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores é elevada de 111,1% para 117,6%.
Amortização das Cotas Seniores	É reduzido de 48 para 24 o número de pagamentos mensais correspondentes à amortização do valor do principal das Cotas Seniores.
Evento de Avaliação	Considera-se um Evento de Avaliação se o valor total das parcelas vencidas e não pagas há no máximo 90 dias e há no mínimo 61 dias relativas aos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo corresponder, por 5 Dias Úteis consecutivos, a mais de 20% do valor total dos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo. Antes seria um Evento de Avaliação se o valor total dos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo com parcelas vencidas e não pagas há no máximo 90 dias e há no mínimo 61 dias correspondesse a 8% do valor total dos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo por 5 Dias Úteis consecutivos.

Referida modificação da Oferta foi aprovada pela CVM em 31 de agosto de 2009 que, atendendo a requerimento da Instituição Administradora, ainda prorrogou o prazo da Oferta por mais 90 dias. A Instituição Administradora comunicou ao mercado a alteração das condições da Oferta por meio do aviso ao mercado publicado no Jornal Diário Mercantil e no Jornal Valor Econômico em 2 de setembro de 2009.

A presente Oferta poderá ter novamente seus termos modificados, conforme previstos pela Instrução nº 400/03, da CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento da Instituição Administradora, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias.

Qualquer modificação da presente Oferta deverá ser divulgada imediatamente mediante publicação de aviso. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta, porém, deverão ser diretamente comunicados pela Instituição Intermediária a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio. Adicionalmente, a Instituição Intermediária deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A presente Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, caso esteja se processando em condições diversas das constantes na legislação aplicável ou no registro concedido pela CVM ou caso seja considerada ilegal ou fraudulenta, ainda que obtido o respectivo registro.

A Instituição Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta mediante carta com aviso de recebimento, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar sua aceitação no prazo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da carta. Não obstante, a divulgação ao mercado da suspensão ou cancelamento da Oferta deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso.

Devolução e reembolso aos investidores

Observado o disposto no parágrafo subsequente, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas Seniores da 1ª Série subscritas: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta. Para a restituição referida acima, serão utilizados os procedimentos adotados pela CETIP. A restituição dos valores devidos aos investidores deverá ocorrer em até 10 Dias Úteis contados da publicação do aviso ao mercado informando sobre a modificação, suspensão ou cancelamento da Oferta, e que deverá conter o procedimento de restituição.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, ficando, porém, estabelecido que esses recursos serão devolvidos aos investidores sem adição de juros ou correção monetária.

Distribuição, subscrição e integralização das Cotas Seniores da 1ª Série

Os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores da 1ª Série devem contatar a Instituição Intermediária ou o Agente Autônomo e tomar as providências nos termos definidos pela Instituição Intermediária.

No ato de subscrição das Cotas Seniores da 1ª Série, o investidor (i) assinará o boletim individual de subscrição, que será autenticado pela Instituição Intermediária e (ii) receberá exemplar deste Prospecto e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da carteira do Fundo e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. A integralização das Cotas Seniores da 1ª Série pode ser efetuada por meio de TED ou transferência de recursos entre contas mantidas na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente, ou de acordo com os procedimentos da CETIP cabendo à Instituição Intermediária, em conjunto com a Instituição Administradora, assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas Seniores da 1ª Série.

Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até as 15h00 de determinado Dia Útil, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos. Caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após 15h00 de determinado Dia Útil, ou em dia que não seja útil, será utilizado o valor da Cota Sênior da 1ª Série no primeiro Dia Útil subsequente.

Para o cálculo do número de Cotas Seniores da 1ª Série a que tem direito o investidor, não será deduzido do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 25.000,00 por investidor.

A totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série será colocada publicamente pela Instituição Intermediária sob regime de melhores esforços.

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores da 1ª Série, não havendo, portanto, requisitos de dispersão.

Demonstrativo do custo da distribuição

Segue abaixo tabela com o custo máximo da distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série :

CUSTOS	MONTANTE (EM R\$)	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO
Despesas de registro	82.870,00	0,14%
Agência Classificadora de Risco	R\$ 102.053,61	0,17%
Assessores legais	166.000,00	0,28%
Comissão da Instituição Intermediária	600.000,00	1,00%
Material publicitário	25.698,25	0,04%
Revisão especial pelos Auditores	42.000,00	0,07%
Outros*	3.000,00	0,01%
Total	1.021.621,86	1,70%

* Estão incluídas nesta categoria despesas como realização de apresentações, locomoção de pessoas, dentre outros.

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO	
Custo total da distribuição	1.021.621,86
Número de Cotas Seniores emitidas na 1ª Série	60.000
Custo de distribuição por Cota	17,03

Os custos relativos à distribuição das Cotas Seniores serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Informações sobre o relacionamento entre as partes envolvidas na distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série encontram-se no capítulo “Operações com Partes Relacionadas e conflito de interesses” abaixo.

FATORES DE RISCO

O investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto ao fundo como às próprias cotas. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações deste Prospecto e do Regulamento antes de tomar a decisão de investimento em Cotas Seniores da 1ª Série.

Riscos de mercado

Descasamento de taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI. Ademais, a Instituição Administradora e a Gestora não estão obrigadas a contratar operações de *swap* de taxas prefixadas por DI over. Desta forma, se a taxa de remuneração do DI elevar-se substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. A Cedente, o Fundo, a Gestora, o Custodiante e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Baixa valorização dos ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à remuneração das Cotas Seniores em Circulação, o que pode fazer com que os recursos do Fundo tornem-se insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores. Nessa hipótese, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente, nem a Gestora, nem o Custodiante e nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

Flutuação de preços dos ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

Sujeição dos ativos a oscilações diversas

Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do PL, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Efeitos da política econômica do governo federal

O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente a rentabilidade dos ativos do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas Seniores.

Riscos de crédito

Inexistência de garantia das aplicações do Fundo

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Agente Autônomo, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo, nem a Gestora, nem o Custodiante, nem a Instituição Administradora, nem o Agente Autônomo prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Inadimplência dos emissores dos ativos

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Fatores macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais ao Fundo, e podendo afetar a rentabilidade das Cotas Seniores.

Modificação de créditos por decisão judicial

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Cotas Seniores.

Riscos decorrentes dos procedimentos adotados pela Cedente

A aprovação dos Financiamentos depende de análise da adequação das condições pessoais dos Devedores à política interna de concessão de crédito da Cedente, a qual se encontra descrita de forma resumida na seção “Direitos Creditórios – Características” abaixo. Contudo, ainda que a Cedente submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos assumidos para com a Cedente. Caso os compromissos assumidos pelos Devedores não sejam devidamente cumpridos, a rentabilidade das Cotas Seniores pode ser afetada adversamente.

Riscos de liquidez

Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios

O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas Seniores..

Falta de liquidez dos ativos financeiros

A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

Fundo fechado e mercado secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Cedente, do Custodiante, do Agente Autônomo, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

Liquidação antecipada e amortização compulsória

As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no suplemento da respectiva Série. No entanto, há eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como amortização compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento

Será constituída Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas no Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

Riscos provenientes do uso de derivativos

Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo

Somente com vistas a proteger posições detidas à vista pelo Fundo poderão ser contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

Oscilações no patrimônio do Fundo

A Gestora poderá contratar operações de *swap* de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Gestora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas. Ainda, há a possibilidade de o Fundo auferir PL negativo em decorrência das operações realizadas, o que poderá acarretar na necessidade de realizar aportes adicionais de recursos no Fundo por seus Cotistas.

Riscos específicos

Riscos operacionais

Verificação por amostragem

A verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por amostragem por meio de auditoria trimestral realizada pelo Custodiante ou por auditor contratado para este fim. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente por amostragem, e em muitos casos após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Falhas dos Agentes de Recebimentos

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos dos Direitos Creditórios Cedidos. Assim, qualquer falha de procedimento dos Agentes de Recebimento poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, e eventualmente a prejuízos às Cotas Seniores.

Forma de pagamento dos Direitos Creditórios

A liquidação dos Direitos Creditórios ainda não vencidos ocorrerá por meio de depósito de cheques pré-datados ou pagamento de boletos pelos Devedores em instituições financeiras ou nas Lojas Conveniadas. Em todos os casos, os recursos são recebidos em ou transferidos para contas de depósito de titularidade da Cedente mantidas junto aos Agentes de Recebimento. A Cedente tem a obrigação de efetuar a conciliação dos arquivos recebidos das Lojas Conveniadas e dos Agentes de Recebimento, com a finalidade de identificar os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos e transferi-los para a conta corrente de titularidade do Fundo em até 2 Dias Úteis contados do efetivo recebimento. Tendo em vista que as contas mantidas junto aos Agentes de Recebimento são de titularidade da Cedente e que a efetiva transferência dos recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos dependerá de ato unilateral da própria Cedente, poderá haver atrasos motivados, por exemplo, por problemas operacionais ou intervenção, liquidação ou falência da Cedente. Nessas hipóteses, muito embora a Cedente tenha o dever legal e obrigacional de transferir ao Fundo os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

Risco da Cedente

A concessão de Financiamentos é realizada mediante verificação prévia do risco de crédito do Devedor. É possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo (como ausência de assinatura do contrato que deu origem ao Direito Creditório). Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente

A Cedente é, na qualidade de fiel depositária, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora a Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

Guarda dos cheques pré-datados

A custódia dos cheques pré-datados relacionados aos Direitos Creditórios será efetuada por dois dos Agentes de Recebimento: Banco Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. Ao Fundo foi outorgada, pela Cedente, procuração em causa própria que o autoriza, em nome da Cedente, a verificar bem como a retirar os cheques relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos que estejam sob a custódia de referidos Agentes de Recebimento. Embora tais Agentes de Recebimento tenham a obrigação de permitir ao Fundo livre acesso a referidos títulos, por diversos motivos esse acesso pode ser dificultado, podendo retardar eventual auditoria e cobrança. Adicionalmente, não pode ser afastado o risco de tais cheques serem danificados ou extraviados. Em quaisquer das hipóteses, pode haver maior dificuldade na cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, podendo afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Pré-pagamento

Em caso de pré-pagamento pelos Devedores dos Financiamentos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos, a Cedente não é responsável por ressarcir o Fundo de eventual diferença positiva existente entre (i) o valor que o Fundo iria receber caso a liquidação do Financiamento fosse realizada no prazo acordado entre o Devedor e a Cedente; e (ii) o valor efetivamente pago pelo Devedor mediante a liquidação antecipada do Financiamento. Essa diferença de valores poderá afetar negativamente a rentabilidade dos ativos do Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas Seniores.

Riscos de descontinuidade

Liquidação antecipada

O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, dentre elas o não cumprimento da Alocação Mínima decorrente da diminuição de Direitos Creditórios Cedidos. Nos termos do Contrato de Cessão, tanto a Cedente quanto o Fundo têm a faculdade, e não a obrigação, de ceder ou adquirir Direitos Creditórios; logo, a cessão somente será realizada se, por exemplo, o preço de cessão for interessante a ambas as partes e estiver dentro dos parâmetros de mercado. Sendo assim, é possível que a cessão não apresente vantagens à Cedente a ponto de o Fundo não conseguir mais adquirir Direitos Creditórios, o que poderia levá-lo ao não cumprimento da Alocação Mínima e conseqüentemente à liquidação antecipada. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas.

Observância da Alocação Mínima

O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que a Cedente conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a esta exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória.

Riscos da Cedente

Descumprimento do Contrato de Cessão

Conforme estabelecido no Contrato de Cessão, a Cedente poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo ou à Amortização Compulsória.

Diminuição da quantidade de Direitos Creditórios elegíveis

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita na seção “Características Gerais do Fundo – Política de Investimento” abaixo, bem como atender aos Critérios de Elegibilidade. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais mútuos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda a Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito pessoal ou de crédito direto ao consumidor também podem levar à diminuição da quantidade, ou até a inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente

Os Direitos Creditórios pagos pelo Devedor são antes recebidos em contas de depósito de titularidade da Cedente que então os repassa ao Fundo. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente, há a possibilidade de os recursos recebidos pela Cedente e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Adicionalmente, a intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento da Alocação Mínima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas. É recomendável que os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores consultem os demonstrativos financeiros da Cedente, que constam do Anexo V deste Prospecto, especialmente no que se refere ao balanço patrimonial e demonstrativo de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2007 e 2008.

Outros riscos

Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios

Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

Concentração em modalidade de investimento

O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em poucos tipos de investimento eleva as possibilidades de que o Fundo venha a sofrer perda patrimonial, podendo afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento

Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderia sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.

Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante

O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares neste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Alteração do Regulamento

O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembléia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

Ausência de notificação aos Devedores

A notificação dos Devedores será facultada ao Fundo, pois a notificação não é condição de validade da cessão, mas apenas de eficácia da mesma em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil, e o procedimento para cobrar os Direitos Creditórios não sofrerá alteração após a cessão promovida pelo presente Contrato.

Nesse sentido, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores poderiam ser afetados negativamente.

Dação em pagamento de Direitos Creditórios

No caso de liquidação do Fundo em que a Assembléia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

Inexistência de rendimento pré-determinado

As Cotas Seniores terão seu valor apurado todo Dia Útil, conforme os critérios estabelecidos no Regulamento. Tais critérios visam a definir qual parcela do PL deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas Seniores. Portanto, os Cotistas Seniores somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Repasso de valores recuperados por escritórios de cobrança

Conforme descrito na seção “Direitos Creditórios – Características” abaixo, em caso de inadimplência, poderão ser acionados terceiros (geralmente escritórios de cobrança) para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios terceiros que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores está sujeito a fraudes, desvios de valores, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do patrimônio do Fundo, e afetando a rentabilidade das Cotas Seniores.

Alteração da situação financeira dos Devedores

A cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios é precedida de verificação pela Cedente de registros de inadimplência junto ao SPC na data da concessão dos Financiamentos. Como não se faz nova checagem da situação de inadimplência do Devedor, é possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período após a cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios, caso em que o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das cotas seniores poderão ser adversamente afetados.

Despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas Seniores

O Agente de Cobrança realizará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em situação de inadimplência, fazendo jus à remuneração fixa para o exercício dessa função, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Instrução nº 356/01, da CVM. É facultado ao Fundo, porém, a qualquer tempo, contratar outro agente de cobrança. Nessa hipótese, o custo do novo agente de cobrança poderá ser significativamente maior, e o Fundo poderá não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas. É possível que a maioria dos Cotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Também é possível que os Cotistas Seniores aprove o aporte de recursos para adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, mas que eles não atinjam os resultados mínimos almejados. Em qualquer das hipóteses, o PL e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

Base legal e classificação ANBID

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regulado pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada.

Objeto

O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos de sua política de investimento.

Forma de constituição

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Prazo de duração

O prazo de duração do Fundo será de 240 meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento.

As diferentes séries de Cotas Seniores poderão ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, os quais serão especificados no respectivo Suplemento. O prazo de duração das Cotas Seniores da 1ª Série será de 36 meses, de acordo com os termos do Suplemento relativo às Cotas Seniores da 1ª Série, que se encontra no Anexo VI deste Prospecto.

Objetivo de investimento

O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios, os quais serão originários de Financiamentos.

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores será apurada com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis. Para as Cotas Seniores da 1ª Série, o referido valor será calculado de acordo com a fórmula definida no item “Características Gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” abaixo.

Após a distribuição dos rendimentos às Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Cotas Subordinadas.

Política de investimento

Após 90 dias contados da Data da Subscrição Inicial, o Fundo deverá manter a Alocação Mínima, correspondente a, no mínimo, 50% de seu PL em Direitos Creditórios.

Aplicação em Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão. Não haverá coobrigação da Cedente em relação ao pagamento dos Direitos Creditórios. Não obstante, a Cedente é responsável pela existência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão

As Condições de Cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pela Cedente, são exclusiva e cumulativamente:

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamento:
 - a) concedido pela Cedente aos Devedores;
 - b) livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
 - c) cuja contratação tenha observado as políticas de crédito estabelecidas pela Cedente, conforme o disposto no Anexo II do Regulamento; e
 - d) cujo Devedor não tenha apontamentos no SPC, na data de concessão do Financiamento.
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios relativos a determinado Financiamento deve abranger a totalidade do contrato, incluindo todas as parcelas originadas do referido Financiamento;
- iii) as informações referentes ao respectivo Financiamento devem ter sido transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia;

- iv) os Direitos Creditórios não podem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa de que a Cedente tenha conhecimento, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer a respectiva liquidez e certeza;
- v) os Direitos Creditórios não devem ter sido originados de qualquer tipo de renegociação de outro Financiamento;
- vi) o Devedor não se encontra inadimplente quanto ao cumprimento de qualquer outra obrigação pecuniária em relação à Cedente, suas respectivas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- vii) o respectivo Financiamento contém somente Direitos Creditórios com valor nominal pré-fixado e frequência de pagamento mensal; e
- viii) o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente, à vista, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, deverá corresponder ao menor valor dentre os seguintes: valor presente do Financiamento a que se refere, pela taxa do próprio Financiamento ou valor presente do Financiamento a que se refere, pela taxa mínima de cessão (“Taxa Mínima de Cessão”) nos seguintes termos:
 - a) Taxa Mínima de Cessão de 5,2% ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 15% e menor que 20% do PL;
 - b) Taxa Mínima de Cessão de 4,6% ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 20% e menor que 25% do PL; e
 - c) Taxa Mínima de Cessão de 3,9% ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 25% do PL.

Em qualquer hipótese, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá ser realizada a parâmetros de mercado, nos termos do disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução nº 356/01, da CVM.

Os Direitos Creditórios decorrentes dos Financiamentos passíveis de aquisição pelo Fundo devem apresentar as seguintes características, nas quais se constituem os Critérios de Elegibilidade:

- i) a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 1% da totalidade da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;

- ii) os Devedores não devem estar, no momento de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- iii) os Direitos Creditórios a serem adquiridos não podem estar vencidos e não pagos;
- iv) o vencimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos não deve ser superior a 720 dias contados da sua data de aquisição.

O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pela Cedente e nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembléia Geral.

Qualquer decisão assemblear que delibere sobre alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade deverá ser comunicada em até 48 horas pela Instituição Administradora ao Custodiante e este verificará o prazo para implementação nos sistemas e caso, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações, poderá requerer à Instituição Administradora, por escrito, o término do Contrato de Custódia, em até 15 Dias Úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo.

Caso o Custodiante não se manifeste em até 10 dias após a comunicação da Instituição Administradora, serão considerados aceitos tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembléia Geral, em relação aos Critérios de Elegibilidade. Não obstante, o Custodiante somente terá a obrigação de verificação dos Critérios de Elegibilidade alterados ou incluídos após o decurso do prazo de 15 dias do comunicado acima referido.

Na hipótese de qualquer Direito Creditório deixar de atender os Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo não haverá direito de regresso contra o Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Aplicação da parcela remanescente do PL

O Fundo pode manter a parcela do seu PL que não for investida em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou aplicá-la, isolada ou cumulativamente, nos Títulos e Ativos.

Limites de concentração da carteira do Fundo

O Fundo poderá aplicar no máximo 20% de seu PL em ativos de emissão e/ou coobrigação de um mesmo devedor, que não os Devedores dos Direitos Creditórios, excetuando-se os mencionados no item acima.

Após a cessão pretendida, como requisito de diversificação da carteira do Fundo, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo não pode ser superior a 1% da totalidade da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Operações com derivativos

As operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que (a) tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade “com garantia” em favor do Fundo, e (b) a contraparte deverá ser Instituição Autorizada; e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade “com garantia”.

Operações vedadas

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operação de renda variável.

Outras informações relevantes acerca da política de investimento do Fundo

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio, podendo, inclusive, auferir PL negativo, o que exigiria aportes adicionais de recursos para parte dos Cotistas. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no capítulo “Fatores de risco” acima. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente as disposições desse item, responsabilizando-se por seu investimento no Fundo.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do FGC ou da Cedente ou do Custodiante ou da Gestora ou do Agente Autônomo.

Ordem e aplicação dos recursos

A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora e o Custodiante obrigam-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na provisão para despesas e encargos devidos nos 3 meses subseqüentes, ou período inferior, a critério da Instituição Administradora;
- iii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) na constituição da Reserva de Liquidez;
- v) na constituição da Reserva de Pagamento;
- vi) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento; e
- vii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Regras de movimentação

Somente Investidores Qualificados poderão adquirir Cotas.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial, e até a publicação do Anúncio de Encerramento, nos termos do capítulo “Sumário dos Termos e Condições do Fundo e da Distribuição de Cotas” acima.

O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá na data da última amortização. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. O resgate de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo desde que observada a Razão Mínima.

Cotas

Características gerais

As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembléia Geral.

As Cotas serão escriturais e mantidas em contas de depósitos em nome de seus respectivos titulares junto ao Custodiante, na qualidade de agente escriturador das Cotas. A qualidade de Cotista caracteriza-se, justamente, pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

Classes de Cotas

As Cotas serão divididas em 2 classes, sendo uma classe de Cotas Seniores e uma classe de Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries.

As Cotas Seniores ofertadas publicamente serão avaliadas pela Agência Classificadora de Risco e tal avaliação será atualizada trimestralmente. Não haverá classificação de risco das Cotas Subordinadas.

Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Prospecto.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Prospecto. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Prospecto. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

Os critérios para amortização das Cotas e distribuição dos rendimentos estão previstos na seção “Características Gerais do Fundo – Amortização das Cotas” abaixo.

Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Subordinadas

O Fundo deverá observar, durante seu prazo de existência, a Razão Mínima, que corresponde à manutenção de Cotas Subordinadas em montante correspondente a 15% do valor do PL do Fundo.

Na hipótese de inobservância da Razão Mínima por período superior a 2 Dias Úteis, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente a Cedente sobre tal fato que, por sua vez, poderá exercer a faculdade de, em até 2 Dias Úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão Mínima, o qual será definido e informado pela Instituição Administradora. Ressalte-se que, nesse caso, a Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo.

A inobservância da Razão Mínima por período superior a 8 Dias Úteis ensejará um Evento de Avaliação.

Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série

O Fundo e a distribuição de suas Cotas Seniores obtiveram classificação de risco “brAAAF”, conferida pela Standard & Poor’s.

Emissões de novas séries

Fica a critério da Instituição Administradora a deliberação relativa a emissões de novas séries e consequentes distribuições de Cotas Seniores desde que:

- i) seja observada a Razão Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja requerida, por escrito, pela Cedente; e
- iii) seja emitida carta pela Agência Classificadora de Risco, a qual deverá ser requerida pela Instituição Administradora, reafirmando que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores obtidas em séries anteriores.

Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série

Desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, a valorização das Cotas Seniores será apurada com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de Fator de Adição conforme descrito abaixo (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o valor do saldo não amortizado da Cota Sênior, a partir da Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e incorporados ao valor de cada Cota Sênior ao final de cada “Período de Capitalização”, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

- i) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das Cotas, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da Cota Sênior da respectiva Série no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as taxas DI apuradas, sendo que:
 - a) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na Data de Subscrição Inicial da respectiva Série, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data; e

- b) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

O cálculo do valor de cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá a seguinte fórmula, que deverá ser reproduzida no respectivo suplemento:

$$VN = VNe \times [(FatorDI - 1) + Fator de Adição] + 1]$$

sendo que:

VN = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no final do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produto das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 6 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI de ordem k relativa ao período dk, calculada com 6 casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dK}{252}} - 1,$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., n

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 6 casas decimais; e

dk = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

Fator de Adição = Fator de ordem k relativa ao período dk, calculada com 6 casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$FA_k = \left(\frac{FA_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., n

FAk = 3%; e

dk = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da FA, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

n = número de Dias Úteis entre a próxima data de Amortização e a data de Amortização anterior, sendo "n" um número inteiro; e

N = 252.

Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 6 casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produto dos fatores $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 6 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 6 casas decimais, com arredondamento; e
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} + \text{Fator de Adição})$ é considerado com 6 casas decimais, com arredondamento.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

Amortização das Cotas

Amortização das Cotas Seniores da 1ª série

A partir do 5º Dia Útil do 2º mês calendário após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas mensalmente pelo valor correspondente à variação positiva acumulada do valor da Cota Sênior, entre a Data de Subscrição Inicial, no caso da primeira parcela de amortização, ou a data de pagamento da última parcela de amortização, nos demais casos, e o último Dia Útil anterior à data de pagamento da parcela de amortização em referência.

Adicionalmente, a partir do 5º Dia Útil do 12º mês após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores da 1ª Série será amortizado mensalmente em 24 pagamentos mensais.

Amortização Compulsória das Cotas Seniores da 1ª Série

A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

A Instituição Administradora deverá, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembléia Geral para deliberar sobre o novo cronograma de amortização, se não for possível manter os termos do cronograma originalmente estipulado, observado que a Amortização Compulsória, nos termos do parágrafo acima, independe de aprovação da Assembléia Geral.

Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos descritos acima, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no Suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme acima previsto. Os Cotistas serão informados, inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 2 Dias Úteis previamente à realização da Amortização Compulsória.

Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional ao valor das respectivas Cotas.

Amortização das Cotas Subordinadas

As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a critério da Instituição Administradora, no primeiro Dia Útil subsequente à Data de Amortização de Cotas Seniores de qualquer Série, desde que: (i) haja recursos suficientes para tanto; (ii) seja observado o limite estabelecido pela Razão Mínima; (iii) tenham sido realizadas pelo menos 36 cessões de Direitos Creditórios ao Fundo; (iv) o valor a ser amortizado assegure ao Fundo, após a amortização pretendida, uma Subordinação igual ou superior à Subordinação Mínima; (v) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (vi) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores.

Para fins do item (iv) acima, a Subordinação Mínima será o percentual correspondente à respectiva média aritmética das Taxas Mínimas de Cessão vigentes por ocasião das últimas 36 cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme a tabela abaixo:

MÉDIA ARITMÉTICA DAS TAXAS MÍNIMAS DE CESSÃO	SUBORDINAÇÃO MÍNIMA
Maior ou igual a 5,2%	15%
Menor que 5,2% e maior ou igual a 4,6%	20%
Menor que 4,6% e maior ou igual a 3,9%	25%

A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no parágrafo anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas, desde que observada ao tempo de cada amortização a Razão Mínima.

As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembléia Geral.

A amortização de Cotas Subordinadas somente poderá ser realizada até o limite necessário à manutenção da Razão Mínima previsto no item “Características Gerais do Fundo – Cotas – Relação mínima entre o PL e o valor das Cotas Seniores” deste Prospecto.

Outras informações a respeito da amortização de Cotas

O procedimento ora previsto não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

Reserva de Pagamento e Reserva de Liquidez

O Fundo deverá manter, durante seu prazo de existência, o Índice de Liquidez, que corresponde ao montante de recebimento de pagamentos de Direitos Creditórios de sua titularidade, igual ou superior a 2 vezes o valor estimado de amortizações de Cotas Seniores do mês subsequente.

Na hipótese de desenquadramento do Índice de Liquidez por 3 meses consecutivos, a Instituição Administradora, desde que notificada pela Contratada, interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios até que este índice seja reenquadrado.

O Fundo deverá manter, durante seu prazo de existência, a Reserva de Liquidez, que corresponde à reserva, em montante correspondente a moeda corrente nacional e Títulos e Ativos, em montante equivalente a 1,5% do PL.

A Instituição Administradora interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios 60 dias antes de cada amortização, até que o saldo em moeda corrente nacional e em Títulos e Ativos, líquido da (i) provisão para despesas e encargos devidos naquele mês e no mês subsequente e da (ii) Reserva de Liquidez, corresponda a 100% do valor estimado da respectiva amortização (“Reserva de Pagamento”).

Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, nos termos acima referidos, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

Caso a Reserva de Pagamento não atinja o valor estimado até a data da respectiva amortização, a Instituição Administradora poderá utilizar a Reserva de Liquidez para honrar a respectiva amortização, sendo que, neste caso deverá manter a interrupção da aquisição de novos Direitos Creditórios até a recomposição da Reserva de Liquidez.

O procedimento ora previsto não constitui promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, da Gestora ou do Custodiante, de que haverá recursos suficientes para a constituição da reservas, representando apenas um objetivo a ser por ela perseguido.

Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe

Metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item “Características Gerais do Fundo – Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe – Metodologia de avaliação dos outros ativos” abaixo, e desde que a Instituição Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do CMN.

As Cotas de cada classe e Série terão seu valor calculado todo Dia Útil.

O valor unitário das Cotas Seniores será o apurado conforme o previsto no item “Características Gerais do Fundo – Cotas – Valorização das Cotas Seniores da 1ª Série” deste Prospecto.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

Metodologia de avaliação dos outros ativos

Os Títulos e Ativos que integram a carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no Manual de Precificação de Ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede da Instituição Administradora ou no sítio eletrônico do Custodiante, www.bradescocustodia.com.br.

Assembléia Geral

Competência

É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição e/ou contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;

- x) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xi) deliberar sobre a alteração da remuneração das Cotas Seniores;
- xii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 10 Dias Úteis ou por imposição legal;
- xiii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xiv) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xv) deliberar sobre a substituição do Custodiante;
- xvi) deliberar sobre a substituição do Agente de Cobrança;
- xvii) deliberar sobre a substituição da Contratada; e
- xviii) deliberar sobre a substituição do Auditor.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 dias, contados da data do protocolo da alteração do Regulamento junto à CVM.

Procedimento de convocação e instalação

A convocação de Assembléia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, correio eletrônico ou publicação no periódico utilizado pelo Fundo. A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contados do envio aos Cotistas de comunicação ou da publicação no periódico utilizado pelo Fundo.

Não se realizando a Assembléia Geral, será providenciada a expedição aos Cotistas de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 dias contados da realização da Assembléia Geral.

Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% do total das Cotas emitidas.

As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista.

Nomeação de representante dos Cotistas

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado da Cedente; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente.

Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou da Cedente para exercer tal função.

Direito de voto e critérios para apuração das deliberações

Todas as decisões serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas que estejam em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes na Assembleia Geral.

Somente podem votar nas Assembleias Gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembleias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos Cotistas presentes.

Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembleia Geral.

Não terão direito a voto na Assembleia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.

Deliberações especiais

Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Seniores em circulação e dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em circulação, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a:

- i) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão;
- ii) valorização das Cotas;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) alteração do item 14.2.3 do Regulamento, que dispõe sobre novas emissões de Cotas Seniores e consta transcrito no item “Características Gerais do Fundo – Cotas – Novas emissões” acima;
- vi) cobrança de taxas – que não a taxa de administração; e
- vii) alteração da forma de cálculo da Razão Mínima.

Divulgação e eficácia das deliberações da Assembleia Geral

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 dias de sua realização.

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 240 meses contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série.

Caso no último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada, o prazo do Fundo será automaticamente prorrogado até a data em que seja realizada Assembléia Geral para determinar os procedimentos para entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas nos termos do item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral - Competência” acima ou em que for constituído o condomínio mencionado no item “Características Gerais do Fundo - Hipóteses e procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros” abaixo.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas Seniores terão direito de partilhar o PL na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva Série e no limite desses valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Cotas Seniores.

Na data de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas poderão receber Direitos Creditórios e/ou outros ativos que integrem a carteira do Fundo em pagamento do resgate das Cotas.

Eventos de Avaliação

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores em qualquer nível;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que, notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 Dias Úteis a contar do recebimento da notificação;
- v) inobservância pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas nos respectivos contratos, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 5 Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- vii) rescisão do Contrato de Custódia;
- viii) renúncia do Custodiante;

- ix) caso a Taxa DI deixe de ser apurada e/ou divulgada por prazo superior a 10 Dias Úteis;
- x) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão;
- xi) caso o valor total das parcelas vencidas e não pagas há no máximo 90 dias e há no mínimo 61 dias relativas aos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo, seja, por 5 Dias Úteis consecutivos, correspondente a mais de 20% do valor total dos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo;
- xii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no Regulamento;
- xiii) inobservância, por 8 Dias Úteis consecutivos, da Razão Mínima;
- xiv) resilição do Contrato de Cessão; e
- xv) caso seja efetuada uma Amortização Compulsória.

Eventos de Revisão

Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iii) caso a Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- iv) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$5.000.000,00, considerados em conjunto;
- v) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios;
- vi) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado adequadamente, no entendimento da Instituição Administradora, dentro do prazo de 5 Dias Úteis contados do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;

- vii) realização de qualquer negócio ou ato jurídico que acarrete ou possa resultar na alteração dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora, ressalvada as possibilidades de alteração já expressamente previstas no Contrato de Cessão e no Regulamento;
- viii) comprovação de que a Cedente tenha reiterada e dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão;
- ix) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente e que possam impactar no regular cumprimento das obrigações da Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

A Cedente deverá notificar, por escrito, a Instituição Administradora e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima imediatamente após tomar conhecimento de sua ocorrência.

Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Avaliação

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembléia Geral, a ser realizada em no mínimo 10 dias e até 15 dias contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação. Caso a referida Assembléia Geral decida que tal Evento de Avaliação não deve ser considerado como um Evento de Liquidação, os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo poderão ser imediatamente retomados.

Caso a Assembléia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos na seção “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo” abaixo, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 20 dias contados da data da Assembléia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação.

Caso o Evento de Avaliação não seja entendido pela Assembléia Geral como um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembléia Geral para o saneamento do Evento de Avaliação, bem como para manutenção das atividades regulares do Fundo, inclusive reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembléia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembléia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembléia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

Para fins de verificação do disposto no subitem “xi” do item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” acima, a Instituição Administradora deverá calcular no último Dia Útil de cada mês a razão do somatório do valor dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, conforme respectiva faixa de atraso, pelo valor nominal da totalidade dos Direitos Creditórios do Fundo, na respectiva data de apuração.

Eventos de Liquidação

Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) à Cedente; e/ou (b) à Instituição Administradora; e/ou (c) a quaisquer sociedades controladoras das pessoas referidas anteriormente;
- ii) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- iii) na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 Dias Úteis ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- iv) comprovação de que a Cedente, agindo de má-fé, tenha oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios inexistentes, ou que já haviam sido cedidos a terceiros;
- v) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item “Características Gerais do Fundo – Liquidação do Fundo – Eventos de Avaliação” acima;
- vi) não pagamento, em até 5 Dias Úteis contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- vii) caso a Cedente deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento daquela.

O Fundo será liquidado automaticamente, independentemente de deliberação da Assembléia Geral, na ocorrência das hipóteses abaixo indicadas:

- i) se durante 3 meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00; e
- ii) por determinação da CVM.

Procedimentos adotados na ocorrência de Eventos de Liquidação

Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos Cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de quorum, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.

Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Disponibilidades disponíveis no patrimônio do Fundo serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$10,00 por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

Hipóteses e procedimentos de resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou ativos financeiros

A Assembléia Geral deverá definir o período máximo durante o qual as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último Dia Útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para tanto, deverá ser convocada Assembléia Geral para definir o procedimento a ser adotado.

Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada por rateio, considerando o número de Cotas detido por cada Cotista na ocasião, e priorizando-se o resgate das Cotas Seniores.

Na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em Circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes após a liquidação de todos os valores devidos aos titulares de Cotas Seniores serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio acima referida, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

O Custodiante e/ou a empresa contratada para tanto fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 60 dias (contado da notificação dos titulares das Cotas Seniores referida acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

Informações complementares

Despesas e encargos do Fundo

Além da taxa de administração prevista na seção “Remuneração dos Prestadores de Serviços – Taxa de Administração” abaixo, todo o disposto no artigo 56 da Instrução CVM nº 356/01 constitui encargo do Fundo, sendo que quaisquer despesas não previstas no referido artigo devem correr por conta da Instituição Administradora.

Informações obrigatórias e periódicas

A Instituição Administradora deverá, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos obrigatórios e periódicos constantes da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo de outras previstas neste item.

A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas, no mínimo, a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico referido no item “Publicações” abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e o último relatório da Agência Classificadora de Risco.

A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Publicações

Todas as publicações mencionadas serão feitas inicialmente no jornal “Diário Mercantil”, publicado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo que o anúncio de encerramento da Oferta poderá ser publicado a critério da Instituição Administradora, também no jornal Valor Econômico.

A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembléia Geral e alteração do Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

Atendimento aos Cotistas

Para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os investidores interessados na aquisição de Cotas Seniores da 1ª Série poderão dirigir-se à Instituição Administradora, à Instituição Intermediária, à CVM, ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado no capítulo “Identificação da Instituição Administradora, da Instituição Intermediária e demais entidades envolvidas na Oferta” acima, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.bnymellon.com.br, www.cvm.gov.br e www.cetip.com.br

Os investidores poderão dirigir-se à Instituição Administradora ou à Instituição Intermediária para encaminhamento de eventuais dúvidas, sugestões ou reclamações.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Características

Natureza

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Devedores nas modalidades de CDC e crédito pessoal, direcionados principalmente às Classes “C”, “D” e “E”.

O CDC representa o Financiamento concedido pela Cedente destinado à compra de bens ou ao pagamento de serviços nas Lojas Conveniadas, podendo ser pago pelos Devedores através de cheques pré-datados ou boletos bancários. A liquidação do CDC contraído por meio de cheque pré-datado ocorre por meio da compensação dos cheques em datas pré-determinadas. Já a liquidação do CDC por boleto bancário ocorre por meio do pagamento mensal do boleto impresso na própria loja, que pode ser pago na rede bancária da Caixa Econômica Federal, Lotéricas ou nas Lojas Conveniadas. Em ambas as hipóteses, a Cedente reembolsa as Lojas Conveniadas em relação ao valor emprestado aos Devedores. Ressalte-se que a taxa de juros para essa modalidade de Financiamento é fixa e o número de parcelas é definido no momento da concessão do crédito.

A concessão do crédito pessoal, por sua vez, não está condicionada à compra de bens ou serviços. Essa modalidade de Financiamento representa um empréstimo parcelado, desvinculado de qualquer compra, que pode ser pago pelos Devedores por meio de cheques pré-datados ou de boletos bancários. A entrega do crédito se dá por meio de depósito na conta corrente do cliente, por meio de cheque à vista nominal cruzado ou através da entrega de dinheiro em espécie, pela Loja Conveniada, ao cliente. Neste caso, o cliente outorga procuração à Loja Conveniada para que esta receba diretamente da Cedente o valor que tenha sido adiantado ao cliente.

Para operações de crédito pessoal

A taxa de juros e o número de parcelas são definidos no momento do saque. Assim como o CDC, a liquidação do empréstimo ocorre mediante o pagamento do boleto ou da compensação do cheque em data pré-determinada.

Ressalte-se que na concessão de todos os produtos acima descritos, a Cedente assume o risco do inadimplemento do Devedor perante a Loja Conveniada.

Processo de origem

A origem dos Financiamentos junto aos Devedores ocorre por meio da atuação das Lojas Conveniadas, as quais oferecem aos seus clientes, no momento em que esses vão efetuar a aquisição de algum produto ou serviço, a possibilidade de financiá-los ou ainda a de obter um empréstimo pessoal junto à Cedente.

Atualmente, cerca de 1.800 lojistas, representados por aproximadamente 2.500 lojas de bens de consumo e de varejo, fazem parte da rede credenciada autorizada a distribuir os produtos da Cedente.

O credenciamento de uma loja depende de análise da Cedente não apenas o seu desempenho comercial, mas também da gestão do lojista. Uma vez credenciada, tanto a Loja Conveniada, quanto a Cedente assinam o “Termo de Adesão ao Contrato de Financiamento Direto ao Consumidor”. É importante mencionar que a avaliação do desempenho de cada uma das Lojas Conveniadas é realizada pela Cedente continuamente, mesmo após o seu credenciamento..

As Lojas Conveniadas são responsáveis por:

- i) solicitar prévia autorização à Cedente para a concessão do crédito, responsabilizando-se pelo preenchimento correto dos dados cadastrais, pela constatação da veracidade dos mesmos e a identificação do proponente com base na documentação apresentada, por informar adequadamente ao cliente as condições do Financiamento, além da responsabilidade de colher e atestar a autenticidade das assinaturas, mediante conferência e confronto com a documentação original;
- ii) emitir o borderô com o movimento dos créditos liberados e entregá-los à Cedente com os respectivos Termos de Adesão devidamente preenchidos e assinados pelos respectivos Devedores e avalistas, se for o caso.

A Cedente exime-se da responsabilidade e desobriga-se de efetuar o pagamento à Loja Conveniada dos valores referentes ao Termo de Adesão, quando:

- i) as propostas de crédito e/ou Termos de Adesão forem preenchidos de forma incorreta, adulterados ou falsificados;
- ii) não forem observadas, por parte da Loja Conveniada, as demais obrigações pactuadas nos Termos de Adesão.

Os produtos da Cedente são oferecidos no ato da compra, pelos vendedores da Loja Conveniada, que seguem um roteiro de simulação das condições do financiamento através de um sistema de *Credit Scoring* disponibilizado via Internet pela Cedente.

Uma vez que o cliente da Loja Conveniada decide contratar um Financiamento com a Cedente, os vendedores da Loja Conveniada preenchem a ficha cadastral e, imediatamente, a encaminham à Cedente por meio físico, via mensageiro, ou por qualquer meio eletrônico, sendo que, na maioria dos casos, o encaminhamento é realizado através do sistema eletrônico padrão da Cedente (Sistema GIS). Ressalte-se que a análise dos documentos pessoais e dos comprovantes de renda do cliente é realizada pela Loja Conveniada, que é a fiel depositária desses documentos.

Recebida a ficha cadastral do cliente, a Cedente inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (i) consultar as referências pessoais do cliente; (ii) analisar os dados e informações constantes da ficha cadastral; (iii) verificar o vínculo empregatício do cliente, se aplicável; (iv) consultar os órgãos de proteção ao crédito, notadamente o SPC; e (v) efetuar as consultas internas ao eventual histórico de pagamento do cliente em relação à Cedente.

Em seguida, a Cedente informa a Loja Conveniada se irá aprovar ou rejeitar a proposta de concessão de crédito ao cliente. Aprovada a concessão do Financiamento e permanecendo o interesse do cliente em realizá-lo, a Loja Conveniada responsável pela operação recolhe a assinatura do cliente no termo de adesão e os cheques pré-datados, se for o caso, atesta a autenticidade das assinaturas mediante conferência e confronto com a documentação original apresentada e libera o crédito ao cliente.

Como regra geral, até o fim do terceiro Dia Útil subsequente ao recebimento da documentação de cadastro do cliente, a Cedente paga à Loja Conveniada, nos termos do que constar no borderô: (i) o valor dos bens financiados pelos clientes; e (ii) o montante de crédito pessoal adiantado pelas Lojas Conveniadas aos clientes.

Política de concessão de crédito

A concessão de Financiamento depende da verificação de alguns requisitos. É imprescindível que (i) o Devedor possua uma renda mínima mensal de um salário mínimo, (ii) tenha idade superior a 18 anos e (iii) forneça, preferencialmente, três telefones diferentes (comercial, residencial e referências pessoais), sendo dois fixos.

Além dos requisitos descritos acima, sem prejuízos de outros requisitos existentes, os seguintes critérios constituem pré-requisitos mínimos para que o cliente esteja apto a obter concessão de Financiamento junto à Cedente:

- i) o valor do Financiamento deve observar o limite de comprometimento da renda líquida do cliente, estabelecido no manual de regras da Cedente, o qual pode ser de até 50% da renda líquida do cliente, conforme modalidade de financiamento contratada e status do cadastro do cliente, sendo que o limite máximo de 50% aplica-se à modalidade CDC cheque, concedido a cliente já cadastrado perante a Cedente e cujo pagamento tenha sido dividido em, no máximo, 3 parcelas;
- ii) não possuir apontamentos no SPC;
- iii) não possuir outros financiamentos ou empréstimos cujas prestações estejam atrasadas perante a Cedente;
- iv) não ser estudante, estagiário, funcionário temporário, nem estar desempregado ou recebendo seguro desemprego;
- v) o Devedor deve ter tempo mínimo de residência fixa de um ano;

- vi) para assalariados: estabilidade mínima de emprego atual de 6 meses, sendo que é desejável que seja comprovado uma experiência de 1 ano no emprego anterior;
- vii) para aposentados e pensionistas: apresentação de documentos e comprovantes exigidos para a categoria, principalmente o número do benefício previdenciário;
- viii) para autônomos: apresentação de documento de experiência de crédito no mercado, compatível com a solicitação de crédito;
- ix) para agricultores e trabalhadores rurais: apresentação do número de matrícula junto a cooperativas ou indústrias que comprem sua produção, bem como valores recebidos por safra. Caso as informações sejam desconhecidas, será obrigatória a apresentação do número do INCRA e das notas fiscais de venda da produção e, ainda, experiência de crédito compatível, caso necessário;
- x) para profissionais liberais: apresentação da carteira do conselho regional a que pertencem, informações relativas à renda informada e, ainda, experiência de crédito compatível, caso necessário; e
- xi) para proprietários de caminhões, táxis e assemelhados: apresentação de documento comprobatório da propriedade do veículo em nome próprio, alvará de permissionário da Prefeitura local e experiência de crédito compatível, caso necessário.

Na hipótese de o proponente não exercer atividade profissional ou quando houver necessidade de se considerar a sua renda somada a de seu cônjuge para o enquadramento da parcela, será aplicada a composição de renda. A composição de renda é permitida somente quando realizada com o cônjuge e desde que não existam restrições internas ou externas – tais como apontamentos no SPC para ambos. Outras rendas poderão ser consideradas, para fins de composição de renda, se comprovadas por documentação pertinente ou se for comprovado vínculo empregatício.

A Cedente pode requerer uma comprovação de experiência de crédito, mediante a apresentação de um carnê de financiamento tomado com outro credor, quitado há menos de 6 meses contados do novo pedido, cujo valor seja compatível com a solicitação de crédito.

As peculiaridades que impeçam a aprovação do crédito mediante a aplicação dos pré-requisitos acima podem, eventualmente, ser analisadas por alçadas superiores, que têm poderes para decidir pela concessão do Financiamento, se assim entenderem conveniente.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Existem duas modalidades de Financiamento, CDC e crédito pessoal. Adicionalmente, existem duas formas para pagamento ordinário dos Financiamentos: (i) depósito de cheques pré-datados entregues pelo Devedor previamente à concessão do Financiamento; e (ii) pagamento, pelo Devedor, dos boletos bancários.

As etapas de cobrança ordinária são a seguir descritas:

- i) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos poderão ser pagos em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e nas Lojas Conveniadas, sendo então direcionados para contas de depósito de titularidade da Cedente junto aos Agentes de Recebimento;
- ii) após a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios cedidos somente poderão ser pagos nas agências da Caixa Econômica Federal (que é o único Agente de Recebimento para boletos), nas Casas Lotéricas e nas Lojas Conveniadas, sendo então direcionados para contas de depósito de titularidade da Cedente;
- iii) na data de vencimento, os cheques pré-datados serão depositados pelos Agentes de Recebimento em contas de depósito de titularidade da Cedente;
- iv) em até 2 Dias Úteis, os recursos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos recebidos pela Cedente em contas de depósito de sua titularidade serão direcionados para conta corrente de titularidade Fundo; adicionalmente, a Cedente deverá informar ao Custodiante e à Instituição Administradora a qual Direitos Creditórios referem-se os recursos transferidos, no mesmo Dia Útil em que ocorrer a transferência.

A partir do 3º Dia Útil contado da data de vencimento, inicia-se o procedimento de cobrança extrajudicial pelo Fundo de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, a ser conduzido pelo Agente de Cobrança. O Agente de Cobrança deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 3º Dia Útil, inclusive, de atraso no pagamento de parcela do Financiamento, o Devedor deve ser contatado por telefone por funcionários do Agente de Cobrança, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) por volta do 12º dia contados do atraso no pagamento de Direito Creditório, é enviada correspondência ao Devedor cobrando o valor inadimplido;
- iii) por volta do 22º dia contados da data de vencimento, o Agente de Cobrança deverá notificar o SPC sobre o inadimplimento;
- iv) se, apesar das providências acima descritas, o Devedor permanecer em atraso, por volta do 32º dia contados da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação do Devedor junto ao SPC;

- v) por volta do 36º dia (para cobranças via boleto) e do 61º dia (para cobranças via cheques) contados da inadimplência, a cobrança deverá ser transferida para escritórios de cobrança especializados com atuação no Município em que o respectivo Devedor tenha domicílio. Os escritórios de cobrança atuam em nome do Agente de Cobrança, que permanece responsável pelo esforço de cobrança perante o Fundo;
- vi) é permitido ao escritório de cobrança contratado, referido no item “iv” acima, a concessão de abatimentos, nos termos da política de cobrança da Cedente e do Agente de Cobrança; e
- vii) em alguns casos específicos, poderá se dar início à ação de execução judicial da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

Para a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Agente de Cobrança se compromete a utilizar exatamente os mesmos critérios que utiliza para cobrar os Direitos Creditórios que sejam de titularidade da Cedente. Adicionalmente, o Agente de Cobrança é responsável por arrecadar os valores cobrados, reconciliá-los e preparar um arquivo de baixa de Direitos Creditórios cobrados de titularidade do Fundo a ser enviado diariamente ao Custodiante.

Os valores arrecadados deverão ser transferidos ao Fundo em até 2 Dias Úteis a contar do recebimento de tais valores pela Cedente.

Remoção, acréscimo ou substituição dos Direitos Creditórios

A Cedente tem a faculdade de recomprar os Financiamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos com uma ou mais parcelas vencidas há mais de 60 dias e o Fundo tem a faculdade de vendê-los, mediante o pagamento, pela Cedente ao Fundo, do valor contabilizado pelo Fundo do respectivo Financiamento. Não será admitida a recompra parcial do Financiamento pela Cedente.

Se o Fundo e a Cedente decidirem pela recompra de Direitos Creditórios Cedidos, o preço da recompra, nos termos acima definidos, será submetido pela Instituição Administradora à Cedente. A Cedente terá até um Dia Útil, a contar da data em que o preço de recompra foi informado pela Instituição Administradora, para efetuar o pagamento da recompra do Direito Creditório.

O pagamento do valor da recompra deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade do Fundo.

Em até 5 Dias Úteis contados do pagamento da recompra, o Fundo deverá transferir à Cedente todos os documentos relativos aos Direitos Creditórios readquiridos que estiverem em sua posse.

Observadas as condições constantes dos itens acima, a Cedente e quaisquer outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Cedente disporão sempre de preferência na aquisição de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos objeto de venda pelo Fundo.

Ressalte-se que não existe a possibilidade de substituição dos Direitos Creditórios.

Valor e número de Direitos Creditórios na carteira do Fundo

Levando-se em consideração que o Fundo, no encerramento da Oferta, terá patrimônio de até R\$ 70.588.000,00 e que poderá aplicar até 100% de seu patrimônio em Direitos Creditórios, conclui-se que o valor presente máximo de Direitos Creditórios na carteira do Fundo será de R\$70.588.000,00.

Diante do exposto acima, e sabendo-se que o valor médio de cada parcela cedida, de acordo com dados da Cedente, é de aproximadamente R\$69,50, estima-se que o número máximo de Direitos Creditórios, passíveis de integrar a carteira do Fundo, será aproximadamente 1.015.655.

Perfil da carteira de Direitos Creditórios da Cedente

Para a realização da Oferta, a Agência Classificadora de Risco foi contratada para atribuir classificação de risco às Cotas Seniores. Para tanto, analisou dados estatísticos enviados pela Cedente sobre as características da carteira de direitos creditórios da Cedente para as operações originadas no período de janeiro de 2002 a maio de 2009. Os trabalhos foram executados no período de 12 de junho a 25 de agosto de 2008 e de 15 de julho a 07 de agosto de 2009. A íntegra do relatório da Agência Classificadora de Risco relativo à carteira de Direitos Creditórios da Cedente integra este Prospecto como Anexo II.

Características relevantes dos Direitos Creditórios

Não há concentração de Devedores na carteira de Financiamentos da Cedente. O Devedor que celebrou a maior quantidade de Financiamentos com a Cedente representa menos de 2% do total dos Financiamentos. Da mesma forma, a carteira de Financiamentos da Cedente é bastante pulverizada. O valor médio (i) devido por cada Devedor é cerca de R\$815,21; e (ii) de cada Financiamento é cerca de R\$698,32.

A modalidade de Financiamento CDC Boleto predomina com cerca de 80% do total dos Financiamentos, seguida por CDC Cheque que corresponde a cerca de 20% deste total.

Nos primeiros 5 meses de 2009, a originação de Financiamentos atingiu R\$11,7 milhões ao mês, em média. As informações resumidas e consolidadas relativas aos Financiamentos que deram origem aos direitos creditórios avaliados encontram-se no Relatório da Agência Classificadora de Risco.

Inadimplimentos, perdas e pré-pagamentos

Inadimplimentos

Em 30 de junho de 2009, os Financiamentos celebrados pela Cedente totalizavam R\$123,9 milhões (considerando-se a soma das parcelas), sendo que deste montante aproximadamente (i) R\$93,9 milhões encontravam-se adimplentes (75,8% dos Financiamentos); e (ii) R\$11,4 milhões encontravam-se inadimplentes a mais de 180 dias (9,2% dos Financiamentos). Historicamente, desde junho de 2006, esses índices de adimplimento e inadimplimento superiores a 180 dias não sofreram alterações substanciais, variando cerca de 5% para mais ou para menos. Em junho de 2008, os Financiamentos celebrados pela Cedente totalizavam R\$145 milhões (considerando-se a soma das parcelas), sendo que deste montante aproximadamente (i) R\$119,5 milhões encontravam-se adimplentes (85% dos Financiamentos); e (ii) R\$7,5 milhões encontravam-se inadimplentes há mais de 180 dias (5,14% dos Financiamentos). Em junho de 2007, para um volume de Financiamentos no montante de R\$97 milhões, tais índices correspondiam a 82,36% e 5,13% respectivamente, e em junho de 2006, para um volume de Financiamentos no montante de R\$97 milhões e R\$72 milhões, correspondiam a 80,99% e 6,00%, respectivamente.

De acordo com o Relatório da Agência Classificadora de Risco, a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios por safra, definida como os Financiamentos vencidos e não pagos há mais de 90 dias em relação ao montante total originado no mesmo mês, correspondeu a 10,81%, 11,54%, 13,25% e 9,75% nas safras de 2005, 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

Perda

A média da taxa de perda nas safras de 2005, 2006, 2007 e 2008 foi de 9,99%, 10,57%, 11,62%, 5,29%, respectivamente. Para fins de classificação de risco, a Agência Classificadora de Risco considerou a taxa de perda de 14%. Neste caso, a taxa de perda foi definida como o percentual das parcelas em atraso superior a 180 dias, originadas em cada mês sobre o montante total dos Financiamentos de cada mês.

Os valores de inadimplência e de perda da safra de 2008 poderão ainda sofrer alterações ao longo do tempo, tendo em vista que os Financiamentos originados na referida safra não foram totalmente liquidados até a data deste Prospecto. Essas possíveis alterações são consequência natural da metodologia adotada para o cálculo dos índices e foram prontamente consideradas para fins de classificação de risco da carteira das Cotas Seniores.

Pré-pagamento

De acordo com o Relatório da Agência Classificadora de Risco, baseado nas informações enviadas pela Cedente, a taxa de pré-pagamento dos Financiamentos em adiantamentos acima de 30 dias variou entre 2,5% e 3% nos últimos cinco anos. A Agência Classificadora de Risco, baseada nessa análise, utilizou uma taxa de pré-pagamento de 5%.

A Agência Classificadora de Risco utilizou um múltiplo de três em relação à taxa de perda adotada, o que resultou em um índice de severidade de perda de crédito igual a 42%. Ao aplicar a taxa de pré-pagamento nos cenários simulados, o índice total de perda esperada foi reduzido de 42% para 36%. Isso porque a Agência Classificadora de Risco entende que ambas variáveis seguem direções geralmente opostas, ou seja, um aumento no índice de pré-pagamento está normalmente atrelado a um cenário econômico mais positivo, com taxas de juros declinantes e maior disponibilidade de renda e liquidez aos consumidores, o que não pressionaria os indicadores de perda. Por outro lado, as perdas potenciais da carteira poderiam aumentar em um cenário inverso, com diminuição da liquidez disponível no mercado e uma diminuição da renda disponível aos consumidores.

Impactos gerados pelos inadimplementos, perdas e pré-pagamentos ao Fundo

Os inadimplementos, perdas e pré-pagamentos dos Financiamentos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos podem impactar de forma adversa o Fundo, na medida em que (i) o inadimplemento e a perda não são objeto de coobrigação da Cedente; e (ii) o pré-pagamento não gera a responsabilidade de a Cedente ressarcir o Fundo de eventual diferença positiva existente entre (a) o valor que o Fundo iria receber caso a liquidação do Financiamento fosse realizada no prazo acordado entre o Devedor e a Cedente; e (b) o valor efetivamente pago pelo Devedor mediante a liquidação antecipada do Financiamento. Para maiores informações sobre os riscos relacionados a tais impactos, veja o capítulo “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Metodologia

Para fins de avaliação do desempenho dos Direitos Creditórios submetidos à análise da Agência Classificadora de Risco, os dados que foram processados pela Cedente e que contém informações analíticas (do tipo parcela a parcela) sobre direitos creditórios de mesma natureza daqueles que serão cedidos ao Fundo refletem os volumes de parcelas antecipadas, os volumes de parcelas liquidadas em faixas de prazo, bem como, os volumes das parcelas vencidas e não liquidadas, para o consolidado sob análise.

Prazos de vencimento, períodos de amortização e taxas de juros dos Direitos Creditórios

Até 2008, o prazo médio dos Financiamentos era de aproximadamente 185 dias, o qual foi reduzido para 175 dias em 2009 em função da redução sistêmica da oferta de crédito desencadeada com a crise americana dos empréstimos *subprime*. Este prazo foi de 177 dias em 2007, sendo que o prazo máximo total de amortização por Financiamento atual é de 24 meses.

Todos os Financiamentos são amortizados em periodicidade mensal. Os juros incidentes sobre os Financiamentos são compostos e pré-fixados, sendo que a taxa média de juros para os Financiamentos celebrados no 1º semestre de 2009 foram da ordem de 5,76% ao mês.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Instituição Administradora e Instituição Intermediária

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores (i) na qualidade de Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, em nome do Fundo; e (ii) na qualidade de Instituição Intermediária, fará a colocação pública das Cotas Seniores, em conjunto com o Agente Autônomo.

Histórico

A Instituição Intermediária é uma subsidiária do *The Bank of New York Mellon Corporation*, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, tendo sido autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

A Instituição Intermediária presta serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID e a uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 57 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Outubro 2007). Com uma ampla gama de produtos, tecnologia e serviços, a Instituição Administradora busca atender às necessidades de seus clientes combinando atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

A Instituição Intermediária tem na administração de FIDC um volume administrado próximo de R\$ 2 bilhões. Devido ao grande crescimento no mercado da demanda por FIDC e à preocupação com a qualidade na prestação dos serviços de administração de FIDC, a Instituição Administradora criou em 2005 uma gerência exclusiva para este produto. Esta gerência já coordenou a constituição de mais de 30 FIDC.

O *The Bank of New York Mellon Corporation* foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do *The Bank of New York Company, Inc.* com a *Mellon Financial Corporation*. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais e ricas em história, resultou na empresa número um, líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o *The Bank of New York Mellon Corporation* é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$ 20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$ 1 trilhão de ativos sob sua gestão.

Obrigações, vedações e responsabilidades da Instituição Administradora

A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integrem a carteira do Fundo, sem prejuízo dos direitos e obrigações da Gestora.

Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- i) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos condôminos;
 - c) o livro de atas de assembléias gerais;
 - d) o livro de presença de condôminos;
 - e) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, § 4º, da Instrução nº 356/01, da CVM;
 - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
 - g) os relatórios do auditor independente;
- iii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- iv) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- v) divulgar no periódico utilizado para divulgação de informações e manter disponíveis em sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem Cotas desse, o valor do PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- vi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- vii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- viii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- ix) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução nº 356/01, da CVM, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Fundo;
- x) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco relativa à(s) classe(s) de Cotas e Séries de emissão do Fundo destinada(s) à colocação pública; e

- xi) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os quais mantêm contas correntes nas quais transitam Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, tomar as providências necessárias para o direcionamento do fluxo de recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos que transitam na conta mantida junto ao(s) Agente(s) de Recebimento ou Custodiante, conforme o caso, para contas de titularidade do Fundo em outras instituições, no prazo de 5 Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de tal fato.

A divulgação das informações previstas no item (v) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação e desde que observada a responsabilidade da Instituição Administradora pela regularidade na prestação das informações. Tais informações também serão disponibilizadas aos Cotistas no sítio eletrônico da Instituição Administradora na rede mundial de computadores.

É vedado à Instituição Administradora:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações acima descritas abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Instituição Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se destas vedações os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- vi) vender Cotas a prestação;

- vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- x) delegar poderes de gestão da carteira desse, ressalvado o disposto no item “Prestadores de serviço – Instituição Administradora e gestora – Contratação de terceiros prestadores de serviço” abaixo;
- xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Contratação de terceiros prestadores de serviço

A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

Remuneração da Instituição Administradora

A Instituição Administradora terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Instituição Administradora

Os Cotistas, em Assembléia Geral, podem deliberar pela substituição da Instituição Administradora, conforme disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

Não obstante, a Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico endereçada a cada cotista, ou ainda ou mediante publicação de anúncio no periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a ser realizada em, no mínimo, 10 dias e, no máximo, 15 dias, a qual deverá deliberar sobre sua substituição.

A Instituição Administradora deverá dar início à liquidação do Fundo nas seguintes hipóteses: (i) os Cotistas reunidos na Assembléia Geral, convocada nos termos do parágrafo acima, por qualquer motivo, não aprovarem instituição sucessora; ou (ii) não realização da Assembléia Geral, referida no parágrafo acima, por falta de quórum, em segunda convocação.

Na hipótese de deliberação por substituição da Instituição Administradora em Assembléia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 dias, contados da data da deliberação por sua substituição.

Caso a nova instituição administradora nomeada não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá a liquidação do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

Custodiante, Controlador e agente escriturador

O Custodiante contratado para exercer as atividades de custódia e controladoria do Fundo, conforme previsto nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356/01, será o Banco Bradesco S.A.

Histórico

Para realização da custódia dos ativos da carteira do Fundo e para escrituração das Cotas, a Instituição Administradora contratou o Banco Bradesco S.A. (“Banco Bradesco” ou “Custodiante”).

O Custodiante, por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, *brazilian deposit receipts* e *deposit receipts* há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia do Custodiante presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garantem a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Custodiante também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando assim que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências da ANBID.

Especificamente para a área de custódia são mantidos os melhores sistemas do mercado, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que garante a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Responsabilidades

O Custodiante, contratado para realizar o serviço de custódia, será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas no Regulamento ou pactuadas em outros documentos:

- i) receber, verificar e analisar trimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos no item “Prestadores de serviços – Custodiante – Verificação do lastro dos Direitos Creditórios” abaixo;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- v) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, para a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo.

O Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta notificação à Instituição Administradora caso venha a ter conhecimento da aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios que apresentem tais vícios.

Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

Adicionalmente, o enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pela Cedente e na base de dados do Fundo mantida pelo Custodiante.

O Custodiante poderá contratar, por sua conta e ordem, e desde que previamente autorizado pela Instituição Administradora, por escrito, terceiro para realizar, por amostragem e sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco e à Cedente.

Remuneração do Custodiante

O Custodiante terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Custodiante

A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de Cotas, agindo sempre no interesse dos Cotistas, e desde que aprovado pela Assembléia Geral, conforme disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Competência” acima.

O Custodiante poderá ser substituído a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

O Custodiante poderá, ainda, mediante aviso prévio à Instituição Administradora na forma prevista no Contrato de Custódia, renunciar às suas funções de Custodiante do Fundo. Nessa hipótese, que configurará um Evento de Avaliação, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para decidir sobre a substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

A Instituição Administradora deverá dar início à liquidação do Fundo nas seguintes hipóteses: (i) os Cotistas reunidos na Assembléia Geral, convocada nos termos acima, por qualquer motivo, não aprovarem instituição sucessora para exercer as funções do Custodiante; ou (ii) não realização da Assembléia Geral, referida acima, por falta de quórum em segunda convocação; ou (iii) caso o novo custodiante nomeado na forma acima não substitua o Custodiante dentro do prazo estabelecido.

Na hipótese de deliberação por substituição do Custodiante em Assembléia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, o Custodiante continuará obrigado a prestar os serviços de custódia do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 dias, contados da data de deliberação da Assembléia Geral ou do aviso prévio, conforme disposto acima.

Gestora

O Fundo é gerido pela BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.

Histórico

A BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. é uma subsidiária do *The Bank of New York Mellon Corporation*, independente e voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros no Brasil, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório da CVM nº 9428, expedido em 23 de julho de 2007.

O *The Bank of New York Mellon Corporation* foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do *The Bank of New York Company, Inc.* com a *Mellon Financial Corporation*.

Hoje, o *The Bank of New York Mellon Corporation* é uma empresa global de serviços financeiros focada em assessorar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 34 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento e utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$23 trilhões de ativos sob sua custódia e administração.

Remuneração da Gestora

A Gestora terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Gestora

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais”, a Instituição Administradora poderá substituir a Gestora.

Agente Autônomo

A Hampton Solfise Agente Autônomo de Investimento Ltda., na qualidade de Agente Autônomo, fará a colocação pública das Cotas Seniores, em conjunto com a Instituição Intermediária.

Histórico

O Agente Autônomo é uma sociedade limitada, registrada na CVM para prestar serviços de agente autônomo de investimento, cujos sócios acumulam experiência de mais de 10 anos na análise e distribuição de produtos de investimento nos mercados brasileiro e norte-americano.

O sócio responsável do Agente Autônomo perante a CVM conta com comprovada experiência no processo de distribuição de fundos de investimento em direitos creditórios.

Remuneração do Agente Autônomo

O Agente Autônomo terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Agente Autônomo

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais”, a Instituição Administradora poderá substituir o Agente Autônomo.

Auditor

Para realizar os serviços de auditoria do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes.

Remuneração do Auditor

O Auditor terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Auditor

Caso deseje substituir o Auditor, o Custodiante está desde já autorizado a contratar as seguintes empresas de auditoria sem necessidade de prévia aprovação da Assembléia Geral: (i) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (ii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iii) Ernst & Young.

Agência Classificadora de Risco

A avaliação de risco do Fundo será efetuada pela Standard & Poor's.

Remuneração da Agência Classificadora de Risco

A Agência Classificadora de Risco terá direito a receber a remuneração descrita no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição da Agência Classificadora de Risco

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais”, a Instituição Administradora poderá substituir a Agência Classificadora de Risco.

Fiel Depositário

A Cedente exercerá a função de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios.

Remuneração do Fiel Depositário

O Fiel Depositário receberá, como forma de remuneração pelo exercício de suas funções, R\$1.000,00 anuais, conforme descrito no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo. Ressalta-se que o Fiel Depositário não terá direito de repassar ao Fundo qualquer custo decorrente do exercício dessa função.

Substituição do Fiel Depositário

A Cedente, na qualidade de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, pode, a qualquer tempo, sem prejuízo de sua responsabilidade nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, contratar terceiros para prestação dos serviços de guarda física dos Documentos Comprobatórios.

Agente de Cobrança

A Crediparaná Serviços Financeiros Ltda. foi contratada pelo Fundo como Agente de Cobrança, para exercer as atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes, podendo subcontratar terceiros para o exercício dessa função.

Remuneração do Agente de Cobrança

O Agente de Cobrança fará jus à remuneração a ser paga pela Cedente pelas atividades exercidas acima.

Substituição do Agente de Cobrança

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais”, a Instituição Administradora poderá substituir o Agente de Cobrança.

Agente de Recebimento

Os Agentes de Recebimento são instituições financeiras contratadas pela Cedente, mantenedoras das contas de depósito de sua titularidade, que receberão os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.

Remuneração do Agente de Recebimento

Os Agentes de Recebimento não receberão qualquer forma de remuneração pelo exercício de suas funções, conforme descrito no capítulo “Remuneração dos prestadores de serviço” abaixo.

Substituição do Agente de Recebimento

A Cedente obrigou-se, nos termos do Regulamento, a não alterar, aditar ou rescindir os contratos celebrados com os Agentes de Recebimento, nem celebrar contratos com outras instituições financeiras para a prestação de serviços equivalentes aos prestados pelos Agentes de Recebimento sem prévia anuência da Instituição Administradora e do Custodiante. Ademais, a Cedente não poderá alterar, abrir ou fechar as contas de depósito de sua titularidade, mantidas perante os Agentes de Recebimento, sem prévia notificação de 5 Dias Úteis à Instituição Administradora.

Contratada

A Hampton Solfise Consultoria e Assessoria Administrativa Empresarial Ltda. foi contratada pelo Fundo para prestação dos serviços de monitoramento dos Direitos Creditórios e demais ativos que integrem a carteira do Fundo.

Remuneração da Contratada

A Contratada terá direito a receber a remuneração a ser deduzida da taxa de administração.

Substituição da Contratada

Desde que previamente aprovado pela Assembléia Geral, observado o disposto no item “Características Gerais do Fundo – Assembléia Geral – Deliberações especiais”, a Instituição Administradora poderá substituir a Contratada.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Taxa de administração

A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo os valores correspondentes a (i) 0,20% do montante de PL cujo valor seja igual ou inferior a R\$50.000.000,00 ao ano; e (ii) 0,15% do montante do PL que exceder R\$50.000.000,00 ao ano.

A remuneração acima será calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente, até o quinto Dia Útil do mês subsequente, a partir da primeira integralização de Cotas, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(\frac{x}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

sendo que,

TA = taxa de administração, calculada todo Dia Útil;

$PL_{(d-1)}$ = PL no Dia Útil anterior; e

x = porcentagem a ser definida de acordo o disposto acima.

A remuneração indicada acima, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a R\$2.000,00 mensais.

Adicionalmente à remuneração referida acima, a Instituição Administradora terá direito a receber do Fundo, até o quinto Dia Útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao que ocorrer a primeira integralização de Cotas, o valor fixo de R\$15.000,00 mensais. Excepcionalmente e exclusivamente no primeiro mês em que for paga, tal remuneração fixa será equivalente a R\$16.000,00.

Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

A remuneração da Gestora e da Contratada deverão ser deduzidas da Taxa de Administração acima descrita.

Taxa de custódia

Nos termos do Contrato de Custódia e do artigo 56, VIII da Instrução nº 356/01, da CVM, o Custodiante fará jus, pelos serviços de Custódia Qualificada e Controladoria, a uma remuneração mensal equivalente ao maior dos seguintes valores: (i) 0,28% ao ano do PL; ou (ii) R\$ 10.000,00.

Essa remuneração deverá ser paga diretamente pelo Fundo até o 5º Dia Útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito na(s) Conta(s) Corrente(s) de titularidade do Fundo. Ainda, é previsto um reajuste anual da taxa de custódia, pelo IGPM ou outro índice que venha a substituí-lo.

É importante mencionar que as despesas incorridas nas contas de registro e custódia nos diversos sistemas de liquidação, como por exemplo, mas não limitado: CETIP, SELIC e CBLIC, serão debitadas diretamente na(s) conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo.

Taxa de Distribuição

A Instituição Intermediária e o Agente Autônomo receberão, a título de comissão de distribuição, o valor correspondente a 1% sobre o valor das Cotas Seniores distribuídas e subscritas, na proporção da quantidade de Cotas Seniores que cada um efetivamente distribuir.

Outras despesas

Além dos valores mencionados acima, são devidas pelo Fundo aos demais prestadores de serviço as remunerações descritas abaixo. Não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das despesas abaixo relacionadas.

DESPESA	VALOR/ANO
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	US\$ 25.000,00
AUDITORIA	R\$ 18.000,00

A Agência Classificadora de Risco deverá receber remuneração anual a partir do 2º ano da subscrição de Cotas Seniores e enquanto a classificação de risco da 1ª série de Cotas Seniores for mantida.

Será devido à Auditora, pela realização dos trabalhos anuais de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, o valor de R\$18.000,00 por ano.

SUMÁRIO DOS CONTRATOS RELEVANTES

Contrato de Cessão

O Contrato de Cessão será celebrado entre a Cedente, o Fundo, a Instituição Administradora e, o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente. De acordo com o Contrato de Cessão, a Cedente compromete-se a ceder ao Fundo Direitos Creditórios advindos de operações de Financiamento, nas modalidades CDC e crédito pessoal, de sua legítima e exclusiva titularidade e que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade.

Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo incluindo respectivos juros, multas, e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, incluindo respectivos anexos e garantias constituídas, com exceção da taxa de ressarcimento de serviços de terceiros, cujo valor é discriminado no campo denominado “ressarcimento da prestação de serviços de terceiros” do termo de adesão ao Financiamento.

A Cedente não tem qualquer responsabilidade em relação à eventual insolvência dos Devedores, isto é, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo opera-se sem coobrigação.

De acordo com o Contrato de Cessão, a notificação dos Devedores será facultada ao Fundo, pois a notificação não é condição de validade da cessão, mas apenas para a eficácia da mesma em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil, e o procedimento para cobrar os Direitos Creditórios não sofrerá alteração após a cessão promovida pelo Contrato de Cessão.

A Cedente obriga-se, nos termos do Contrato de Cessão, a não alterar, aditar ou rescindir os contratos celebrados com os Agentes de Recebimento, nem celebrar contratos com outras instituições financeiras para a prestação de serviços equivalentes aos prestados pelos Agentes de Recebimento sem prévia anuência da Instituição Administradora e do Custodiante, nem alterar, abrir ou fechar as contas de depósito da Cedente, mantidas perante os Agentes de Recebimento, sem prévia notificação de 5 Dias Úteis à Instituição Administradora.

A Cedente tem a faculdade de recomprar os Financiamentos relativos ao Direitos Creditórios Cedidos com uma ou mais parcelas vencidas há mais de 60 dias e o Fundo tem a faculdade de vendê-los, mediante o pagamento, pela Cedente ao Fundo, do valor contabilizado pelo Fundo do respectivo Financiamento. Não será admitida a recompra parcial do Financiamento pela Cedente.

Se o Fundo e a Cedente decidirem pela recompra de Direitos Creditórios Cedidos, o preço da recompra, nos termos acima definidos, será submetido pela Instituição Administradora à Cedente, mediante o envio do Termo de Recompra, cujo modelo integra o Contrato de Cessão, em seu Anexo IV. A Cedente, caso concorde com o preço da recompra, deverá, em até 1 Dia Útil a contar da data de recebimento do Termo de Cessão, (i) assinar 2 vias do Termo de Recompra e enviar 1 delas, por meio eletrônico, à Instituição Administradora, com cópia para o Custodiante; e (ii) efetuar o pagamento do preço de recompra do Direito Creditório.

Em até 5 Dias Úteis contados da data do pagamento do preço de recompra do Direito Creditório, nos termos do acima, a Cedente obriga-se a utilizar seus melhores esforços para enviar à Instituição Administradora as 2 vias do Termo de Recompra devidamente assinadas e registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro. A Instituição Administradora, por sua vez, obriga-se a efetuar seus melhores esforços para, em até 10 Dias Úteis contados da data de recebimento do Termo de Recompra enviado pela Cedente, assinar e registrar, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, as 2 vias do Termo de Recompra e a enviar um via assinada e registrada à Cedente.

O pagamento do valor da recompra deverá ser feito à vista, em moeda corrente nacional, nos termos acima, mediante crédito em conta corrente de titularidade do Fundo.

Em até 5 Dias Úteis contados do pagamento da recompra, o Fundo deverá transferir à Cedente todos os documentos relativos aos Direitos Creditórios readquiridos que estiverem em sua posse.

Observadas as condições constantes do Contrato de Cessão, a Cedente e quaisquer outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Cedente disporão sempre de preferência na aquisição de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos objeto de venda pelo Fundo.

Nos termos do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida a cessão de Direitos Creditórios, inclusive na hipótese de a respectiva cessão ter sido realizada em contrapartida à subscrição e integralização de Cotas Subordinadas, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso a Cedente, se interpelada pela Instituição Administradora, não apresente esclarecimentos referentes a qualquer inexatidão nas informações fornecidas, relativas ao Direito Creditório Cedido, em até 5 Dias Úteis;
- ii) caso o Direito Creditório seja reclamado por qualquer terceiro comprovadamente titular de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo;
- iii) caso seja verificada a falsidade ou inexatidão de quaisquer das declarações da Cedente mencionadas no Contrato de Cessão ou das informações constantes na Lista de Direitos Creditórios enviada por arquivo eletrônico ao Custodiante, que afete o Direito Creditório Cedido;
- iv) caso inexistam os documentos necessários à cobrança extrajudicial e/ou judicial do Devedor de Direito Creditório inadimplente;
- v) caso a Cedente não entregue ao Custodiante os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios Cedidos, em 5 Dias Úteis, ou em prazo menor, caso as autoridades competentes solicitem;
- vi) caso a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo configure fraude contra credores, fraude de execução, fraude de execução fiscal ou ainda fraude falimentar; ou
- vii) caso o Devedor se recuse a realizar o pagamento de qualquer parcela do Financiamento sob alegação de fraude na contratação do Financiamento e tais alegações não sejam contestadas pela Cedente de forma satisfatória, a critério da Instituição Administradora, em até 10 dias contados da solicitação de esclarecimento encaminhada à Cedente, por escrito, pela Instituição Administradora.

Sem prejuízo da resolução da cessão, a Cedente deverá notificar a Instituição Administradora e o Custodiante, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de até 48 horas contado da data em que aquela tomar conhecimento do evento.

Considerar-se-á nula a cessão de qualquer Direito Creditório, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses:

- i) caso o Direito Creditório Cedido não seja de titularidade da Cedente no momento da cessão;
- ii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento cujo valor correspondente não tenha sido entregue ao Devedor ou pago ao proprietário ou ao vendedor do respectivo bem financiado, até a data da cessão;
- iii) caso o Direito Creditório Cedido seja originário de Financiamento por qualquer motivo declarado nulo por decisão judicial transitada em julgado; ou
- iv) caso seja verificada a nulidade ou inexistência de lastro do respectivo Direito Creditório Cedido.

O Contrato de Cessão se tornou eficaz na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de duração do Fundo, regendo a partir da referida data todas as cessões de Direitos Creditórios a serem celebradas entre as Partes.

Contrato de Custódia e Contrato de Escrituração

Por meio do Contrato de Custódia e do Contrato de Escrituração, o Custodiante foi contratado pelo Fundo, representado pela Instituição Administradora, para a prestação dos serviços custódia qualificada, escrituração e controladoria, compreendendo os serviços de guarda, liquidação física e financeira das operações com Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, administração e informação de eventos associados a esses ativos e de contabilidade, controladoria de ativos e passivos e registro e controle das Cotas.

Os ativos do Fundo, objeto dos serviços de Custódia e Controladoria, deverão estar registrados no SELIC, na CETIP e na CBLC ou em outros sistemas de registro, custódia e de liquidação financeira de ativos autorizados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores competentes no momento de sua aquisição.

Contrato de Colocação

Como a Instituição Administradora e a Instituição Intermediária são a mesma pessoa jurídica, não haverá contrato de colocação de cotas do Fundo.

Contrato de Prestação dos Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios, Depósito de Documentos e Outras Avenças

Por intermédio desse Contrato, o Agente de Cobrança foi contratado para prestar os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios que não foram pagos pelos Devedores nas respectivas datas de vencimento. Pela realização desses serviços, o Agente de Cobrança receberá remuneração a ser paga integralmente pela Cedente.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Sistema de gerenciamento de Riscos

Em relação à parcela do PL investida em Direitos Creditórios, em caso da ocorrência de um evento ou descumprimento de algum índice, deverão ser tomadas as medidas previstas no Regulamento.

Para a parcela do PL investida em ativos financeiros, a política de administração de risco da Instituição Administradora baseia-se em duas metodologias: *Value at Risk* (“VaR”) e *Stress Testing*.

O *Value at Risk* (VaR) fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado. A metodologia da Instituição Administradora realiza o cálculo do VaR de forma paramétrica, especificando um nível de confiança de 97,5% em um horizonte de tempo de um dia.

O *Stress Testing* é um processo que visa identificar e gerenciar situações que podem causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes. Este teste consiste na avaliação do impacto financeiro e conseqüente determinação das potenciais perdas/ganhos a que o Fundo pode estar sujeito, sob cenários extremos, considerando as variáveis macroeconômicas, nos quais os preços dos ativos tenderiam a ser substancialmente diferentes dos atuais. A análise de cenários consiste na avaliação da carteira sob vários estados da natureza, envolvendo amplos movimentos de variáveis-chave, o que gera a necessidade de uso de métodos de avaliação plena (reprecificação). Os cenários fornecem a descrição dos movimentos conjuntos de variáveis financeiras, que podem ser tirados de eventos históricos (cenários históricos) ou de plausíveis desenvolvimentos econômicos ou políticos (cenários prospectivos). Para a realização do *Stress Testing*, a Instituição Administradora gera diariamente cenários extremos baseados nos cenários hipotéticos disponibilizados pela Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), que são revistos periodicamente pela Instituição Administradora, de forma a manter a consistência e atualidade dos mesmos.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos acima descritos não elimina a possibilidade de perdas pelo Cotista.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONFLITOS DE INTERESSES

Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto, a Instituição Administradora encontra-se responsável pela administração de cerca de 600 fundos de investimentos que são custodiados pelo Custodiante, sendo que a contratação e remuneração paga ao Custodiante são efetuadas, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração decorrente destas contratações, por modalidade de fundo de investimento, segue os seguintes parâmetros:

- i) para fundos de investimento regulados pela Instrução nº 409/04, da CVM, tem como limite máximo a taxa de 0,15% do patrimônio líquido do Fundo por ano, para cada fundo;
- ii) no caso de fundos de investimento em direitos creditórios (regulados pela Instrução nº 356/01, da CVM) tem como limite máximo a taxa de 0,60% do patrimônio líquido do Fundo por ano, para cada fundo; e
- iii) para fundos de investimento em participações e fundos de investimento em empresas emergentes (regulados, respectivamente, pelas Instruções nº 391/03 e n.º 209/04, da CVM) tem como limite máximo a taxa de 0,20% do patrimônio líquido do Fundo por ano, para cada fundo.

O Custodiante poderá ter relacionamento comercial com empresas emitentes ou titulares de valores mobiliários com as quais a Instituição Administradora tenha intenção de negociar e poderá realizar, por sua própria conta ou por conta de terceiros, operações no mercado de valores mobiliários, bem como prestar serviços aos participantes desse mercado.

A liquidação de operações em mercados organizados será realizada por instituições credenciadas e poderá, inclusive, ser realizada por intermédio da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade integrante do mesmo grupo econômico do Custodiante.

Pelo fato de o Custodiante atuar nos mercados financeiro e de capitais, (i) a Instituição Administradora poderá investir em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação do Custodiante, ou de qualquer empresa do mesmo grupo econômico deste; (ii) o Custodiante, ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico deste, poderá atuar como contraparte, direta ou indiretamente, em operações realizadas pela Instituição Administradora; e (iii) o Custodiante poderá manter negócios com entidades que sejam emitentes de títulos e valores mobiliários detidos pelo Fundo.

O Custodiante não está obrigado a dar tratamento preferencial ou privilegiado quando a Instituição Administradora desejar realizar os negócios mencionados nos parágrafos anteriores.

Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Auditor

Na data deste Prospecto, a Instituição Administradora encontra-se responsável pela administração de aproximadamente 800 fundos de investimentos que são auditados pelo Auditor. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Os honorários para a auditoria deste Fundo foram aprovados pela Instituição Administradora no valor de R\$18.000,00. Com base nas propostas de auditoria aprovadas pela Instituição Administradora até a data deste Prospecto, para todos os fundos de investimento por ela administrados e auditados pelo Auditor, o valor dos honorários de auditoria não superam o valor individual por fundo de R\$30.000,00.

A Instituição Administradora não contratou serviços do Auditor relacionados aos fundos por ela administrados, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada pela Instituição Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto, identificamos a existência de outros fundos administrados pela Instituição Administradora que contam com a prestação de serviços da Gestora. Em todas estas relações a remuneração dos citados prestadores de serviços está contida nas taxas de administração e/ou performance, estando, portanto, limitadas ao valor destas. Tais contratações vigem, em regra, pelo prazo de duração dos respectivos fundos de investimento.

A Instituição Administradora e a Gestora são subsidiárias do *The Bank of New York Mellon Corporation*, empresa especializada na prestação de serviços financeiros.

Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Contratada

Na data deste Prospecto, a Instituição Administradora e a Contratada não mantinham qualquer relacionamento comercial ou qualquer ligação contratual relevante, além daqueles descritos neste Prospecto.

Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, a Instituição Administradora encontra-se responsável pela administração de aproximadamente 6 FIDC que contam com a prestação de serviços da Agência Classificadora de Risco. A remuneração paga à Agência Classificadora de Risco pela prestação dos serviços de classificação de risco é estabelecida para cada FIDC de uma forma individualizada, com base nas características de cada FIDC.

Os honorários devidos pela prestação dos serviços de classificação de risco do Fundo foram aprovados pela Instituição Administradora no valor de US\$ 25.000,00.

Outros relacionamentos

A Cedente e a Crediparaná são sociedades sob controle comum. Além de ser correspondente bancário da Cedente, a Crediparaná foi contratada pela Cedente, pelo Fundo e pelo Custodiante para atuar como Agente de Cobrança.

A Cedente foi contratada pelo Fundo como Fiel Depositária dos Documentos Comprobatórios, sendo que o contrato vigorará pelo prazo de duração do Fundo.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Cedente manteve e mantém relacionamento comercial com o Custodiante de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro. A Cedente poderá inclusive, no futuro, contratar a Instituição Intermediária, as sociedades integrantes do grupo econômico da Instituição Intermediária, a Contratada ou o Custodiante para assessorá-lo na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os participantes do Fundo ou que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre os participantes. Reforçamos que as partes possuem completa independência na realização de suas respectivas atividades no âmbito do Fundo.

REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E TRIBUTAÇÃO

Tributação do Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) IRPJ; (ii) CSLL; (iii) PIS; e (iv) COFINS.

Além disso, o IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

Tributação dos Cotistas

Os Cotistas, por outro lado, estão sujeitos ao pagamento de imposto de renda retido na fonte. Por ser o Fundo um condomínio fechado, tal tributo incidirá (i) quando da amortização das cotas; (ii) em caso de alienação de Cotas a terceiros; e (iii) no momento do resgate das Cotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo. Somente haverá incidência de imposto de renda se as Cotas tiverem gerado rendimentos ao Cotista.

A alíquota do imposto de renda será determinada de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento. Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá à seguinte tabela:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	entre 181 e 360 dias
17,5%	entre 361 e 720 dias
15,0%	acima de 720 dias

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

ALÍQUOTA	PRAZO DO INVESTIMENTO
22,5%	até 180 dias
20,0%	acima de 180 dias

A Instituição Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

Ademais, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate das Cotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Deve-se notar que o Fundo é fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À NEGRESCO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Sumário e estrutura societária

A Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21. De acordo com seu estatuto social, a Cedente tem por objetivo social a prática de todas as operações próprias das sociedades de créditos, financiamento e investimento, permitidas na forma e limites da lei, estatuto social e da legislação aplicável.

A Cedente foi constituída em 10 de abril de 2001, com capital inicial de R\$ 5.000.000,00.

A Cedente está focada na concessão de financiamento e na administração de crédito destinado para o varejo, atuando por meio de correspondente bancário, a Crediparaná, cuja estratégia baseia-se no atendimento diferenciado às Lojas Credenciadas das regiões em que atua.

A Crediparaná atende mais de 200 cidades, nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

A Cedente é atualmente controlada pelo Sr. Orlando Otto Kaesemodel Filho, que detém aproximadamente 98,5% das ações ordinárias de sua emissão, A composição acionária atual da Cedente é a seguinte:

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES	PORCENTAGEM
Orlando Otto Kaesemodel Filho	6.900.000	98,57%
Orlando Otto Kaesemodel Neto	99.500	1,42%
Sérgio Shoji Yamamoto	500	0,01%
TOTAL	7.000.000	100%

Mercado alvo

O mercado alvo de atuação da Cedente está voltado, principalmente, para pessoas físicas que compõem as classes “C”, “D” e “E” do país. Nos últimos anos essas classes sociais apresentaram as maiores taxas de crescimento de consumo, especialmente a classe “C”, a qual de acordo com os dados do IBGE, representa o maior potencial de consumo entre todas elas e é composta por 46% da população brasileira.

Produtos e modalidades

Os principais produtos da Cedente consistem na concessão de financiamento de bens e serviços para pessoas físicas, nas modalidades empréstimo pessoal e CDC.

Empréstimo Pessoal

São concedidos empréstimos parcelados ao Devedor, os quais podem ser pagos via boletos ou via cheques pré-datados emitidos pelo Devedor. A taxa de juros é fixa, e determinada no momento da concessão do crédito, assim como o número de parcelas.

A Cedente concede o empréstimo mediante: (i) o depósito de crédito na conta corrente de titularidade do Devedor; (ii) a emissão de cheque à vista cruzado e nominal ao Devedor; ou, ainda, (iii) entrega de dinheiro em espécie na própria Loja Credenciada. Neste caso, o cliente outorga procuração à Loja Credenciada para que esta receba diretamente da Cedente o valor que tenha sido adiantado ao Devedor.

A liquidação do empréstimo ocorre por meio do pagamento do boleto ou da compensação dos cheques em datas pré-determinadas.

Crédito Direto ao Consumidor – Cheque pré datado

Nessa modalidade de financiamento, o Devedor emite cheques pré-datados para a compra de bens e serviços na rede de Lojas Credenciadas. A taxa de juros é fixa, e determinada no momento da concessão do crédito, assim como o número de parcelas.

A liquidação das parcelas do empréstimo ocorre por meio da compensação dos cheques em datas pré-determinadas.

Crédito Direto ao Consumidor – CDC Boleto

O CDC Boleto consiste em financiamento para compra de bens e serviços na rede de Lojas Credenciadas, na qual a taxa de juros e o número de parcelas são determinados no momento da concessão do crédito.

Nessa modalidade, não é necessário que o cliente seja titular de conta bancária, pois a liquidação do empréstimo ocorre através do pagamento mensal do boleto na rede bancária da Caixa Econômica Federal, nas Lotéricas ou nas Lojas Credenciadas.

Atuação geográfica

A Cedente concentra sua atuação nos Estados do Paraná e Santa Catarina, Estados nos quais possui, respectivamente e de forma aproximada, 48% e 21% do total de Financiamentos celebrados. A Cedente atua ainda nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso.

Administração

Nos termos de seu Estatuto Social, a Administração da Cedente compete aos diretores Orlando Otto Kaesemodel Filho, como Diretor Presidente,, Ricardo Franco de Souza, Enio Antonio Lena e Sérgio Shoji Yamamoto, como diretores sem designação específica.

Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras da Cedente, incluindo suas respectivas notas explicativas, encontram-se no Anexo V deste Prospecto. Adicionalmente, a seguir foram detalhadas algumas das informações e dados financeiros expressos nas demonstrações financeiras da Cedente:

<i>Em Milhares de Reais</i>	31/12/2007	31/12/2008
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO NO PERÍODO	12 meses	12 meses
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	49.903	56.267
Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	15.633	24.603
Resultado Operacional	13.312	4.619
Lucro Líquido (Prejuízo)	8.590	3.048

BALANÇO NO FINAL DO PERÍODO	31/12/2007	31/12/2008
Total do Ativo	80.509	78.356
Operações de Crédito Líquidas de PDD	65.352	59.259
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	57.427	61.530
Patrimônio Líquido	9.670	12.111

Em dezembro de 2007, a Cedente realizou cessão de créditos com coobrigação no valor de R\$15,98 milhões. Como consequência dessa cessão, as Demonstrações Financeiras do exercício fiscal findo em 2007 reconheceram o resultado da cessão no valor de R\$3,16 milhões como “Receita da Intermediação Financeira”, enquanto que as Demonstrações Financeiras do semestre findo em julho de 2008 apresentaram redução da Receita da Intermediação Financeira, sem contrapartida na redução da “Provisão para Devedores Duvidosos”.

Ainda assim, a Cedente apresentou em 2008 acréscimo de 12% em sua Receita de Intermediação Financeira comparado ao ano anterior, mesmo considerando o cenário de crise financeira a partir de setembro. A crise impactou negativamente o PDD da Cedente, que aumentou de 32% da Receita em 2007 para 43% da Receita em 2008. Este efeito contribuiu para a redução do resultado líquido da empresa de R\$ 8.590 milhões para R\$3.049 milhões.

No início do segundo semestre de 2009, a Cedente verifica um aquecimento na originação de créditos em seus lojistas associados, com cenário favorável a um crescimento projetado superior a 20% quando comparado ao ano de 2008. A Cedente também estima uma queda nas apropriações mensais de PDD em 2009. No primeiro semestre de 2009, estas apropriações sofreram uma queda de aproximadamente 20%, de R\$2,555 milhões em janeiro de 2009, para R\$2,012 milhões em julho de 2009.

Ainda, a conta “Recursos de Aceites e Emissão de Títulos” refere-se a letras de câmbio sacadas contra a Cedente. Todas as letras de câmbio vencidas até a presente data foram devidamente pagas pela Cedente, que pretende continuar utilizando letras de câmbio como meio de captação de recursos de longo prazo. A cessão de Direitos Creditórios visa à captação de recursos para o projeto de ampliação dos negócios da Cedente e não está, portanto, relacionada ao vencimento das referidas letras de câmbio.

Experiência prévia em outras operações de securitização

A Cedente não possui experiência prévia em operações de securitização.

ANEXOS

ANEXO I - Regulamento

ANEXO II - Relatório de Classificação de Risco

ANEXO III - Estatuto Social

ANEXO IV - Declaração da Instituição Intermediária e da Instituição Administradora

ANEXO V - Demonstrações Financeiras

ANEXO VI - Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



224075111-00-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF Nº: 02.201.501/0001-61

**INSTRUMENTO PARTICULAR DA QUARTA ALTERAÇÃO DO
REGULAMENTO DO "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I"**

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do "**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I**" ("Fundo"), cuja deliberação de constituição, bem como primeira, segunda e terceira alterações do regulamento ("Regulamento") encontram-se registradas no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob os nºs 1.111.315, 1.116.956, 1.118.290 e 1.122.379, respectivamente.

CONSIDERANDO QUE:

- i) a Instituição Administradora deseja alterar as condições de remuneração e o prazo de duração da 1ª (primeira) Série de Cotas Seniores do Fundo, constantes do Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores (Anexo VII do Regulamento);
- ii) adicionalmente, deseja a Instituição Administradora elevar os percentuais da Taxa Mínima de Cessão;
- iii) a Instituição Financeira deseja alterar de R\$15.000,00 para R\$16.000,00 a primeira parcela fixa mensal de sua remuneração;
- iv) a Instituição Administradora deseja, por fim, definir uma nova data limite para a interrupção da aquisição de novos Direitos Creditórios, a fim de constituir a Reserva de Pagamento; e



- v) o Fundo não possui cotistas na presente data e, portanto, o Regulamento deve ser alterado por simples deliberação da Instituição Administradora.

RESOLVE:

1. Alterar o Regulamento conforme abaixo descrito.
 - 1.1 Incluir o item 6.2.1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.2.1 A remuneração referida no item 6.1 acima, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais) mensais."
 - 1.2 Alterar o item 6.3, para que passe a contar com a redação abaixo:

"6.3 Adicionalmente à remuneração referida no item 6.1 acima, a Instituição Administradora terá direito a receber do Fundo, até o quinto Dia Útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao que ocorrer a primeira integralização de Cotas, o valor fixo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensais. Excepcionalmente e exclusivamente no primeiro mês em que for paga, a remuneração fixa tratada neste item será equivalente a R\$16.000,00 (dezesseis mil reais)."
 - 1.3 Alterar o item 10.1 "viii", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"10.1 As Condições de Cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pela Cedente, são exclusivas e cumulativamente:

 - viii) o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente, à vista, na data de aquisição do Direitos Creditórios, deverá corresponder ao menor valor dentre os seguintes: valor presente do Financiamento a que se refere, pela taxa do próprio Financiamento ou valor presente do Financiamento a que se refere, pela taxa mínima de cessão (a "Taxa Mínima de Cessão"), nos seguintes termos:*
 - a) Taxa Mínima de Cessão de 5,2% (cinco inteiros e dois décimos por cento) ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou*



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

igual a 15% (quinze por cento), e menor que 20% (vinte por cento) do PL;

b) Taxa Mínima de Cessão de 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 20% (vinte por cento), e menor que 25% (vinte e cinco por cento) do PL; e

c) Taxa Mínima de Cessão de 3,9% (três inteiros e nove décimos por cento) ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 25% (vinte e cinco por cento)."

1.4 Alterar o item 17.2.1, que passa a contar com a seguinte redação:

"17.2.1 Para fins do item 17.2 (iv), a Subordinação Mínima será o percentual correspondente à respectiva média aritmética das Taxas Mínimas de Cessão vigentes por ocasião das últimas 36 (trinta e seis) cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme a tabela abaixo:

MÉDIA ARITMÉTICA DAS TAXAS MÍNIMAS DE CESSÃO	SUBORDINAÇÃO MÍNIMA
Maiores ou igual a 5,2%	15%
Menor que 5,2% e maior ou igual a 4,6%	20%
Menor que 4,6% e maior ou igual a 3,9%	25%"

1.5 Alterar o item 18.1, a fim de que passe a vigorar a seguinte redação:

"18.1 O Fundo deverá observar, durante seu prazo de existência, a Razão Mínima, que corresponde à manutenção de Cotas Subordinadas em montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do PL do Fundo."

1.6 Alterar o item 18.5, a fim de que passe a vigorar a seguinte redação:

"18.5 A Instituição Administradora interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios 60 (sessenta) dias antes de cada amortização, até que o saldo em moeda corrente nacional e em títulos e ativos especificados no item 9.4 deste





BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

Regulamento, líquido da (i) provisão para despesas e encargos devidos naquele mês e no mês subsequente e da (ii) Reserva de Liquidez, correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva amortização (a "Reserva de Pagamento")."

1.7 Alterar o item 25.1 (xii), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"25.1 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

xii) caso o valor total das parcelas vencidas e não pagas há no máximo 90 (noventa) dias e há no mínimo 61 (sessenta e um) dias relativos aos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo, seja, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, correspondente a mais de 20% (vinte por cento) do valor total dos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo;"

1.8 Excluir o item 5.2 e alterar os itens 3, 5 e 7 do Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores, que passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

"3. O prazo de duração desta 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses."

"5. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série será calculada de acordo com a cláusula 16 do Regulamento, e com a fórmula definida abaixo:

$$VN = VNe \times [((FatorDI \cdot 1) + Fator de Adição) + 1]$$

sendo que:

VN = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no final do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;



114075111-08-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

Fator DI = produto das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 6 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI de ordem *k* relativa ao período *d_k*, calculada com 6 (seis) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dK}{252}} - 1,$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., *n*

DI_k = Taxa DI divulgada pela CE TIP, utilizada com 6 casas decimais; e

d_k = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d_k" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

Fator de Adição = Fator de ordem *k* relativa ao período *d_k*, calculada com 6 (seis) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$FA_k = \left(\frac{FA_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dK}{252}} - 1$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., *n*

FA_k = 3%; e





114075111-08-09

AVERBADO ao registro n.º 1.122.379 do
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro
de Títulos e Documentos - RJ
Dou fé.

RJ, 11/08/09

Oficial

dK = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da FA, sendo "de" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

n = número de Dias Úteis entre a próxima data de Amortização e a data de Amortização anterior, sendo "n" um número inteiro; e

$N = 252$.

5.1 Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDIk)$ é considerado com 6 casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produto dos fatores $(1 + TDIk)$, sendo que a cada fator acumulado, arredonda-se o resultado com 6 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 6 casas decimais, com arredondamento; e
- iv) o fator resultante da expressão $(Fator DI + Fator de Adição)$ é considerado com 6 casas decimais, com arredondamento."

2. Todas as demais disposições do Regulamento anexado à presente deliberação que não tenham sido expressamente alteradas são ora ratificadas pela Instituição Administradora.

3. Esta deliberação, com o Regulamento consolidado do Fundo e seus anexos, deverá ser registrada no 6.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2009.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

6.º RTD Rua Buenos Aires, 56 - 4.º Andar - Centro - RJ
Tels.: (21) 2233-7878 / www.rtd-ri.com.br
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O N.º E DATA DE REGISTRO
A MARGEM O QUE CERTIFICO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficial

☐ Paulo César Andrade dos Santos - 1.º Substituto
CTPS nº 26.122.034 - RJ

☐ Marco André de A. B. Santos - 2.º Substituto
CTPS nº 26.276.918 - RJ

☐ Cláudio de Paula Barros - 3.º Substituto
CTPS nº 78.611.86 - RJ

6.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ

RECEBUELO DE REGISTRO

TAF

RNS69431



1140751 11-08-89

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

*Este Anexo I é parte integrante do Instrumento Particular da 4ª Alteração do Fundo de Investimento em
Direitos Creditórios Financeiros Credipar I*

**REGULAMENTO CONSOLIDADO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM
DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I**

7



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



1140751 11-03-09

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS
FINANCEIROS CREDIPARI



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1.	OBJETO.....	3
2.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....	3
3.	PRAZO DE DURAÇÃO.....	3
4.	INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	3
5.	OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	4
6.	REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	4
7.	CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	5
8.	SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO CUSTODIANTE.....	8
9.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO.....	9
10.	CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	11
11.	CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	13
12.	DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	15
13.	FATORES DE RISCO.....	15
14.	COTAS DO FUNDO.....	26
15.	CLASSES DE COTAS.....	28
16.	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO.....	28
17.	AMORTIZAÇÃO DAS COTAS.....	29
18.	RAZÃO MÍNIMA, RESERVAS DE PAGAMENTO E DE LIQUIDEZ.....	31
19.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE.....	32
20.	DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	34
21.	ASSEMBLÉIA GERAL.....	35
22.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS.....	39
23.	PUBLICAÇÕES.....	40
24.	LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	41
25.	EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA.....	41
26.	ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	48
27.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	49
	ANEXO I - GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I.....	50
	ANEXO II - DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELA CEDENTE.....	59
	ANEXO III - MODELO DOS CONTRATOS E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR.....	62
	ANEXO IV - DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES.....	69
	ANEXO V - DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM.....	72
	ANEXO VI - MODELO DE SUPLEMENTO.....	74
	ANEXO VII - SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES.....	76

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os principais termos e expressões utilizados neste Regulamento e iniciados por letra maiúscula estão definidos no glossário, que integra o presente como Anexo I.

1. OBJETO

1.1 O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios, nos termos de sua política de investimento.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou em virtude da liquidação do Fundo. É admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O prazo de duração do Fundo será de 240 (duzentos e quarenta) meses, contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série. O Fundo somente poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento.

3.1.1 As diferentes séries de Cotas Seniores poderão ter prazo de duração distinto daquele estabelecido para o Fundo, os quais serão especificados no respectivo suplemento, cujo modelo consta do Anexo VI.

4. INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

4.1 O Fundo é administrado pela Instituição Administradora.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

5.1 A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas na presente cláusula, neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

5.2 Além de observar as obrigações estabelecidas no artigo 34 da Instrução nº 356/01, da CVM, a Instituição Administradora obriga-se a, no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares dos Agentes de Recebimento ou do Custodiante, os quais mantêm contas correntes nas quais transitam Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, tomar as providências necessárias para o direcionamento do fluxo de recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos que transitam na conta mantida junto ao(s) Agente(s) de Recebimento ou Custodiante, conforme o caso, para contas de titularidade do Fundo em outras instituições, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência de tal fato.

5.3 No exercício de suas funções, a Instituição Administradora deve respeitar todas as vedações previstas nos artigos 35 e 36 da Instrução nº 356/01, da CVM.

6. REMUNERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

6.1 A Instituição Administradora terá direito a receber, pela prestação de serviços de administração do Fundo os valores correspondentes a (i) 0,20% (vinte centésimos por cento) do montante de PL cujo valor seja igual ou inferior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ao ano; (ii) 0,15% (quinze centésimos por cento) do montante do PL que exceder R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ao ano.

6.2 A remuneração acima será calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente, até o quinto Dia Útil do mês subsequente, a partir da primeira integralização de Cotas, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = \left(\frac{x}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right)$$

sendo que,

TA = taxa de administração, calculada todo Dia Útil;

$PL_{(d-1)}$ = PL no Dia Útil anterior; e

x = porcentagem a ser definida de acordo o disposto no item 6.1 acima.

6.2.1 A remuneração referida no item 6.1 acima, em nenhuma hipótese, poderá ser inferior a R\$2.000,00 (dois mil reais) mensais.

6.3 Adicionalmente à remuneração referida no item 6.1 acima, a Instituição Administradora terá direito a receber do Fundo, até o quinto Dia Útil de cada mês, a partir do mês subsequente ao que ocorrer a primeira integralização de Cotas, o valor fixo de R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensais. Excepcionalmente e exclusivamente no primeiro mês em que for paga, a remuneração fixa tratada neste item será equivalente a R\$16.000,00 (dezesseis mil reais).

6.4 A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração acima fixada.

6.5 Não poderão ser cobradas do Cotista quaisquer outras taxas, tais como taxa de performance, taxa de ingresso e/ou saída.

7. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1 A Instituição Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados; e
- iii) custódia, contabilidade e controladoria de ativos e passivos do Fundo.

7.2 A Gestora foi contratada para prestar os serviços de gestão da carteira do Fundo e deverá receber remuneração a ser deduzida da taxa de administração.

7.3 O Custodiante foi contratado pela Instituição Administradora, para realizar o serviço de custódia, controladoria e escrituração de Cotas e será responsável pelas seguintes atividades, sem prejuízo de outras que sejam descritas neste Regulamento ou pactuadas em outros documentos:

- i) receber, verificar e analisar trimestralmente a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos definidos no Anexo V;
- ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no presente Regulamento;
- iii) processar os arquivos contemplando as informações referentes à baixa de ativos enviados pelo Agente de Cobrança em relação à respectiva Lista de Direitos Creditórios;
- iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- v) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- vi) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, para a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores;
- vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos do Fundo; e
- viii) observar para que somente as ordens emitidas pela Instituição Administradora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

7.3.1 O Custodiante deverá efetuar trimestralmente a verificação do lastro a que se refere o item 7.3 "I" por amostragem, na forma do disposto no Anexo V. O Custodiante poderá contratar,

por sua conta e ordem, terceiro para realizar, por amostragem e sob sua responsabilidade, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Cedidos. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora, à Agência Classificadora de Risco e à Cedente.

7.3.2 Em relação à guarda dos Documentos Comprobatórios a que se refere o item 7.3 "v", caberá a Cedente, na qualidade de fiel depositário, guardar tais documentos, conforme estabelecido no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.

7.3.2.1 O Custodiante não é responsável pela autenticidade dos Documentos Comprobatórios e pela existência dos Direitos Creditórios Cedidos, sendo, no entanto, responsável pela pronta notificação à Instituição Administradora caso venha a ter conhecimento formal da aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios que apresentem tais vícios.

7.3.3 Em relação à cobrança dos Direitos Creditórios a que se refere os itens 7.3 "v" e "vii", o Fundo contratou o Agente de Cobrança, às expensas da Cedente, para exercer as atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos que estejam inadimplentes, podendo subcontratar terceiros para o exercício dessa função.

7.3.4 Pelo exercício das funções indicadas no item acima, o Custodiante fará jus à remuneração equivalente ao maior dos seguintes valores: (i) 0,28 % (vinte e oito centésimos por cento) do PL por ano, que será calculado mensalmente; ou (ii) o valor mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A forma de pagamento dessa remuneração está estabelecida no Contrato de Custódia.

7.3.5 A Instituição Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração de Cotas, agindo sempre no interesse dos Cotistas, e desde que aprovado pela Assembleia Geral.

7.3.6 Muito embora as atividades descritas nos itens 7.3 "v" e "vii" não sejam realizadas diretamente pelo Custodiante, o Custodiante não se exime da responsabilidade em relação à realização de tais atividades.

7.4 A Instituição Administradora, em nome do Fundo, contratará o Auditor para a realização da auditoria anual das Demonstrações Financeiras do Fundo. Caso deseje substituí-lo, fica a Instituição Administradora desde já autorizada a contratar as seguintes empresas de auditoria sem necessidade de prévia aprovação da Assembleia Geral: (i) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (ii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; ou (iii) Ernst & Young.

7.5 A Contratada será responsável pela prestação dos serviços de monitoramento dos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo e dos limites estabelecidos nos itens 17.2, 17.3, 18.1, 18.2, 18.3, 18.4 e 18.5 deste Regulamento aplicáveis à carteira do Fundo e deverá receber remuneração a ser deduzida da taxa de administração, conforme acordado no "Contrato de prestação de serviços de monitoramento da carteira dos Direitos Creditórios do FIDC Credipar I", celebrado entre a Instituição Administradora e a Contratada.

8. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E DO CUSTODIANTE

8.1 A Instituição Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico endereçada a cada cotista ou mediante publicação de anúncio no periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a qual deverá deliberar sobre sua substituição.

8.2 A Instituição Administradora deverá dar início à liquidação do Fundo nas seguintes hipóteses: (i) os Cotistas reunidos na Assembléia Geral, convocada nos termos do item 8.1 acima, por qualquer motivo, não aprovarem instituição sucessora; ou (ii) não realização da Assembléia Geral, referida no item 8.1 acima, por falta de quórum em segunda convocação.

8.3 Na hipótese de deliberação por substituição da Instituição Administradora em Assembléia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, a Instituição Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que, a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da deliberação por sua substituição.

8.4 Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos do item 8.3 acima não substitua a Instituição Administradora dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá a liquidação do Fundo.

8.5 Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

8.6 O Custodiante poderá ser substituído a qualquer tempo pelos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, conforme disposto no item 21.1, "xvi" abaixo, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

8.7 O Custodiante poderá, ainda, mediante aviso prévio à Instituição Administradora na forma prevista no Contrato de Custódia, renunciar às suas funções de Custodiante do Fundo. Nessa hipótese, que configurará um Evento de Avaliação, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral para decidir sobre a substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

8.8 A Instituição Administradora deverá dar início à liquidação do Fundo nas seguintes hipóteses: (i) os Cotistas reunidos na Assembléia Geral, convocada nos termos do item 8.6 acima, por qualquer motivo, não aprovarem instituição sucessora para exercer as funções do Custodiante; ou (ii) não realização da Assembléia Geral, referida no item 8.6 acima, por falta de quórum em segunda convocação; ou (iii) ocorrência do evento descrito no item 8.10 abaixo.

8.9 Na hipótese de deliberação por substituição do Custodiante em Assembléia Geral, seja ou não decorrente de renúncia expressa, o Custodiante continuará obrigado a prestar os serviços de custódia do Fundo até que a nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de deliberação da Assembléia Geral ou do aviso prévio, conforme disposto nos itens 8.6 e 8.7 acima.

8.10 Caso o novo custodiante nomeado nos termos do item 8.9 acima não substitua o Custodiante dentro do prazo estabelecido, a Instituição Administradora procederá à liquidação do Fundo.

9. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

9.1 O Fundo é voltado à aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios.

9.2 O Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, a Alocação Mínima, correspondente a no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu PL em Direitos Creditórios.

9.3 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem necessariamente observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão. Não haverá cobrança da Cedente em relação ao pagamento dos Direitos Creditórios.

9.4 O Fundo pode manter a parcela do seu PL que não for investida em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional ou aplicá-la, isolada ou cumulativamente, nos seguintes títulos e ativos:

- i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "i" e "ii" acima;
- iv) títulos e valores mobiliários de renda fixa de quaisquer dos seguintes emissores e desde que permaneçam classificados na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificação por agência de classificação de risco localizada no País: (a) Banco do Brasil S.A.; (b) Banco Bradesco S.A.; (c) Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; (d) Banco ABN Amro Real S.A.; (e) Banco Santander S.A.; (f) Banco Safra S.A.; (g) Banco Citibank S.A.; e (h) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
- v) cotas de fundos de investimento em renda fixa, assim definidos pela Instrução nº409, de 18 de agosto de 2004, da CVM, administrados ou não pela Instituição Administradora, que sejam abertos e de longo prazo e cuja política de investimentos preveja a aplicação de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do patrimônio líquido nos ativos referidos nas alíneas "i" e "ii" acima; e
- vi) operações em mercados de derivativos, observadas as disposições do item 9.4.4 abaixo, e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

9.4.1 O Fundo poderá aplicar no máximo 20% (vinte por cento) de seu PL em ativos - que não Direitos Creditórios, estes sujeitos à regra do item 9.4.2 abaixo - de emissão e/ou coobrigação de um mesmo devedor, excetuando-se os ativos referidos no item 9.4 (i) e (ii) acima.

9.4.2 Fica estabelecido que após a cessão pretendida, como requisito de diversificação da carteira do Fundo, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo não pode ser superior a 1% (um por cento) da totalidade da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

9.4.3 A Instituição Administradora e a Gestora envidarão seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação dos Cotistas.

9.4.4 Operações contratadas pelo Fundo com instrumentos derivativos, se realizadas, deverão ocorrer (i) em mercado de balcão, sendo que (a) tais operações deverão ser necessariamente registradas na BM&F sob a modalidade "com garantia" em favor do Fundo, e (b) a contraparte deverá ser Instituição Autorizada; e/ou (ii) diretamente na BM&F, sob a modalidade "com garantia".

9.4.5 É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade* ou realizar operações de renda variável.

9.5 Os percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira do Fundo serão cumpridos diariamente, com base no PL do Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo dos percentuais de composição, concentração e diversificação da carteira.

9.5.1 Serão considerados, para efeito de cálculo do PL, os dispêndios efetivamente incorridos com operações no mercado de derivativos a título de prestação de margens de garantia em espécie, se for o caso, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

9.6 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio, podendo, inclusive, auferir PL negativo, o que exigiria aportes adicionais de recursos por parte dos Cotistas. A carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados na cláusula 13 abaixo. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente mencionada cláusula, responsabilizando-se por seu investimento.

9.7 As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do FGC, da Cedente, do Custodiante, dos prestadores de serviço do Fundo ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

10. CONDIÇÕES DE CESSÃO

10.1 As Condições de Cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, que deverão ser verificadas previamente a cada cessão pela Cedente, são exclusiva e cumulativamente:



114075111-03-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

- i) os Direitos Creditórios devem ser originários de Financiamento:
 - a) concedido pela Cedente aos Devedores;
 - b) livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
 - c) cuja contratação tenha observado as políticas de crédito estabelecidas pela Cedente, nos termos do Anexo II deste Regulamento; e
 - d) cujo Devedor não tenha apontamentos no SPC, na data de concessão do Financiamento;
- ii) a aquisição de Direitos Creditórios relativos a determinado Financiamento deve abranger a totalidade do contrato, incluindo todas as parcelas originadas do referido Financiamento;
- iii) as informações referentes ao respectivo Financiamento devem ter sido transmitidas ao Custodiante, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Custódia;
- iv) os Direitos Creditórios não podem ser ou ter sido objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa de que a Cedente tenha conhecimento, independentemente da alegação ou mérito, que possa direta ou indiretamente comprometer a respectiva liquidez e certeza;
- v) os Direitos Creditórios não devem ter sido originados de qualquer tipo de renegociação de outro Financiamento;
- vi) o Devedor não se encontra inadimplente quanto ao cumprimento de qualquer outra obrigação pecuniária em relação à Cedente, suas respectivas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas;
- vii) o respectivo Financiamento contém somente Direitos Creditórios com valor nominal pré-fixado e frequência de pagamento mensal;
- viii) o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente, à vista, na data de aquisição dos Direitos Creditórios, deverá corresponder ao menor valor dentre os

seguintes: valor presente do Financiamento a que se refere, pela taxa do próprio Financiamento ou valor presente do Financiamento a que se refere, pela taxa mínima de cessão (a "Taxa Mínima de Cessão"), nos seguintes termos:

- a) Taxa Mínima de Cessão de 5,2% (cinco inteiros e dois décimos por cento) ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 15% (quinze por cento), e menor que 20% (vinte por cento) do PL;
- b) Taxa Mínima de Cessão de 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 20% (vinte por cento), e menor que 25% (vinte e cinco por cento) do PL; e
- c) Taxa Mínima de Cessão de 3,9% (três inteiros e nove décimos por cento) ao mês quando a Subordinação do Fundo, na data da cessão, for maior ou igual a 25% (vinte e cinco por cento).

10.2 Em qualquer hipótese, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo deverá ser realizada a parâmetros de mercado, nos termos do disposto no artigo 8º, parágrafo 3º, inciso II da Instrução nº 356/01, da CVM.

11. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

11.1 Os Direitos Creditórios decorrentes dos Financiamentos passíveis de aquisição pelo Fundo devem apresentar as seguintes características, nas quais se constituem os Critérios de Elegibilidade:

- i) a aquisição de Direitos Creditórios não deve fazer com que, após a cessão pretendida, a totalidade do débito de determinado Devedor para com o Fundo seja superior a 1% (um por cento) da totalidade da carteira de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- ii) os Devedores não devem estar, no momento de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, inadimplentes em relação a outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- iii) os Direitos Creditórios a serem adquiridos não podem estar vencidos e não pagos;
- iv) o vencimento dos Direitos Creditórios a serem adquiridos não deve ser superior a 720 (setecentos e vinte) dias contados da sua data de aquisição;



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

11.1.1 O enquadramento dos Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir aos Critérios de Elegibilidade será verificado pelo Custodiante previamente a cada cessão com base nos arquivos eletrônicos fornecidos pela Cedente e nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante.

11.1.1.1 Posteriormente à cessão, o Custodiante realizará a verificação trimestral de lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, por amostragem, com base nos Documentos Comprobatórios.

11.1.2 A alteração dos Critérios de Elegibilidade é de competência exclusiva da Assembleia Geral.

11.1.2.1 Qualquer decisão assemblear que delibere sobre alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade deverá ser comunicada em até 48 (quarenta e oito) horas pela Instituição Administradora ao Custodiante e este verificará o prazo para implementação nos sistemas e caso, por qualquer motivo, não concorde com tais alterações, poderá requerer à Instituição Administradora, por escrito, o término do Contrato de Custódia, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

11.1.2.2 Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o Custodiante não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo.

11.1.2.3 Caso o Custodiante não se manifeste em até 10 dias após a comunicação da Instituição Administradora nos termos da cláusula 11.1.2.1. acima, serão considerados aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral, em relação aos Critérios de Elegibilidade. Não obstante, o Custodiante somente terá a obrigação de verificação dos Critérios de Elegibilidade alterados ou incluídos após o decurso do prazo de 15 (quinze) dias do referido comunicado no item 11.1.2.1 acima.

11.1.2.4 Na hipótese de qualquer Direito Creditório deixar de atender os Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo não haverá direito de regresso contra o Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

12.1 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução nº 356/01, da CVM, e não consubstanciando Critérios de Elegibilidade, são descritas e apresentadas características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, divididas da seguinte forma:

- i) no Anexo II deste Regulamento, descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios, da natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos do crédito, bem como da política de concessão de crédito adotada pela Cedente;
- ii) no Anexo III deste Regulamento, reprodução dos modelos dos Documentos Comprobatórios – os modelos de contratos e da ficha cadastral; e
- iii) no Anexo IV deste Regulamento, descrição dos mecanismos e procedimentos adotados para cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive inadimplentes.

13. FATORES DE RISCO

13.1 O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

13.2 Riscos de mercado

13.2.1 *Desacumulo de taxas.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. No entanto, a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro as taxas médias diárias dos DI. Ademais, a Instituição Administradora e a Gestora não estão obrigadas a contratar operações de *swap* de taxas prefixadas por DI *over*. Desta forma, se a taxa de remuneração do DI elevar-se substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos titulares de Cotas Seniores. A Cedente, o Fundo, a Gestora, o Custodiante e a Instituição Administradora não prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

13.2.2 *Baixa valorização dos ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento. No entanto, tais ativos podem apresentar valorização efetiva inferior à remuneração das Cotas Seniores em Circulação, o que pode fazer com que os recursos do Fundo



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-08-09

torrem-se insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de rentabilidade prevista para as Cotas Seniores. Nessa hipótese, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente, sendo certo que nem o Fundo, nem a Cedente, nem a Gestora, nem o Custodiante e nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

13.2.3 *Flutuação de preços dos ativos.* Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial. Se isso ocorrer, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

13.2.4 *Sujeição dos ativos a oscilações diversas.* Os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos ativos financeiros poderão ocorrer também em função das alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Como decorrência de tais oscilações, poderão ocorrer variações negativas no valor do PL, o que poderá afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.2.5 *Efeitos da política econômica do governo federal.* O Fundo, seus ativos e a Cedente estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outras. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição de Cotas e na liquidação dos Direitos Creditórios pelos Devedores.

13.3 Riscos de crédito



1140751 11-08-09

13.3.1 *Inexistência de garantia das aplicações do Fundo.* As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, do FGC ou da Cedente. Igualmente, nem o Fundo, nem a Gestora, nem o Custodiante, nem a Instituição Administradora prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

13.3.2 *Inadimplência dos emissores dos ativos.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.3.3 *Fatores macroeconômicos.* Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, dependerá da solvência dos respectivos Devedores para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, entre outros. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos, provocando perdas patrimoniais ao Fundo, e podendo afetar a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.3.4 *Modificação de créditos por decisão judicial.* Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos que poderão ter suas condições questionadas em juízo pelos respectivos Devedores. Não pode ser de todo afastada a possibilidade de os Devedores lograrem êxito nas demandas ajuizadas. Nessa hipótese, os Direitos Creditórios Cedidos podem ter seus valores reduzidos ou até serem anulados em decisão judicial, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo, bem como a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.3.5 *Riscos decorrentes dos procedimentos adotados pela Cedente.* A aprovação dos Financiamentos depende de análise da adequação das condições pessoais dos Devedores à política interna de concessão de crédito da Cedente, a qual se encontra descrita de forma resumida no Anexo II deste Regulamento. Contudo, ainda que a Cedente submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos assumidos para com a Cedente. Caso os compromissos assumidos pelos Devedores

não sejam devidamente cumpridos, a rentabilidade das Cotas Seniores pode ser afetada adversamente.

13.4 Riscos de liquidez

13.4.1 *Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios.* O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento diferenciada, devendo os potenciais investidores avaliar minuciosamente suas peculiaridades, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de direitos creditórios. Portanto, caso por qualquer motivo seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio do Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas Seniores..

13.4.2 *Falta de liquidez dos ativos financeiros.* A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos Creditórios poderá ser aplicada em quaisquer dos títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento. Tais títulos e ativos podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte do respectivo emissor), o que poderia, eventualmente, afetar pagamentos de amortização e/ou resgate a Cotistas, afetando a liquidez esperada de suas Cotas.

13.4.3 *Fundo fechado e mercado secundário.* O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de sua liquidação. Assim, o Cotista não terá liquidez em seu investimento no Fundo, exceto (i) por ocasião das amortizações programadas ou eventuais, ou (ii) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de Cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao investidor. Não há qualquer garantia da Instituição Administradora, da Gestora, do Custodiante, da Cedente, do Custodiante, ou de qualquer outra Parte Relacionada, em relação à possibilidade de venda das Cotas no mercado secundário, preço obtido pelas Cotas, ou mesmo garantia de saída ao investidor.

13.4.4 *Liquidação antecipada e Amortização Compulsória.* As Cotas serão amortizadas com base no cronograma de amortização estabelecido no suplemento da respectiva Série. No entanto, há

eventos que podem ensejar a liquidação antecipada do Fundo, bem como Amortização Compulsória de Cotas. Assim, há a possibilidade de os titulares de Cotas receberem valores antecipadamente, e eventualmente inferiores aos esperados.

13.4.5 *Reserva de pagamento não constitui garantia de pagamento* Será constituída Reserva de Pagamento, destinada ao pagamento das amortizações das Cotas Seniores. No entanto, eventualmente o Fundo poderá não ter recursos sequer para a constituição da Reserva de Pagamento. É também possível que, não obstante a devida constituição da Reserva de Pagamento, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento não constitui garantia de pagamento das amortizações programadas de Cotas Seniores.

13.4.6 *Insuficiência de recursos no momento da liquidação antecipada* O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas neste Regulamento. Ocorrendo tal liquidação antecipada, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios Cedidos ainda não serem exigíveis dos respectivos Devedores). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento e pagamento pelos Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios Cedidos a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

13.5 Riscos provenientes do uso de derivativos

13.5.1 *Efeitos negativos para a rentabilidade do Fundo* Somente com vistas a proteger posições detidas à vista pelo Fundo poderão ser contratadas operações no mercado de derivativos. Tais operações, entretanto, poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo de tal forma que os Cotistas poderão suportar prejuízos em decorrência da utilização de instrumentos derivativos.

13.5.2 *Oscilações no patrimônio do Fundo* A Gestora poderá contratar operações de swap de taxas prefixadas pela Taxa DI ou ainda operações envolvendo contratos futuros atrelados à referida taxa, para evitar o risco de descasamento de taxas. No entanto, há a possibilidade de a Gestora não conseguir contratar tais operações, ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no PL que levem a perdas patrimoniais ao Fundo e conseqüentemente aos seus Cotistas. Ainda, há a possibilidade de o Fundo auferir PL negativo em decorrência das operações realizadas, o que poderá acarretar na necessidade de realizar aportes adicionais de recursos no Fundo por seus Cotistas.

13.6 Riscos específicos

13.6.1 Riscos operacionais

13.6.1.1 *Verificação por amostragem.* A verificação documental (física) da regularidade dos Documentos Comprobatórios é realizada apenas por amostragem por meio de auditoria trimestral realizada pelo Custodiante ou por auditor contratado para este fim. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente por amostragem, e em muitos casos após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

13.6.1.2 *Falha dos Agentes de Recebimento.* A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos depende da atuação diligente do Agente de Recebimento. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos dos Direitos Creditórios Cedidos. Assim, qualquer falha de procedimento dos Agentes de Recebimento poderá acarretar em menor recebimento dos recursos devidos pelos Devedores. Isso levaria a queda da rentabilidade do Fundo, e eventualmente a prejuízos às Cotas Seniores.

13.6.1.3 *Forma de pagamento dos Direitos Creditórios.* A liquidação dos Direitos Creditórios ainda não vencidos ocorrerá por meio de depósito de cheques pré-datados ou pagamento de boletos pelos Devedores em instituições financeiras ou nas Lojas Conveniadas. Em todos os casos, os recursos são recebidos em ou transferidos para contas correntes de titularidade da Cedente mantidas junto aos Agentes de Recebimento. A Cedente tem a obrigação de efetuar a conciliação dos arquivos recebidos das Lojas Conveniadas e dos Agentes de Recebimento, com a finalidade de identificar os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos e transferi-los para a conta corrente de titularidade do Fundo em até 2 (dois) Dias Úteis contados do efetivo recebimento. Tendo em vista que as contas mantidas junto aos Agentes de Recebimento são de titularidade da Cedente e que a efetiva transferência dos recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos dependerá de ato unilateral da própria Cedente, poderá haver atrasos motivados, por exemplo, por problemas operacionais ou intervenção, liquidação ou falência da Cedente. Nessas hipóteses, muito embora a Cedente tenha o dever legal e obrigacional de transferir ao Fundo os recursos pagos originados dos Direitos Creditórios Cedidos, a rentabilidade das Cotas Seniores poderá ser afetada negativamente.

13.6.1.4 *Risco da Cedente.* A concessão de Financiamentos é realizada mediante verificação prévia do risco de crédito do Devedor. É possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor, ou da formalização do Financiamento cujos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo (como ausência de assinatura do contrato que deu origem ao Direito



221075110007

Creditório). Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos Creditórios, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.1.5 *Guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente*. A Cedente é, na qualidade de fiel depositário, responsável pela guarda física dos Documentos Comprobatórios. Embora a Cedente tenha a obrigação de permitir ao Fundo e ao Custodiante livre acesso à referida documentação, a guarda de tais documentos pela Cedente, ou por qualquer subcontratado, poderá representar dificuldade à verificação da constituição e performance dos Direitos Creditórios Cedidos, podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Cotistas.

13.6.1.6 *Guarda dos Cheques Pré-datados*. A custódia dos cheques pré-datados relacionados aos Direitos Creditórios será efetuada por dois dos Agentes de Recebimento: Banco Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. Ao Fundo foi outorgada, pela Cedente, procuração em causa própria que o autoriza, em nome da Cedente, a verificar bem como a retirar os cheques relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos que estejam sob a custódia de referidos Agentes de Recebimento. Embora tais Agentes de Recebimento tenham a obrigação de permitir ao Fundo livre acesso a referidos títulos, por diversos motivos esse acesso pode ser dificultado, podendo retardar eventual auditoria e cobrança. Adicionalmente, não pode ser afastado o risco de tais cheques serem danificados ou extraviados. Em quaisquer das hipóteses, pode haver maior dificuldade na cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, podendo afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.1.7 *Pré-pagamento*. Em caso de pré-pagamento pelos Devedores dos Financiamentos que originaram os Direitos Creditórios Cedidos, a Cedente não é responsável por ressarcir o Fundo de eventual diferença positiva existente entre (i) o valor que o Fundo iria receber caso a liquidação do Financiamento fosse realizada no prazo acordado entre o Devedor e o Cedente; e (ii) o valor efetivamente pago pelo Devedor mediante a liquidação antecipada do Financiamento. Essa diferença de valores poderá afetar negativamente a rentabilidade dos ativos que compõem o Fundo e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.2 Risco de descontinuidade

13.6.2.1 *Liquidação antecipada*. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por diversas razões, dentre elas o não cumprimento da Alocação Mínima decorrente da diminuição de Direitos Creditórios Cedidos. Nos termos do Contrato de Cessão, tanto a Cedente quanto o Fundo têm a faculdade, e não a obrigação, de ceder ou adquirir Direitos Creditórios; logo, a cessão somente será realizada se, por exemplo, o preço de cessão for interessante a ambas as partes e estiver dentro dos



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

parâmetros de mercado. Sendo assim, é possível que a cessão não apresente vantagens à Cedente a ponto de o Fundo não conseguir mais adquirir Direitos Creditórios, o que poderia levá-lo ao não cumprimento da Alocação Mínima e conseqüentemente à liquidação antecipada. Mesmo que o Fundo disponha de recursos para pagamento aos Cotistas, o que não é garantido pela Instituição Administradora, Custodiante, Cedente ou quaisquer terceiros, é possível que não haja, disponíveis no mercado, aplicações com mesmas características de prazo, risco e rentabilidade, o que frustraria a expectativa que o investidor possuía no momento em que adquiriu Cotas.

13.6.2.2 *Observância da Alocação Mínima.* O Fundo deve observar a Alocação Mínima. Entretanto, não há garantia de que a Cedente conseguirá (ou desejará) originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para fazerem frente a esta exigência da Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima pode inclusive levar à Amortização Compulsória.

13.6.3 Riscos da originadora

13.6.3.1 *Descumprimento do Contrato de Cessão.* Em virtude do disposto no Contrato de Cessão, a Cedente poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, de acordo com as condições mínimas ali estabelecidas. Caso a Cedente, por qualquer motivo, interrompa a cessão de Direitos Creditórios pactuada nos termos do Contrato de Cessão, é possível que o Fundo passe a apresentar excesso de liquidez, ou/e deixe de observar a Alocação Mínima. Quaisquer dessas hipóteses poderiam levar à liquidação antecipada do Fundo, ou à Amortização Compulsória.

13.6.3.2 *Diminuição da quantidade de Direitos Creditórios elegíveis.* Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de Financiamentos, e devem necessariamente respeitar os parâmetros da política de investimento descrita neste Regulamento bem como atender aos Critérios de Elegibilidade. Na hipótese de, por qualquer motivo, (i) deixarem de ocorrer tais mútuos; e/ou (ii) não existirem Direitos Creditórios disponíveis para cessão ao Fundo e que satisfaçam os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão, poderá ocorrer a liquidação do Fundo, ou ainda a Amortização Compulsória. Ressalte-se que alterações da política econômica do governo e aumento da concorrência no setor de crédito pessoal ou de crédito direto ao consumidor também podem levar à diminuição da quantidade, ou até a inexistência, de Direitos Creditórios elegíveis.



13.6.3.3 *Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente.* Os Direitos Creditórios pagos pelo Devedor são antes recebidos em contas correntes de titularidade da Cedente que então os repassa ao Fundo. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente, há a possibilidade de os recursos recebidos pela Cedente e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Adicionalmente, a intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à Cedente poderá interromper a geração de Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, o que poderá culminar no desenquadramento do percentual referido no item 9.2 acima, levando à liquidação antecipada do Fundo, o que pode não atender aos interesses dos Cotistas. É recomendável que os investidores interessados em adquirir Cotas Seniores consultem os demonstrativos financeiros da Cedente, que constam do Anexo V do prospecto definitivo de distribuição de Cotas Seniores da 1ª Série, especialmente no que se refere ao balanço patrimonial e demonstrativo de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2007 e 2008.

13.6.4 Outros riscos

13.6.4.1 *Inutilidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios.* Com relação à Cedente, a cessão de Direitos Creditórios poderia ser invalidada ou tomada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio do Fundo, caso fosse realizada em:

- i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- ii) fraude de execução, caso (a) quando da cessão a Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios Cedidos pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

13.6.4.2 *Concentração em modalidade de investimento.* O Fundo aplicará em Direitos Creditórios exclusivamente originados de Financiamentos. Nesse contexto, não será possível ampla diversificação dos investimentos realizados pelo Fundo, sendo estes concentrados em uma espécie primordial de investimento (Direitos Creditórios). A concentração das aplicações em um ou em

poucos tipos de investimento eleva as possibilidades de que o Fundo venha a sofrer perda patrimonial, podendo afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.4.3 Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Recebimento, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos poderia ser interrompido, e permaneceria inexigível enquanto perdurasse a intervenção. Em caso de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Agente de Cobrança ou de Recebimento, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados, e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição, ou mesmo por via judicial. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderia sofrer perdas e a rentabilidade das Cotas Seniores poderia ser afetada negativamente.

13.6.4.4 Intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares ao Custodiante. O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação, falência ou aplicação de regimes similares neste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio, podendo ainda afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.4.5 Alteração do Regulamento. O Regulamento pode ser alterado em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM ou por deliberação da Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.4.6 Ausência de notificação aos Devedores. A notificação dos Devedores será facultada ao Fundo, pois a notificação não é condição de validade da cessão, mas apenas para a eficácia da mesma em relação ao Devedor, nos termos do artigo 290 do Código Civil, e o procedimento para cobrar os Direitos Creditórios não sofrerá alteração após a cessão promovida pelo presente Contrato. Nesse sentido, caso seja necessário alterar os mecanismos de cobrança, os Devedores não estão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios Cedidos diretamente ao Fundo até que sejam notificados da referida cessão. Nessa hipótese, o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas Seniores poderiam ser afetados negativamente.

13.6.4.7 Modalidade recente de investimento. De acordo com a política de investimentos estabelecida neste Regulamento, o Fundo investirá seus recursos, preponderantemente, em modalidade de investimentos recentemente instituída no Brasil, consistente em direitos creditórios, sobre os quais inexistem dados históricos e estatísticos que possibilitem estimativa de retorno e previsão de desempenho do Fundo a médio e longo prazo para os investidores.

13.6.4.8 *Dação em pagamento de Direitos Creditórios.* No caso de liquidação do Fundo em que a Assembleia Geral deliberar o resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios Cedidos, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (i) negociar os Direitos Creditórios recebidos; e/ou (ii) cobrar os Direitos Creditórios inadimplentes.

13.6.4.9 *Inexistência de rendimento pré-determinado.* As Cotas Seniores terão seu valor apurado todo Dia Útil, conforme os critérios estabelecidos neste Regulamento. Tais critérios visam a definir qual parcela do PL deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representam nem deverão ser considerados promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas Seniores. Portanto, os Cotistas Seniores somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

13.6.4.10 *Repasso de valores recuperados por escritórios de cobrança.* Conforme descrito no Anexo IV deste Regulamento, em caso de inadimplência, poderão ser acionados terceiros (geralmente escritórios de cobrança) para localizar os Devedores e empreender tentativa de negociação com os mesmos, com o fim de obter valores em atraso. Em caso de sucesso, os valores recuperados são recebidos pelos próprios terceiros que, periodicamente, repassam tais valores ao Agente de Cobrança ou ao Fundo. O repasse de valores está sujeito a fraudes, desvios de valores, atrasos e problemas operacionais. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia dificultar o recebimento do pagamento referente a Direitos Creditórios inadimplidos de titularidade do Fundo, ocasionando a redução do patrimônio do Fundo, e afetando a rentabilidade das Cotas Seniores.

13.6.4.11 *Alteração da situação financeira dos Devedores.* A cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios é precedida de verificação pela Cedente de registros de inadimplência junto ao SPC na data da concessão dos Financiamentos. Como não se faz nova checagem da situação de inadimplência do Devedor, é possível que a situação financeira do Devedor sofra deterioração no período após a cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios.

13.6.4.12 *Despesas com a defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores.* O Agente de Cobrança realizará a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Cedidos em situação de inadimplência, fazendo jus à remuneração fixa para o exercício dessa função, nos termos do artigo 56, VI, da Instrução nº 356/01, da CVM. É facultado ao Fundo, porém, a qualquer tempo, contratar outro agente de cobrança. Nessa hipótese, o custo do novo agente de cobrança poderá ser significativamente maior, e o Fundo poderá não possuir recursos suficientes para adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos outros ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e



1140751 11-08-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

prerrogativas. É possível que a maioria dos Cotistas Seniores reunidos em Assembleia Geral não aprove aporte de recursos ao Fundo necessários para assegurar eventual adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Também é possível que os Cotistas Seniores aprove o aporte de recursos para adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos, mas que eles não atinjam os resultados mínimos almejados. Em qualquer das hipóteses, o PL e a rentabilidade das Cotas Seniores podem ser afetados negativamente.

14. COTAS DO FUNDO

14.1 As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e somente serão resgatadas ao término dos respectivos prazos de duração, ou em virtude da liquidação do Fundo, ou ainda por decisão da Assembleia Geral. As Cotas serão divididas em classes, e as Cotas Seniores poderão ser divididas em Séries.

14.2 A emissão de Cotas obedecerá aos parâmetros e requisitos abaixo referidos.

14.2.1 As Cotas serão subscritas e integralizadas a partir da respectiva Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas que ocorrer em dia diferente da respectiva Data de Subscrição Inicial, caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora até às 14h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos; caso os recursos entregues pelo investidor sejam disponibilizados à Instituição Administradora após 14h00, será utilizado o valor da Cota da mesma classe e/ou Série no Dia Útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos.

14.2.2 Primeira emissão de Cotas Seniores – Na primeira emissão de Cotas Seniores, serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Cotas, com valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada na Data de Subscrição Inicial.

14.2.3 Emissões de Novas Séries de Cotas Seniores – Fica a critério da Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação prévia da Assembleia Geral, a emissão de novas séries de Cotas Seniores, desde que:

- i) seja observada a Razão Mínima, na respectiva Data de Subscrição Inicial;
- ii) seja requerida, por escrito, pela Cedente; e



114075111-08-09



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

iii) seja emitida carta pela Agência Classificadora de Risco, a qual deverá ser requerida pela Instituição Administradora, reafirmando que a nova emissão não afetará a classificação de risco das Cotas Seniores obtidas em séries anteriores.

14.2.3.1 É admitida a emissão e colocação privada de Cotas Subordinadas, a qualquer tempo, pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação da Assembleia Geral, as quais poderão ser adquiridas exclusivamente pela Cedente ou por suas Partes Relacionadas.

14.2.4 Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

14.2.5 Exceto se de outra forma exigido pela CVM, as Cotas Seniores que não forem subscritas dentro do prazo de colocação poderão ser canceladas pela Instituição Administradora, sem necessidade de aprovação de tal cancelamento pela Assembleia Geral.

14.3 As Cotas serão escriturais e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares.

14.3.1 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

14.3.2 É indispensável, por ocasião da subscrição inicial de Cotas, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, através da assinatura do respectivo termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, bem como de declaração atestando a condição de Investidor Qualificado, se for o caso.

14.3.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas ou despesas.

14.4 As Cotas só podem ser colocadas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

14.5 O valor mínimo para subscrição inicial de Cotas será de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais).

14.6 Somente poderão adquirir as Cotas os Investidores Qualificados.



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-08-09

14.7 A integralização de Cotas pode ser efetuada por TED da conta corrente do Investidor Qualificado ou por meio da CETIP. A amortização e o resgate de Cotas podem ser efetuados por crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

14.7.1 Admite-se o resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. O resgate de Cotas Subordinadas em Direitos Creditórios pode ocorrer a qualquer tempo, desde que observada a Razão Mínima.

14.7.2 Admite-se a subscrição de Cotas Subordinadas com Direitos Creditórios, desde que observada a Razão Mínima.

15. CLASSES DE COTAS

15.1 As Cotas serão seniores ou subordinadas.

15.2 Todas as Cotas de mesma classe e Série terão iguais taxas, despesas e prazos, bem como direitos de voto.

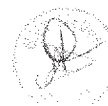
15.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento.

15.4 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. Somente ocorrerá a amortização das Cotas Subordinadas após a amortização das Cotas Seniores, ou conforme descrito no presente Regulamento. Somente ocorrerá o resgate das Cotas Subordinadas após o resgate das Cotas Seniores.

16. DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

16.1 As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme abaixo descrito caso haja recursos no Fundo suficientes para tal valorização. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial da primeira Cota.

16.2 A valorização das Cotas ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:



- 114075111-09-09
- i) após o pagamento e provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma proporcional e simultânea para cada Série, o valor equivalente à remuneração indicada no respectivo suplemento da Série, relativa ao Dia Útil imediatamente anterior; e
 - ii) após a valorização acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado ao valor de cada Cota Subordinada.

16.3 A fórmula de cálculo do valor a ser distribuído para as Cotas Seniores, desde que o patrimônio do Fundo assim permita, nos termos do item 16.2 (i) acima, será determinada no respectivo suplemento da Série.

16.3.1 Na hipótese de o valor das Cotas Subordinadas ser igual a zero, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, de forma simultânea e proporcional a participação de cada Série em relação ao PL do Dia Útil anterior, o valor equivalente à variação patrimonial do Fundo também em relação ao Dia Útil anterior.

16.4 A presente cláusula tem como finalidade definir qual parcela do PL deve ser alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de amortização ou resgate de suas Cotas e não representa nem deverá ser considerada promessa ou garantia de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

17. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

17.1 Os valores e prazos de amortização e carência aplicáveis às Cotas Seniores de cada uma das Séries a serem emitidas pelo Fundo deverão constar do suplemento da respectiva Série.

17.2 As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas, a critério da Instituição Administradora, no primeiro Dia Útil subsequente à Data de Amortização de Cotas Seniores de qualquer Série, desde que: (i) haja recursos suficientes para tanto; (ii) seja observado o limite estabelecido pela Razão Mínima; (iii) tenham sido realizadas pelo menos 36 (trinta e seis) cessões de Direitos Creditórios ao Fundo; (iv) o valor a ser amortizado assegure ao Fundo, após a amortização pretendida, uma Subordinação igual ou superior à Subordinação Mínima; (v) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (vi) não esteja em curso a liquidação antecipada do Fundo. Os eventos acima não impedirão a amortização das Cotas

Subordinadas se anteriormente ou simultaneamente ocorrer o resgate total das Cotas Seniores.

17.2.1 Para fins do item 17.2 (iv), a Subordinação Mínima será o percentual correspondente à respectiva média aritmética das Taxas Mínimas de Cessão vigentes por ocasião das últimas 36 (trinta e seis) cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme a tabela abaixo:

MÉDIA ARITMÉTICA DAS TAXAS MÍNIMAS DE CESSÃO	SUBORDINAÇÃO MÍNIMA
Maior ou igual a 5,2%	15%
Menor que 5,2% e maior ou igual a 4,6%	20%
Menor que 4,6% e maior ou igual a 3,9%	25%

17.2.2 A não ocorrência de determinada amortização de Cotas Subordinadas em razão do disposto no item anterior não prejudicará as outras amortizações de Cotas Subordinadas.

17.2.3 As Cotas Subordinadas também poderão ser amortizadas por decisão da Assembleia Geral.

17.2.4 A amortização de Cotas Subordinadas somente poderá ser realizada até o limite necessário à manutenção da Razão Mínima prevista no item 18 abaixo, observado o limite disposto no item 17.2 (iii) acima.

17.3 A Instituição Administradora poderá realizar a Amortização Compulsória e antecipada das Cotas Seniores, exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo (i) à Razão Mínima e/ou (ii) à Alocação Mínima em Direitos Creditórios.

17.3.1 A Instituição Administradora deverá, tão logo decida realizar a Amortização Compulsória, convocar Assembleia Geral para deliberar sobre o novo cronograma de amortização, se não for possível manter os termos do cronograma originalmente estipulado, observado que a Amortização Compulsória, nos termos do item 17.3 acima, independe de aprovação da Assembleia Geral.

17.3.2 Na hipótese de a Instituição Administradora decidir pela realização da Amortização Compulsória nos termos dos itens anteriores, o valor referente a tal amortização não será apurado pela fórmula definida no suplemento das respectivas Séries, mas sim pelo valor necessário de enquadramento do Fundo, conforme previsto no item 17.3 acima. Os Cotistas serão informados,



1140751 11-00-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

inclusive sobre o valor total envolvendo cada Amortização Compulsória, em até 2 (dois) Dias Úteis previamente à realização da Amortização Compulsória.

17.3.3 Qualquer Amortização Compulsória afetará todos os Cotistas titulares de Cotas Seniores, de forma proporcional ao valor das respectivas Cotas.

17.4 O procedimento previsto nesta cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

18. RAZÃO MÍNIMA, RESERVAS DE PAGAMENTO E DE LIQUIDEZ

18.1 O Fundo deverá observar, durante seu prazo de existência, a Razão Mínima, que corresponde à manutenção de Cotas Subordinadas em montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do PL do Fundo.

18.2 Na hipótese de inobservância da Razão Mínima por período superior a 2 (dois) Dias Úteis, a Instituição Administradora deverá notificar imediatamente a Cedente sobre tal fato que, por sua vez, poderá exercer a faculdade de, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de referida notificação, subscrever e integralizar, em moeda corrente nacional ou em Direitos Creditórios, volume suficiente de Cotas Subordinadas para restabelecer a Razão Mínima, o qual será definido e informado pela Instituição Administradora. Ressalte-se que, nesse caso, a Cedente não tem qualquer obrigação de subscrever novas Cotas Subordinadas, mas tão somente a faculdade de fazê-lo.

18.2.1 A inobservância da Razão Mínima por período superior a 8 (oito) Dias Úteis ensejará um Evento de Avaliação.

18.3 O Fundo deverá manter, durante seu prazo de existência, o Índice de Liquidez, que corresponde ao montante de recebimento de pagamentos de Direitos Creditórios de sua titularidade, igual ou superior a 2 (duas) vezes o valor estimado de amortizações de Cotas Seniores do mês subsequente. A Contratada fará a monitoração deste índice e orientará a Instituição Administradora em caso de desenquadramento nos termos do item 18.3.1 abaixo.

18.3.1 Na hipótese de desenquadramento do Índice de Liquidez por 3 (três) meses consecutivos, a Instituição Administradora, desde que notificada pela Contratada, interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios até que este índice seja reenquadrado.

18.4 A Instituição Administradora deverá instruir o Custodiante a manter, durante seu prazo de existência, a Reserva de Liquidez, que corresponde a um montante em moeda corrente nacional e em títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento equivalente 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do PL.

18.5 A Instituição Administradora interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios 60 (sessenta) dias antes de cada amortização, até que o saldo em moeda corrente nacional e em títulos e ativos especificados no item 9.4 deste Regulamento, líquido da (i) provisão para despesas e encargos devidos naquele mês e no mês subsequente e da (ii) Reserva de Liquidez, corresponda a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva amortização (a "Reserva de Pagamento").

18.5.1 Uma vez constituída a Reserva de Pagamento, nos termos acima referidos, a Instituição Administradora poderá adquirir novos Direitos Creditórios.

18.5.2 Caso a Reserva de Pagamento não atinja o valor estimado até a data da respectiva amortização, a Instituição Administradora poderá utilizar a Reserva de Liquidez para honrar a respectiva amortização, sendo que, neste caso deverá manter a interrupção da aquisição de novos Direitos Creditórios até a recomposição da Reserva de Liquidez.

18.7 Os procedimentos descritos nesta cláusula não constituem promessa ou garantia, por parte da Instituição Administradora, da Gestora ou do Custodiante, de que haverá recursos suficientes para a constituição das reservas, representando apenas um objetivo a ser por ela perseguido.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE

19.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

19.1.1 Os ativos referidos no item 9.4 acima que integrem a carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no Manual de Precificação



1140731 11-08-09

de Ativos do Custodiante, cujo teor está disponível a quaisquer Cotistas na sede do Custodiante.

19.1.2 O valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

19.2 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

19.2.1 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, conforme descrito no item 19.1.2 acima, e desde que a Instituição Administradora autorize, por escrito, a utilização do novo método de avaliação dos Direitos Creditórios.

19.2.2 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

19.3 As provisões e as perdas com Direitos Creditórios ou com outros ativos integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Resolução nº 2.682, de 12 de dezembro de 1999, do CMN.

19.4 As Cotas de cada classe e Série terão seu valor calculado todo Dia Útil.

19.4.1 O valor unitário das Cotas Seniores será o apurado conforme previsto na cláusula 16 acima.



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751-11-08-09

19.4.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do PL, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em Circulação, pelo número total de Cotas Subordinadas.

20. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

20.1 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração prevista na cláusula 6 acima:

- i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- iv) honorários e despesas do Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- ix) contribuição anual devida à CETIP;
- x) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e



114075111-03-09

- xi) despesas com o(s) representante(s) dos Cotistas.

21. ASSEMBLÉIA GERAL

21.1 É da competência da Assembléia Geral:

- i) examinar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Instituição Administradora, em até 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social;
- ii) alterar o disposto neste Regulamento;
- iii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- iv) deliberar sobre a substituição e/ou contratação de terceiro autorizado para exercer atividade de gestão da carteira do Fundo;
- v) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas;
- vi) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- vii) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- viii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- ix) resolver se Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- x) resolver se Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- xi) deliberar sobre a alteração da remuneração das Cotas Seniores;
- xii) deliberar acerca da substituição da Taxa DI no evento de sua indisponibilidade por período superior a 10 (dez) dias consecutivos ou por imposição legal;



114075111-09-09

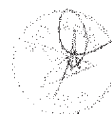
BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

- xiii) aprovar os procedimentos a serem adotados no resgate das Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- xiv) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- xv) deliberar sobre a substituição do Auditor;
- xvi) deliberar sobre a substituição do Custodiante;
- xvii) deliberar sobre a substituição do Agente de Cobrança; e
- xviii) deliberar sobre a substituição da Contratada.

21.2 Todas as decisões serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas que estejam em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes na Assembléia Geral.

21.2.1 Estão subordinadas também à aprovação prévia de titulares de mais da metade das Cotas Seniores em circulação e dos titulares de mais da metade das Cotas Subordinadas em circulação, sendo os votos de cada uma das classes contabilizados em separado, de forma independente e sem relação de subordinação, as deliberações referentes a:

- i) Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão;
- ii) valorização das Cotas;
- iii) amortização das Cotas;
- iv) direito de voto de cada classe;
- v) alteração do item 14.2.3 deste Regulamento;
- vi) cobrança de taxas – que não a taxa de administração; e
- vii) alteração da forma de cálculo da Razão Mínima.





BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

21.3 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Cotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

21.4 Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- ii) não ser titular de Cotas Subordinadas;
- iii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- iv) não exercer cargo da administração ou ser empregado da Cedente; e
- v) não exercer cargo de administração ou ser empregado dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente.

21.4.1 Os representantes dos Cotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Instituição Administradora, do Custodiante ou da Cedente para exercer tal função.

21.5 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes ou de determinação da CVM, hipótese em que deve ser providenciada a ciência aos Cotistas da referida alteração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da alteração deste Regulamento junto à CVM.

21.6 A convocação de Assembleia Geral será feita pela Instituição Administradora, mediante envio de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, correio eletrônico ou publicação no periódico utilizado pelo Fundo.

21.7 A convocação deverá indicar dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e os assuntos a serem tratados.

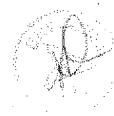




114075111-08-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

- 21.8 A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados do envio aos Cotistas de comunicação ou da publicação no periódico utilizado pelo Fundo.
- 21.9 Não se realizando a Assembléia Geral, será providenciada a expedição aos Cotistas de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias contados da realização da Assembléia Geral.
- 21.10 Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação.
- 21.11 Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.
- 21.12 Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral será realizada na sede da Instituição Administradora. Quando a Assembléia Geral não for realizada na sede da Instituição Administradora, as comunicações enviadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o local da reunião, que em nenhuma hipótese pode realizar-se fora do município da sede da Instituição Administradora.
- 21.13 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral poderá reunir-se por convocação da Instituição Administradora, a seu exclusivo critério, ou mediante solicitação à Instituição Administradora por Cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.
- 21.14 As Assembléias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um Cotista.
- 21.15 Somente podem votar nas Assembléias Gerais os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. A presidência das Assembléias Gerais caberá à Instituição Administradora, ressalvada a hipótese de deliberação em sentido diverso por parte dos Cotistas presentes.
- 21.16 Será sempre assegurada a participação da Instituição Administradora em qualquer Assembléia Geral.
- 21.17 Não terão direito a voto na Assembléia Geral a Instituição Administradora e seus empregados.





1140751 11-08-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

21.18 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

22. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

22.1 A Instituição Administradora deverá, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, prestar todas as informações e fornecer todos os documentos obrigatórios e periódicos constantes da Instrução nº 356/01, da CVM, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento, especialmente na presente cláusula.

22.2 A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando ou indicando: (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; (ii) que as negociações foram realizadas, no mínimo, a taxas de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.

22.3 A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no periódico referido na cláusula 24 abaixo, além de manter disponíveis em sua sede e agência(s) e na sede das instituições que coloquem Cotas desse, o PL, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a relação entre o PL e o valor das Cotas Seniores, e o último relatório da Agência Classificadora de Risco.

22.4 A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à manutenção do investimento.

22.4.1 Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante: (i) a alteração da classificação de risco das Cotas ou, quando houver, dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a mudança ou a substituição do Custodiante; (iii) a ocorrência de eventos que afetem ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do

1140751 11-08-09

Fundo, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e (iv) a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos Cotistas.

22.5 A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

22.6 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

22.6.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.6.2 O exercício social do Fundo tem, exceto no ano de sua constituição, duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

22.6.3 A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

23. PUBLICAÇÕES

23.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas inicialmente no jornal Diário Mercantil, publicado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

23.2 A Instituição Administradora poderá, a seu exclusivo critério, sem a necessidade de convocação de Assembleia Geral e alteração do presente Regulamento, alterar o periódico utilizado para efetuar as publicações relativas ao Fundo, devendo, nesse caso, informar previamente os Cotistas sobre essa alteração.

24. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

24.1 O Fundo será liquidado, ordinariamente, em 240 (duzentos e quarenta) meses contados da Data da Subscrição Inicial das Cotas Seniores da 1ª Série.

24.2 Caso no último Dia Útil do prazo de duração do Fundo, a totalidade das Cotas em circulação ainda não tenha sido resgatada, o prazo do Fundo será automaticamente prorrogado até a data em que seja realizada Assembleia Geral para determinar os procedimentos para entrega de Direitos Creditórios aos Cotistas nos termos do item 21.1 "xiii" acima ou em que for constituído o condomínio mencionado no item 25.2.6.2 abaixo.

24.3 Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas Seniores terão direito de partilhar o PL na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva Série e no limite desses valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Cotas Seniores.

24.4 Na data de liquidação do Fundo, os titulares das Cotas poderão receber Direitos Creditórios e/ou outros ativos que integrem a carteira do Fundo em pagamento do resgate das Cotas.

25. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

25.1 São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores em qualquer nível;
- ii) renúncia da Instituição Administradora à administração do Fundo;
- iii) inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo Custodiante ou pelo representante dos Cotistas, desde que,



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-08-09

notificada por qualquer deles para sanar ou justificar o descumprimento, a Instituição Administradora não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- iv) inobservância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, verificada e notificada pela Instituição Administradora ou pelo representante dos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento da notificação;
- v) inobservância pelo Agente de Cobrança, dos deveres e das obrigações previstas nos respectivos contratos, desde que, se notificados pelo Custodiante ou pela Instituição Administradora para sanarem ou justificarem o descumprimento, não o fizerem no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- vi) amortização ou resgate de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- vii) resilição do Contrato de Custódia;
- viii) renúncia do Custodiante;
- x) caso a Taxa DI deixe de ser apurada e/ou divulgada por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis;
- xi) ocorrência de qualquer Evento de Revisão, nos termos definidos no Contrato de Cessão e no item 25.1.7 abaixo;
- xii) caso o valor total das parcelas vencidas e não pagas há no máximo 90 (noventa) dias e há no mínimo 61 (sessenta e um) dias relativas aos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo, seja, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, correspondente a mais de 20% (vinte por cento) do valor total dos Financiamentos integrantes da carteira do Fundo;
- xiii) caso a Instituição Administradora entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento;
- xiv) inobservância, por 8 (oito) Dias Úteis consecutivos, da Razão Mínima;

- xv) rescisão do Contrato de Cessão; e
- xvi) caso seja efetuada uma Amortização Compulsória.

25.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 25.1.3 abaixo, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, o Fundo interromperá os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a Instituição Administradora convocará imediatamente uma Assembleia Geral, a ser realizada em no mínimo 10 (dez) dias e até 15 (quinze) dias contados da data do evento, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como um Evento de Liquidação. Caso a referida Assembleia Geral decida que tal Evento de Avaliação não deve ser considerado como um Evento de Liquidação, os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo poderão ser imediatamente retomados.

25.1.3 Caso a Assembleia Geral de que trata o item acima delibere que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no item 25.6 abaixo, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que deliberou a constituição do Evento de Liquidação Antecipada.

25.1.4 Caso o Evento de Avaliação não seja entendido pela Assembleia Geral como um Evento de Liquidação, a Instituição Administradora deverá adotar as medidas aprovadas pelos Cotistas na referida Assembleia Geral para o saneamento do Evento de Avaliação, bem como para manutenção das atividades regulares do Fundo, inclusive reiniciar o processo de aquisição de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Cessão.

25.1.5 O direito dos Cotistas Subordinados ao recebimento de qualquer pagamento referente à amortização das Cotas Subordinadas ficará suspenso durante o período compreendido entre a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação até (i) a data da deliberação, pela Assembleia Geral de que o Evento de Avaliação não dá causa à liquidação antecipada do Fundo, independentemente da implementação de eventuais ajustes aprovados pelos Cotistas na referida Assembleia Geral ou (ii) a data em que todos os valores devidos aos Cotistas titulares de Cotas Seniores tiverem sido integralmente pagos pelo Fundo, caso se decida na referida Assembleia Geral pela liquidação antecipada do Fundo.

25.1.6 Para fins de verificação do disposto nos itens 25.1 (xiii), a Instituição Administradora deverá calcular no último Dia Útil de cada mês a razão do somatório do valor

presente dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, conforme respectiva faixa de atraso, pelo somatório da totalidade dos Direitos Creditórios do Fundo, na respectiva data de apuração.

25.1.7 Nos termos do Contrato de Cessão, são considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- i) alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Cedente;
- ii) caso se verifique falha, erro ou incorreção em quaisquer das declarações prestadas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão, que possam comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Cotas Seniores;
- iii) caso a Cedente deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do Banco Central do Brasil e do CMN;
- iv) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Cedente ou de suas Partes Relacionadas de valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), considerados em conjunto;
- viii) ocorrência de qualquer ato ou fato que imponha restrição à alienação dos Direitos Creditórios;
- v) descumprimento pela Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados ao Fundo do qual seja parte, que não seja um Evento de Revisão, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado adequadamente, no entendimento da Instituição Administradora, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio, pela Instituição Administradora, de notificação, por escrito, informando da ocorrência do respectivo evento;
- vi) realização de qualquer negócio ou ato jurídico que acarrete ou possa resultar na alteração dos termos, condições e procedimentos de pagamento relativos aos Financiamentos cujos Direitos Creditórios sejam de titularidade do Fundo, sem a prévia e expressa autorização da Instituição Administradora, ressalvada as possibilidades de alteração já expressamente previstas no Contrato de Cessão e neste Regulamento;



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

- vii) comprovação de que a Cedente tenha reiterada e dolosamente oferecido ao Fundo Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão;
- viii) modificações estatutárias que alterem o objeto social da Cedente e que possam impactar no regular cumprimento das obrigações da Cedente nos termos do Contrato de Cessão.

25.1.8 A Cedente deverá notificar, por escrito, a Instituição Administradora e o Custodiante da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão indicados acima imediatamente após tomar conhecimento de sua ocorrência.

25.2 Será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas:

- i) decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação (a) à Cedente; e/ou (b) à Instituição Administradora; e/ou (c) a quaisquer sociedades controladoras das pessoas referidas anteriormente;
- ii) se for deliberado que um Evento de Avaliação constitui Evento de Liquidação;
- iii) na hipótese de a Assembléia Geral não chegar a acordo comum referente à substituição da Taxa DI, na ausência de sua apuração e/ou divulgação por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal;
- iv) comprovação de que a Cedente, agindo de má-fé, tenha oferecido ao Fundo, Direitos Creditórios inexistentes, ou que já haviam sido cedidos a terceiros;
- v) caso a Instituição Administradora deixe de convocar Assembléia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 25.1 acima;
- vi) não pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de cada Data de Amortização de Cotas Seniores, do valor integral da amortização de qualquer Cota Sênior;
- vii) caso a Cedente deixe de comunicar à Instituição Administradora a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento daquela.



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

1140751 11-08-09

25.2.1 O Fundo será liquidado automaticamente, independentemente de deliberação da Assembléia Geral, na ocorrência das hipóteses abaixo indicadas:

- i) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e
- ii) por determinação da CVM.

25.2.2 Sem prejuízo do item acima, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, a Instituição Administradora imediatamente (i) notificará tal fato aos Cotistas e (ii) interromperá a aquisição de Direitos Creditórios.

25.2.3 Na hipótese de (i) não instalação da Assembléia Geral por falta de *quorum*, ou (ii) aprovação pelos Cotistas sobre a liquidação antecipada do Fundo, a Instituição Administradora deverá iniciar os procedimentos referentes à liquidação do Fundo.

25.2.4 Na hipótese de a Assembléia Geral deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será concedido aos Cotistas Seniores que não concordarem com a decisão, o resgate antecipado de suas Cotas, conforme regras a serem definidas na Assembléia Geral.

25.2.5 Caso a Assembléia Geral delibere a liquidação antecipada do Fundo, todas as Cotas serão resgatadas, observados os seguintes procedimentos:

- i) a Instituição Administradora não adquirirá mais Direitos Creditórios e outros ativos para o Fundo; todos os recursos em moeda corrente serão utilizados para o resgate das Cotas;
- ii) as Cotas Seniores terão prioridade no resgate sobre as Cotas Subordinadas; portanto, todos os recursos, Direitos Creditórios e Disponibilidades serão prioritariamente alocados para o resgate das Cotas Seniores, de forma *pro rata* e mediante a observância de igualdade de condições entre todas as Cotas Seniores; e;
- iii) as Cotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral de todas as Cotas Seniores, sendo então pago a cada Cota Subordinada o valor correspondente à fração respectiva no eventual saldo remanescente do patrimônio do Fundo.

25.2.5.1 Com o intuito de racionalização do procedimento de resgate de Cotas descrito no item anterior, a Instituição Administradora poderá postergar pagamentos aos Cotistas até que o total



de recursos disponíveis seja equivalente ao mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) por Cota, exceto na hipótese de o valor dos recursos disponíveis já ser suficiente para o integral resgate das Cotas Seniores e/ou Subordinadas.

25.2.6 A Assembléia Geral deverá definir o prazo máximo para liquidação das Cotas Seniores, que não poderá exceder o prazo de duração de tais Cotas. Caso no último Dia Útil desse prazo a totalidade das Cotas Seniores ainda não tenha sido resgatada mediante pagamento em moeda corrente nacional, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, para tanto, deverá ser convocada Assembléia Geral para definir o procedimento a ser adotado.

25.2.6.1 Qualquer entrega de Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate aos titulares de Cotas será realizada por rateio, considerando o número de Cotas detido por cada Cotista na ocasião, e priorizando-se o resgate das Cotas Seniores.

25.2.6.2 Na hipótese de a Assembléia Geral referida no item 25.2.5 não chegar a acordo referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos Creditórios serão dados em pagamento aos titulares das Cotas Seniores até o limite do valor destas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada titular de Cotas Seniores será calculada de acordo com a proporção de Cotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Cotas Seniores em Circulação à época. Os eventuais Direitos Creditórios remanescentes após a liquidação de todos os valores devidos aos titulares de Cotas Seniores serão entregues aos titulares de Cotas Subordinadas, proporcionalmente à sua participação no remanescente do patrimônio do Fundo. Feitos tais procedimentos, a Instituição Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

25.2.6.3 A Instituição Administradora deverá notificar os titulares das Cotas Seniores, para que elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Cotas Seniores fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Instituição Administradora perante os Cotistas após a constituição do condomínio de que trata o item anterior.

25.2.6.4 Caso os titulares das Cotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido no item 25.2.5.3, essa função será exercida pelo titular de Cotas Seniores que detenha a maioria das Cotas Seniores em Circulação.

25.2.6.5 O Custodiante e/ou a empresa contratada para tanto fará a guarda dos Direitos Creditórios Cedidos e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias (contado da notificação referida no item 25.2.5.3 acima), dentro do qual o administrador do condomínio indicará à Instituição Administradora e ao Custodiante, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos Creditórios e Documentos Comprobatórios. Expirado este prazo, a Instituição Administradora poderá promover a consignação da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

26. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

26.1 A partir da primeira Data de Subscrição Inicial das Cotas Seniores e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora e o Custodiante obrigam-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na provisão para despesas e encargos devidos nos 3 (três) meses subsequentes, ou período inferior, a critério da Instituição Administradora;
- iii) na amortização das Cotas Seniores em Circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- iv) na constituição da Reserva de Liquidez;
- v) na constituição da Reserva de Pagamento;
- vi) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento;
- vii) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional.

26.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- iii) na amortização de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 Para fins do disposto neste Regulamento considera-se o correio eletrônico como forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Custodiante, a Cedente e os Cotistas.

27.2 Para efeitos do disposto nesse Regulamento, entende-se por Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem Dia Útil, conforme definição deste item considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.

27.3 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer ações nos processos jurídicos relativos ao Fundo ou quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2009.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

ANEXO I

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de junho de 2008 por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FINANCEIROS CREDIPAR I

Agência Classificadora de Risco	Standard&Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20.
Agente de Cobrança	Crediparaná Serviços Financeiros Ltda, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Don Pedro II nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.253.403/0001-78, contratada pelo Fundo para o exercício de atividades relacionadas à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, estando autorizada a subcontratar terceiros para o exercício dessa função.
Agentes de Recebimento	Banco do Brasil S.A.; Banco Bradesco S.A.; Banco Itaú S.A.; HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e Caixa Econômica Federal, as quais são as instituições financeiras, contratadas pela Cedente, mantenedoras das contas correntes que receberão os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos.
Alocação Mínima	Percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do PL a ser mantido em Direitos



114075111-08-09

Amortização Compulsória

Credítórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades.

Assembléia Geral

Faculdade atribuída à Instituição Administradora de realizar a amortização compulsória e antecipada das Cotas Seniores em situações especificadas neste Regulamento.

Auditor

Assembléia geral de Cotistas.

KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou quem vier a lhe suceder.

BM&F

Bolsa de Mercadoria & Futuros

CCF

Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo

CDC

Crédito direto ao consumidor, para aquisição de bens e serviços.

Cedente

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II nº 21, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.379.829/0001-06, cedente dos Direitos Creditórios ao Fundo.

CETIP

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

CMN

Conselho Monetário Nacional.

Condições de Cessão

Requisitos dos Direitos Creditórios a serem



1140751 11-08-09

Contratada

cedidos ao Fundo pela Cedente, estabelecidos no item 10.1 do Regulamento, cuja observância é de exclusiva responsabilidade da Cedente.

Hampton Solfise Consultoria e Assessoria Administrativa Empresarial Ltda., sociedade com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 192, Sala 14, inscrita no CNPJ sob o nº 04.954.559/0001-01, na qualidade de contratada da Instituição Administradora, em nome do Fundo, para prestação dos serviços de monitoramento dos Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo.

Contrato de Cessão

Contrato de promessa de cessão de direitos creditórios por meio do qual a Cedente prometerá ceder Direitos Creditórios ao Fundo (cessionário) originários de Financiamentos.

Contrato de Custódia

Contrato de prestação de serviços de custódia firmado entre o Custodiante e a Instituição Administradora, com a interveniência-anuência da Cedente, que contém descrição dos serviços de custódia a serem prestados pelo Custodiante.

COSIF

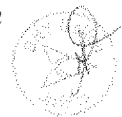
Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil.

Cotas

Correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. As cotas do Fundo são divididas em duas classes, Sênior e Subordinada.

Cotas Seniores

Todas as cotas emitidas pelo Fundo que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.





1140751 11-08-09

Cotas Seniores da 1ª Série	Primeira série de Cotas Seniores emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores em Circulação	A totalidade das Cotas Seniores emitidas que ainda não tenham sido resgatadas.
Cotas Subordinadas	As que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotistas	Os titulares de Cotas Seniores ou Subordinadas, quando tratados em conjunto.
Cotistas Seniores	Titulares de Cotas Seniores em Circulação.
Crítérios de Elegibilidade	São as características necessárias dos Direitos Creditórios para que sejam passíveis de aquisição pelo Fundo, cuja observância deverá ser verificada pelo Custodiante previamente a cada cessão.
Custodiante	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/n, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de custódia, controladoria e escrituração das cotas do Fundo.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Significa a data de amortização das Cotas de uma determinada Classe ou Série, conforme as condições previstas neste Regulamento e no suplemento da respectiva Série.





114075111-08-09

Datas de Amortização de Cotas Seniores

Datas das amortizações programadas das Cotas Seniores, na data prevista no respectivo suplemento.

Data de Subscrição Inicial

Data da primeira subscrição e integralização de uma determinada Série.

Devedores

Pessoas físicas devedoras dos Direitos Creditórios Cedidos.

DI

Depósitos Interfinanceiros.

Dia Útil

De segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais e/ou dias em que não houver expediente bancário nacional.

Direitos Creditórios

Direitos de crédito originados dos Financiamentos, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas, com exceção da taxa de ressarcimento de serviços de terceiros, cujo valor é discriminado no campo denominado "ressarcimento da prestação de serviços de terceiros" do termo de adesão ao Financiamento.

Direitos Creditórios Cedidos

São os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Disponibilidades

Compreendem (i) caixa; (ii) depósitos bancários à vista; (iii) numerário em trânsito; e (iv) aplicações de liquidez imediata, o que inclui títulos públicos.

Documentos Comprobatórios

Ficha cadastral do Devedor, os contratos





114075177-08-09

	celebrados com os Devedores que regulam os Financiamentos e os documentos pessoais do Devedor que foram analisados para a concessão do Financiamento.
Eventos de Avaliação	Aqueles cuja ocorrência enseja a interrupção dos procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios bem como convocação imediata de Assembléia Geral, a qual decidirá se tal Evento de Avaliação deve ser considerado como Evento de Liquidação.
Eventos de Liquidação	Aqueles cuja ocorrência enseja a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, bem como a imediata notificação do fato aos Cotistas e a interrupção da aquisição de Direitos Creditórios.
Eventos de Revisão	São os eventos definidos no item 11.1 do Contrato de Cessão.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
Financiamento	Mútuos concedidos pela Cedente a pessoas físicas nas modalidades de CDC, e crédito pessoal cujos Direitos Creditórios poderão ser ofertados pela Cedente para cessão ao Fundo.
Fundo	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiro Credipar I.
Gestora	BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, 401, 402 e 403, inscrita no CNPJ sob o nº 08.896.477/0001-09, contratada para efetuar a gestão da carteira do Fundo.





1140751 11-08-09

Índice de Liquidez

Corresponde ao montante de recebimento de pagamentos de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, igual ou superior a 2 (duas) vezes o valor estimado de amortizações de Cotas Seniores do mês subsequente.

Instituição Administradora

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, sociedade autorizada pela CVM a administrar e gerir fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários.

Instituições Autorizadas

Banco do Brasil S.A.; Banco Bradesco S.A.; Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.; Banco ABN Amro Real S.A.; Banco Santander S.A.; Banco Citibank S.A.; e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

Investidores Qualificados

Investidores qualificados, conforme regulamentação legal, e atualmente definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

Lista de Direitos Creditórios

Lista de Direitos Creditórios oferecidos à cessão, a ser preparada em arquivo eletrônico.

Lojas Conveniadas

Lojas nas quais o consumidor pode realizar aquisições de bens de consumo por meio de financiamento na modalidade CDC, contraído junto à Cedente, ou obter mútuos simples, na modalidade de crédito pessoal, também junto à Cedente.





1140751 11-08-09

Partes Relacionadas

Em relação a qualquer pessoa jurídica, (i) as pessoas jurídicas controladoras de tal pessoa jurídica; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa jurídica; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa jurídica; e/ou (iv) sociedades sob o mesmo controle que tal pessoa jurídica.

PL

Valor do patrimônio líquido do Fundo.

Razão Mínima

Volume mínimo de Cotas Subordinadas que devem ser mantidas pelo Fundo, estabelecida no item 18.1 do Regulamento.

Regulamento

Regulamento do Fundo.

Reserva de Liquidez

Reserva equivalente 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do PL estabelecida no item 18.4 do Regulamento.

Reserva de Pagamento

Reserva a ser constituída 60 (sessenta) dias antes da efetiva amortização, conforme o item 18.5 do Regulamento.

SELIC

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

Série

Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento e do respectivo suplemento.

SPC

Serviço de Proteção ao Crédito.

Subordinação

Relação entre o valor das Cotas Subordinadas e o PL.

Taxa Mínima de Cessão

Corresponde às taxas apuradas a cada cessão e definidas no item 10.1, (viii), "a", "b" e "c".

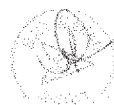




TED

1146751 11-08-09

Transferência Eletrônica Disponível.





114075111-08-09

ANEXO II

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008 por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, DOS PROCESSOS DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO ADOTADA PELA CEDENTE

1. Natureza

1.1 Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de Financiamentos concedidos pela Cedente aos Devedores nas modalidades de CDC e crédito pessoal, incluindo os respectivos juros, multas e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios e instrumentos que os representam, tal como respectivos anexos e garantias constituídas, com exceção da taxa de ressarcimento de serviços de terceiros, cujo valor é discriminado no campo denominado "ressarcimento da prestação de serviços de terceiros" do termo de adesão ao Financiamento.

1.2 Os Financiamentos são formalizados por meio da assinatura de termos de adesão ao "Contrato de Financiamento Direto ao Consumidor e Utilização do Sistema Credipar de Crédito" devidamente registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba sob nº 442355, em 13 de fevereiro de 2007.

1.3 Adicionalmente, para clientes que sejam titulares de conta corrente, o Cedente pode exigir a emissão de cheques pré-datados no valor exato das parcelas devidas previamente à concessão do Financiamento.

2. Processo de Originação e política de concessão de crédito

2.1 A originação dos Financiamentos junto aos Devedores ocorre por meio da atuação das Lojas Conveniadas contratadas pela Cedente, as quais oferecem aos seus clientes, no momento em que esses vão efetuar a aquisição de algum produto ou serviço, a possibilidade de financiá-los ou ainda a de obter um empréstimo pessoal junto à Cedente.



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-08-09

2.2 As Lojas Conveniadas dispõem de fichas cadastrais padronizadas para o preenchimento com as informações e referências pessoais, profissionais e comerciais dos clientes interessados em contratar qualquer modalidade de Financiamento.

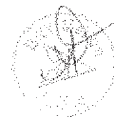
2.3 As Lojas Conveniadas são responsáveis por preencher corretamente as fichas cadastrais, verificar a veracidade dos dados cadastrais, informados e apresentados pelos clientes, bem como por informar adequadamente ao cliente as condições do Financiamento.

2.4 Uma vez preenchida, a ficha cadastral é imediatamente encaminhada à Cedente por meio físico, via mensageiro, ou por qualquer meio eletrônico, sendo que, na maioria dos casos, o encaminhamento é realizado através do sistema eletrônico padrão da Cedente (Sistema GIS).

2.5 Recebida a ficha cadastral do cliente, a Cedente inicia o procedimento de análise de crédito, que consiste em: (i) consultar as referências pessoais do cliente; (ii) analisar os dados e informações constantes da ficha cadastral; (iii) verificar o vínculo empregatício do cliente, se aplicável; (iv) consultar os órgãos de proteção ao crédito, notadamente o SPC; e (v) efetuar as consultas internas ao eventual histórico de pagamento do cliente em relação à Cedente.

2.5.1 Sem prejuízos de outros requisitos existentes, os seguintes critérios constituem pré-requisitos mínimo para que o cliente esteja apto a obter concessão de Financiamento junto à Cedente:

- i) o valor do Financiamento deve observar o limite de comprometimento da renda líquida do cliente, estabelecido no manual de regras da Cedente, o qual varia de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento), conforme modalidade de financiamento contratada e status do cadastro do cliente, sendo que o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) aplica-se à modalidade CDC cheque, concedido a cliente já cadastrado perante a Cedente e cujo pagamento tenha sido dividido em, no máximo, 3 (três) parcelas;
- ii) não possuir registro positivo no SPC;
- iii) não ser estudante, estagiário, funcionário temporário, nem estar desempregado ou recebendo seguro desemprego; e
- iv) não ter sua renda comprometida em outro estabelecimento, nem possuir outros financiamentos ou empréstimos cujas prestações estejam atrasadas perante a Cedente.





2.6 As peculiaridades que impeçam a aprovação do crédito mediante a aplicação dos pré-requisitos acima podem, eventualmente, ser analisadas por alçadas superiores, que têm poderes para decidir pela concessão do Financiamento, se assim entenderem conveniente.

2.7 Aprovada a concessão do Financiamento e permanecendo o interesse do cliente em realizá-lo, a Loja Conveniada responsável pela operação recolhe a assinatura do cliente no termo de adesão e os cheques pré-datados, se for o caso, atesta a autenticidade das assinaturas mediante conferência e confronto com a documentação original apresentada e libera o crédito ao cliente.

2.8 Para operações de crédito pessoal, a entrega do crédito se dá por meio de depósito na conta corrente do cliente, por meio da atribuição de cheque à vista nominal cruzado ou através da entrega de dinheiro em espécie, pela Loja Conveniada, ao cliente. Neste caso, o cliente outorga procuração à Loja Conveniada para que esta receba diretamente da Cedente o valor que tenha sido adiantado ao cliente.

2.9 A Loja Conveniada envia à Cedente o termo de adesão devidamente assinado e o borderô com o movimento dos Financiamentos celebrados ao longo de um dia útil e os cheques pré-datados, e for o caso.

2.10 Como regra geral, até o fim do terceiro dia útil subsequente ao recebimento da documentação referida no item 2.9 acima a Cedente paga à Loja Conveniada, nos termos do que constar no borderô: (i) o valor dos bens financiados pelos clientes; e (ii) o montante de crédito pessoal adiantado pelas Lojas Conveniadas aos clientes.

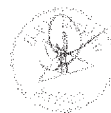


1140751 11-08-09

ANEXO III

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008 por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

MODELO DOS CONTRATOS E DA FICHA CADASTRAL DO DEVEDOR



114075111-09-09

Cadastro de Clientes - FICHA COMPLETA

Dados Principais

Nome		Sexo	Id. Nascimento
<input type="text"/>		Masculino	<input type="text"/>
Ocupação	CPF	RG/UF Emitido	Id. Emissão RG
-7-	<input type="text"/>	-7-	<input type="text"/>
Num. CTPS/Série	PIS	Num. Benefício	NTF ou Matrícula (1 e 2)
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nacionalidade	Naturalidade/UF	PR	Id. Dependentes
Brasileiro(a)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	-7-
Nome do Pai	Nome da Mãe		
<input type="text"/>	<input type="text"/>		
Estado Civil	Telefone Celular 1	Telefone Celular 2	
-7-	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
E-mail	<input type="text"/>		
<input type="text"/>			

Endereço Residencial (clique aqui para pesquisar o endereço)

Rua	Número	Complemento
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Bairro	Cidade/UF	CEP
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Tempo de Residência	Telefone	Aluguel
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Local de Trabalho / Renda (clique aqui para pesquisar o endereço)

Empresa	Cargo/Função/Registro Prof.	Id. Admissão
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Rua	Número	Complemento
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Bairro	Cidade/UF	CEP
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Telefone 1	Telefone 2	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
Vlr. Salário	Outras Rendas	Vlr. Outras Rendas
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Emprego Anterior	Id. Admissão	Id. Demissão
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	
<input type="text"/>		

114075111-08-09

--	--	--

Dados C&Ejuge		
Nome	DT Nascimento	CPF
Nome na RGE	RG/UF Emissor	DT Emissão RG
Empresa	Cargo/Função	DT Admissão
Telefone 1	Telefone 2	
Valor Salário/Benefício		
Outras Rendas de C&Ejuge	Nome Benefício ou RNT	
Descrição	Telefone	Valor/Renda

Referências Pessoais			
Nome	Telefone		

Referências Bancárias			
Banco	Agência / Número da Conta	Tipo de Conta	DT Conta

Observações Comerciais	

Outras Informações	
Assinatura/Carimbo	Cartões de Crédito
	<input type="checkbox"/> Amex <input type="checkbox"/> Visa <input type="checkbox"/> MasterCard <input type="checkbox"/> Outros
	Passap. Cartão desde:



114075111-08-09

Gravar Dados



114075111-08-09

Página 1 de 1

CONTRATO DE FINANCIAMENTO DIRETO AO CONSUMIDOR E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA CREDIPAR DE CRÉDITO

Negresco S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II nº 21, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 04.379.829/0001-06, doravante denominado **FINANCEIRA**, e o **FINANCIADO**, já qualificado em seu cadastro de clientes e signatário do(s) Termo(s) de Adesão relativo(s) à contratação de empréstimo pessoal em moeda corrente ou à(s) compra(s) realizada(s) em estabelecimento(s) loja(s) conveniado(s) com a **FINANCEIRA**, ou com sua **PROCURADORA** constituída e identificada na cláusula décima primeira, o(s) qual(is) passa(m) a fazer parte integrante e complementar deste contrato, tem convenicionado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A **FINANCEIRA** concede ao **FINANCIADO** um crédito na importância, no prazo, nas taxas e nas demais condições estipuladas no(s) respectivo(s) Termo(s) de Adesão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O crédito se destina ao financiamento para aquisição de bens pelo financiado ou ao pagamento de serviços, ou a empréstimo pessoal ao **FINANCIADO**, conforme opção manifestada no Termo de Adesão, que poderá ser por um tipo dos sistemas: pré-fixado ou pós-fixado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Preferindo o sistema pré-fixado, os encargos incidentes sobre o crédito serão imediatamente estabelecidos, calculando-se no mesmo momento, em moeda corrente, o valor das prestações que serão escritas e fixas, juntamente com estes, nos campos próprios do(s) Termo(s) de Adesão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a opção manifestada no Termo de Adesão definir a adoção de "Tipo" de financiamento pós-fixado, os valores serão corrigidos com base no indexador constante do mesmo termo, acrescidos de taxas e encargos contratados no referido instrumento, desde a data de compra até os respectivos vencimentos de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Ocorrendo a extinção do indexador ajustado desta operação será utilizado, para os efeitos do parágrafo anterior, outro que seja nomeado para substituí-lo, ou, na falta do substituto legal, o débito será atualizado com base na taxa de CDI (Certificado de depósito Interbancário) pré-fixado de prazo de 30 dias, em vigor no último dia anterior ao evento.

CLÁUSULA SEGUNDA - O **FINANCIADO** autoriza que o valor líquido do crédito concedido pela **FINANCEIRA**, referido na cláusula primeira, seja entregue diretamente ao (à) **VENDEDOR(A)** da(s) mercadorias adquirida(s) ou ao(a) prestador(a) de serviço(s).

CLÁUSULA TERCEIRA - O **FINANCIADO** e seu(s) avalista(s) obrigam-se solidariamente a efetuar o pagamento das parcelas mensais mencionadas neste contrato, compreendendo o principal, encargos e taxas segundo as condições constantes do Termo de Adesão, em qualquer agência da rede bancária no Território Nacional, até a data do vencimento, mediante a apresentação da(s) ficha(s) de compensação catalogada(s) em carnê, que deverá ser retirado no estabelecimento vendedor. Em determinados estabelecimento(s) vendedor(es), haverá a opção do carnê ser encaminhado ao Financiado através dos Correios, situação específica em que o Financiado será informado no ato da compra ou prestação de serviço. Após o vencimento o pagamento deve ser efetuado no BANCO conveniado, segundo instruções expressas no próprio carnê, ou, eventualmente, no caixa da **FINANCEIRA**, ou de sua procuradora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Se o financiado não retirar o carnê no ato da compra, ou não recebe-lo via correio, se for o caso, deverá fazê-lo até a data do primeiro vencimento expresso no termo de adesão e caso não o faça, ainda assim ficará obrigado a saldar os compromissos pactuados e a pagar os encargos moratórios devidos, no caso do pagamento não ser feito até a data de vencimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se o **FINANCIADO** preferir, optar no ato da compra ou prestação do serviço e a **FINANCEIRA** concordar, poderá entregar à **FINANCEIRA**, ou à sua procuradora constituída, os respectivos cheques para liquidação do financiamento, os quais serão apresentados para este fim, nas datas dos vencimentos de cada parcela.

CLÁUSULA QUARTA - Na hipótese do **FINANCIADO** pactuar juntamente com a operação de crédito outros produtos financeiros, tais como contratos de seguro e/ou sorteios vinculados a empresa de Capitalização, a fim de possibilitar a efetivação destes serviços, nomeia e constitui, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, pelo presente instrumento, a **CREDIPAR** e a **FINANCEIRA** - **INTERVENIENTE** como suas procuradoras para, em nome do **FINANCIADO**, representá-lo junto às respectivas empresas que disponibilizam os produtos desejados, podendo, para tanto, discutir, ajustar e assinar contratos nos moldes definidos no Termo de Adesão e condições gerais pactuadas na formalização da contratação.

1140751 11-08-09

Página 2 de 2

CLÁUSULA QUINTA – O total do débito do FINANCIADO e seu(s) coobrigado(s), compreendendo o principal, encargos financeiros e taxas de serviços, será liquidado segundo as condições constantes do Termo de Adesão respectivo, sendo-lhe facultado o direito de resgatá-lo antecipadamente, em sua totalidade ou parcialmente, mediante a redução proporcional dos juros e acréscimos avençados, ou seja, sem o cômputo dos encargos do período a decorrer, ressalvado a cobrança de encargos compensatórios para cobertura dos custos administrativos e fiscais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para efetivação da redução retro mencionada, o FINANCIADO ou seu coobrigado deverá quitar a dívida diretamente com a FINANCEIRA ou sua PROCURADORA, constituída e identificada na cláusula décima primeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se na composição dos encargos financeiros incidir algum indexador, ajustado pelas partes no Termo de Adesão, o aludido indexador será computado adotando-se o critério "pró-rata" até a data do efetivo pagamento realizado pelo FINANCIADO ou coobrigado.

CLÁUSULA SEXTA – Poderá a FINANCEIRA, sempre que a legislação assim permitir, utilizar a faculdade de representar o débito total do financiado e seu(s) coobrigado(s) através da emissão de letra de câmbio ou por uma única nota promissória emitida diretamente por ele mesmo, ou através de procurador com fins específicos, avalizada diretamente pelo(s) avalista(s) nomeado(s) no Termo de Adesão a este instrumento, ou procurador com esse fim específico, com vencimento à vista, exigível diante do inadimplemento de qualquer das obrigações principais ou acessórias deste contrato, pelo valor do saldo devedor existente.

PARÁGRAFO ÚNICO: É facultado, alternativamente ao previsto no caput desta cláusula, a emissão de Nota(s) Promissória(s) representativa(s) da(s) parcela(s) de resgate do crédito, na forma prevista neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - A FINANCEIRA poderá, a qualquer tempo, ceder a terceiro total ou parcialmente, os direitos e créditos inerentes a este contrato, independentemente da autorização do FINANCIADO.

CLÁUSULA OITAVA - O financiamento será cumprido com recursos próprios da FINANCEIRA, e/ou mediante outro instrumento de captação permitido pelo Banco Central do Brasil em conformidade com os dispositivos regulamentares e legais, a critério da mesma.

CLÁUSULA NONA – A critério exclusivo da FINANCEIRA, são casos de vencimento antecipado da dívida, compreendendo o principal, encargos e taxas:

- a) O descumprimento, pelo FINANCIADO, de qualquer cláusula ou obrigação assumida neste contrato;
- b) Os casos previstos neste instrumento e nos artigos 1.425, I, II, IV e V e 333 do Código Civil;
- c) Constituição de qualquer ônus ou gravames em relação ao objeto da alienação ora constituída;
- d) Se a FINANCEIRA ou o FINANCIADO vierem a sofrer turbção ou esbulho em relação ao bem objeto da alienação fiduciária.

PARÁGRAFO ÚNICO: É assegurado ao FINANCIADO o direito de rescindir o presente contrato na hipótese da FINANCEIRA descumprir qualquer obrigação aqui avençada.

CLÁUSULA DÉCIMA – Ao valor da prestação não liquidada na data de seu vencimento será aplicada a multa contratual de 2% (dois por cento), acrescidos de juros de mora fixados, consoante regra inserta no artigo 406 do Código Civil Brasileiro e comissão de permanência relativa aos dias de atraso, calculada à taxa da operação contratada ou a de mercado do dia do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Todas as importâncias devidas em decorrência do presente contrato poderão ser cobradas por processo de execução, mediante a apresentação deste instrumento, valendo este contrato como título executivo extrajudicial, em conformidade com o permissivo legal insculpido no art. 585, II do Código de Processo Civil, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Com o fim de assegurar o pleno, exato e fiel cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias do presente contrato, o FINANCIADO, transfere à FINANCEIRA o domínio resolúvel e a posse indireta do bem(ns) descrito(s) na(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) referido(s) Termo(s) de Adesão na cláusula primeira, nos termos do artigo 66 da Lei 4728/65 com a nova redação dada pelo decreto-lei nº 911/69, tornando-se em consequência, depositário do(s) bem(s), com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem, de acordo com as leis civil e penal.



114075111-00-09

Página 3 de 3

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A financeira, por este instrumento, nomeia e constitui sua bastante procuradora a CREDIPARANÁ SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA, CNPJ 02.253.403/0001-78, também denominada CREDIPAR, com sede na cidade de Curitiba – Pr., na Alameda Pedro II, 21 1º andar, outorgando-lhe poderes expressos para, em seu nome, receber do FINANCIADO o valor das prestações devidas, nas hipóteses de : atraso superior ao prazo limite fixado para a cobrança bancária; não recebimento, perda ou extravio do carnê de pagamento; e, circunstâncias especiais, podendo receber e dar quitação, inclusive sobre encargos, juros e outras despesas devidas por força deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Ao aderir ao contrato de financiamento direto ao consumidor e utilização do sistema Credipar de crédito, o nome, a identificação e demais dados pessoais e de consumo do financiado e avalista(s), se for o caso, passam a integrar o cadastro de dados de propriedade da Financeira. Respeitadas as disposições legais em vigor, o financiado titular e avalista(s) autoriza(m) a Financeira desde já, a fazer uso desse cadastro para os fins de remessa de correspondências com ofertas de produtos e serviços próprios ou de terceiros, assim como fazer uso desse(s) cadastro(s) para verificação dos dados e obtenção de informações cadastrais e creditícias junto a banco de dados, arquivos, registros ou cadastros mantidos com esse fim, inclusive quanto à existência e valores de operações de crédito, bem como incluir os dados de operações ou de consultas de crédito realizadas com a mesma no(s) cadastro(s) dessas entidades de serviços de informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Qualquer tolerância da Financeira para com o financiado não importará modificação, alteração ou novação do presente contrato, nem constituirá precedente validamente inovável para eximí-lo do cumprimento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As partes, de comum acordo, se obrigam por si seus herdeiros e sucessores e elegem o foro de Curitiba Estado do Paraná, para serem dirimidas as questões derivantes do presente contrato.

Contrato registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba-Pr sob microfilme nº 442355, em 13/02/2007

ANEXO IV

Este Anexo é parte integrante e insuprível do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008 por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

DESCRIÇÃO DOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, INCLUSIVE INADIMPLENTES

1. Existem duas modalidades de Financiamento, CDC e crédito pessoal. Adicionalmente, existem duas formas para pagamento ordinário dos Financiamentos: (i) depósito de cheques pré-datados entregues pelo Devedor previamente à concessão do Financiamento; e (ii) pagamento, pelo Devedor, dos boletos bancários.

1.1 As etapas da cobrança ordinária são a seguir descritas:

- i) até a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios Cedidos poderão ser pagos em qualquer instituição integrante do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis e nas Lojas Conveniadas, sendo então direcionados para contas de depósito de titularidade da Cedente junto aos Agentes de Recebimento;
- ii) após a data de vencimento, os boletos de pagamento referentes aos Direitos Creditórios cedidos somente poderão ser pagos nas agências da Caixa Econômica Federal (que é o único Agente de Recebimento para boletos), nas Casas Lotéricas e nas Lojas Conveniadas, sendo então direcionados para contas correntes de titularidade da Cedente;
- iii) na data de vencimento, os cheques pré-datados serão depositados pelos Agentes de Recebimento em contas correntes de titularidade da Cedente;
- iv) em até 2 (dois) Dias Úteis, os recursos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos recebidos pela Cedente em contas correntes de sua titularidade serão direcionados para conta corrente de titularidade Fundo; adicionalmente, a Cedente deverá informar ao Custodiante e à Instituição Administradora a qual Direitos Creditórios referem-se os recursos transferidos, no mesmo dia útil em que ocorrer a transferência.



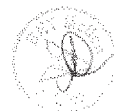
BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-03-09

2. A partir do 3º (terceiro dia útil) contado da data de vencimento, inicia-se o procedimento de cobrança extrajudicial pelo Fundo de Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes, a ser conduzido pelo Agente de Cobrança. O Agente de Cobrança deverá observar os seguintes procedimentos:

- i) a partir do 3º (terceiro dia) dia, inclusive, de atraso no pagamento de parcela do Financiamento, o Devedor deve ser contatado por telefone por funcionários do Agente de Cobrança, que efetuarão a cobrança extrajudicial da dívida;
- ii) por volta do 12º (décimo segundo) dia contados do atraso no pagamento de Direito Creditório, é enviada correspondência ao Devedor cobrando o valor inadimplido;
- iii) por volta do 22º (vigésimo segundo) dia contados da data de vencimento, o Agente de Cobrança deverá notificar o SPC sobre o inadimplemento;
- iv) se, apesar das providências acima descritas, o Devedor permanecer em atraso, por volta do 32º (trigésimo segundo) dia contados da data de vencimento, deverá ser efetuada a negativação do Devedor junto ao SPC;
- v) por volta do 36º dia (para cobranças via boleto) e do 61º dia (para cobranças via cheques) contados da inadimplência, a cobrança deverá ser transferida para escritórios de cobrança especializados com atuação no Município em que o respectivo Devedor tenha domicílio. Os escritórios de cobrança atuam em nome do Agente de Cobrança, que permanece responsável pela atividade de cobrança perante o Fundo;
- vi) é permitido ao escritório de cobrança contratado, referido no item "iv" acima, a concessão de abatimentos, nos termos da política de cobrança da Cedente e do Agente de Cobrança; e
- vii) em alguns casos específicos, poderá se dar início à ação de execução judicial da dívida, sem prejuízo à continuidade dos procedimentos de cobrança extrajudicial.

2.1 Para a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, o Agente de Cobrança se compromete a utilizar exatamente os mesmos critérios que utiliza para cobrar os Direitos Creditórios que sejam de titularidade da Cedente. Adicionalmente, o Agente de Cobrança é responsável por arrecadar os valores cobrados, reconciliá-los e preparar um arquivo de baixa de Direitos Creditórios cobrados de titularidade do Fundo a ser enviado diariamente ao Custodiante.





BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-00-09

2.2 Os valores arrecadados deverão ser transferidos ao Fundo em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de tais valores pela Cedente.





1110751 11-08-09

ANEXO V

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008, por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS POR AMOSTRAGEM

1. Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios deverá ser realizada por meio de auditoria trimestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

a) a verificação referida no item 1 acima será realizada trimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios.

b) a determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios elegíveis para verificação nos termos do item "a" acima, será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

E_0 = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e





114075177-08-09

BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um para a amostra.

1.1 A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não sendo considerado os parâmetros de diversificação de Devedores quando da verificação do lastro.

1.2 O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios.

1.3 Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução nº 356/01, da CVM, a Instituição Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos 3 (três) meses os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, nas quais o Custodiante, ou o auditor contratado pelo mesmo, explicitará, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios inexistentes porventura encontrados.



ANEXO VI

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008, por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

MODELO DE SUPLEMENTO

"SUPLEMENTO DA [ORDINAL POR EXTENSO] SÉRIE DE COTAS SENIORES"

1. O presente documento constitui o suplemento nº [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) ("Suplemento") referente às Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª ([POR EXTENSO]) Série emitidas nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" e posteriores alterações, originalmente registrado sob o nº 1111315 no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [COMPLETAR] e administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001.61, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Instituição Administradora").
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª ([POR EXTENSO]) Série no valor de R\$ [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série ("Data de Subscrição Inicial").
3. O prazo de duração desta [COMPLETAR]ª ([POR EXTENSO]) Série será de [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) meses.
4. Na subscrição de Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª ([POR EXTENSO]) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.
5. A remuneração das Cotas Seniores da [COMPLETAR]ª Série ([POR EXTENSO]) será calculada de acordo com a cláusula [COMPLETAR] do Regulamento, e com a fórmula definida abaixo:

[INSERIR FÓRMULA]

6. A partir do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) dia útil do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) mês calendário após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a Série ([POR EXTENSO]) serão amortizadas mensalmente pelo valor correspondente à variação positiva acumulada do valor da Cota Sênior, entre a Data de Subscrição Inicial, no caso da primeira parcela de amortização, ou a data de pagamento da última parcela de amortização, nos demais casos, e o último dia útil anterior à data de pagamento da parcela de amortização em referência.
6. Adicionalmente, a partir do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) Dia Útil do [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) mês após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores [COMPLETAR]^a Série ([POR EXTENSO]) será amortizado mensalmente em [COMPLETAR] ([POR EXTENSO]) pagamentos mensais.
7. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.
8. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da [COMPLETAR]^a ([POR EXTENSO]) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.
9. O presente Suplemento deverá ser arquivado nos registros do Regulamento no [COMPLETAR]^o Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro."

ANEXO VII

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008, por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 01 (um) ("Suplemento") referente às Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série emitidas nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" e posteriores alterações, originalmente registrado sob o nº 1111315 no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.630.103/0001-00 e administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Instituição Administradora").
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, 60.000 (sessenta mil) Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série no valor de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série ("Data de Subscrição Inicial").
3. O prazo de duração desta 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses.
4. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.
5. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série será calculada de acordo com a cláusula 16 do Regulamento, e com a fórmula definida abaixo:

$$VN = VNe \times [((\text{FatorDI} - 1) + \text{Fator de Adição}) + 1]$$

sendo que:



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-08-09

VN = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no final do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produto das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 6 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI de ordem k relativa ao período dk , calculada com 6 (seis) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 6 casas decimais; e

dk = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

Fator de Adição = Fator de ordem k relativa ao período dk , calculada com 6 (seis) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$FA = \left(\frac{FA_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$



114075111-08-09

sendo que:

$k = 1, 2, \dots, n$

$FA_k = 3\%$; e

dK = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da FA, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

n = número de Dias Úteis entre a próxima data de Amortização e a data de Amortização anterior, sendo "n" um número inteiro; e

$N = 252$.

5.1 Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 6 casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produto dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 6 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 6 casas decimais, com arredondamento; e
- iv) o fator resultante da expressão $(Fator DI + Fator de Adição)$ é considerado com 6 casas decimais, com arredondamento.

5.2 Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que: (i) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada



11-0751 11-08-09

naquela data; e (ii) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

5.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

5.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembleia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

6. A partir do 5º (quinto) dia útil do 2º (Segundo) mês calendário após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série serão amortizadas mensalmente pelo valor correspondente à variação positiva acumulada do valor da Cota Sênior, entre a Data de Subscrição Inicial, no caso da primeira parcela de amortização, ou a data de pagamento da última parcela de amortização, nos demais casos, e o último dia útil anterior à data de pagamento da parcela de amortização em referência.

7. Adicionalmente, a partir do 5º (quinto) Dia Útil do 12º (Décimo Segundo) mês após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores da 1ª Série (primeira) será amortizado mensalmente em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais.

8. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.

9. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

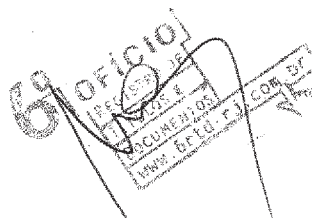
114075111-88-09

prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

10. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2009.

 
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 7 de agosto de 2009

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I no dia 27 de agosto de 2008. Uma vez que as cotas do FIDC ainda não foram emitidas, republicamos o relatório de forma a refletir informações e dados mais recentes. Os documentos preliminares do FIDC sofreram alterações quanto à rentabilidade-alvo das cotas seniores, o prazo das cotas, os níveis de subordinação e de spread excedente e a Reserva de Pagamento. O rating preliminar atribuído foi mantido.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 7 de agosto de 2009. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e as cotas classificadas ainda não foram distribuídas. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 7 de Agosto de 2009

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	3xAAA	Até R\$ 60 (95%)	3 anos (36 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Até R\$ 10,500 (15% do nível mínimo)	Não aplicável

* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Data prevista para o início do Fundo: Setembro de 2009

Direitos creditórios: Carteira de Empréstimos Pessoais e Financiamento ao Consumo

Administrador do Fundo: BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. (BNY Mellon)

Originador dos direitos creditórios: Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (Negresco)

Custodiante: Banco Bradesco S.A.

Estruturador: Hampton Solitis Finanças Estruturadas e Securitização (Hampton Solitis)

Proteção de Crédito: Proporcionada pela subordinação de cotas (piso mínimo de 15%) e pelo spread excedente (inicialmente em 72,6% a.a.).

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil, às cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I (Credipar I FIDC). Os ativos subjacentes do Credipar I FIDC são empréstimos pessoais e operações de crédito direto ao consumidor, originados pela Negresco, por meio de sua promotora de vendas, Crediparana Serviços Financeiros Ltda. (CREDIPAR), caixa e outros investimentos específicos aprovados pela Standard & Poor's.

O rating 'brAAAF' atribuído às cotas seniores do Credipar I FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do FIDC, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAAF' atribuído ao FIDC indica que sua estrutura, seus mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem sua carteira fornecem proteção **EXTREMAMENTE FORTE** contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incorporados ao Credipar I FIDC incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (mínimo de 15%) e pelo spread excedente. Com base na taxa DI atual, de 8,75% a.a. e após a dedução das estimativas de despesas e remuneração das cotas seniores do Fundo, o spread excedente inicialmente disponível está estimado em aproximadamente 72,8% ao ano.

O Credipar I FIDC será um condomínio fechado, com prazo de duração de vinte anos; entretanto, a primeira série de cotas seniores será resgatada três anos após a data de emissão. O administrador do FIDC poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base na política de investimento e em critérios de elegibilidade definidos no regulamento do FIDC.

Um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (Structured Finance) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do Credipar I FIDC.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração; bem como ao risco cambial apresentado pelo Fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (nível mínimo de 15%) e spread excedente (inicialmente de 72,8% a.a.);
- O adequado histórico de crédito da carteira do originador;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas;
- A sólida experiência do Banco Bradesco S.A., como custodiante;
- A capacidade da Negresco como originador de empréstimos com qualidade de crédito adequada.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

- A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes poderá variar durante a vida do FIDC em razão da natureza rotativa da estrutura. Esse risco é atenuado por critérios bem definidos de elegibilidade dos empréstimos, que reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.
- Outra fragilidade é o fato de o originador ter a função de agente de recebimento dos recursos devidos ao FIDC. Para cobrir esse risco de fungibilidade entre os recursos da Negresco e os do Fundo, a estrutura possui uma conta reserva de liquidez equivalente a 1,5% do Patrimônio Líquido do FIDC, e que será instituída no momento inicial da transação. Adicionalmente, será estabelecida uma Reserva de Pagamento, que determina a interrupção da aquisição de novos direitos creditórios 60 dias antes de cada amortização programada, até que o FIDC constitua uma reserva em caixa suficiente para cobrir tal amortização, além das despesas e encargos previstos para o mesmo período.

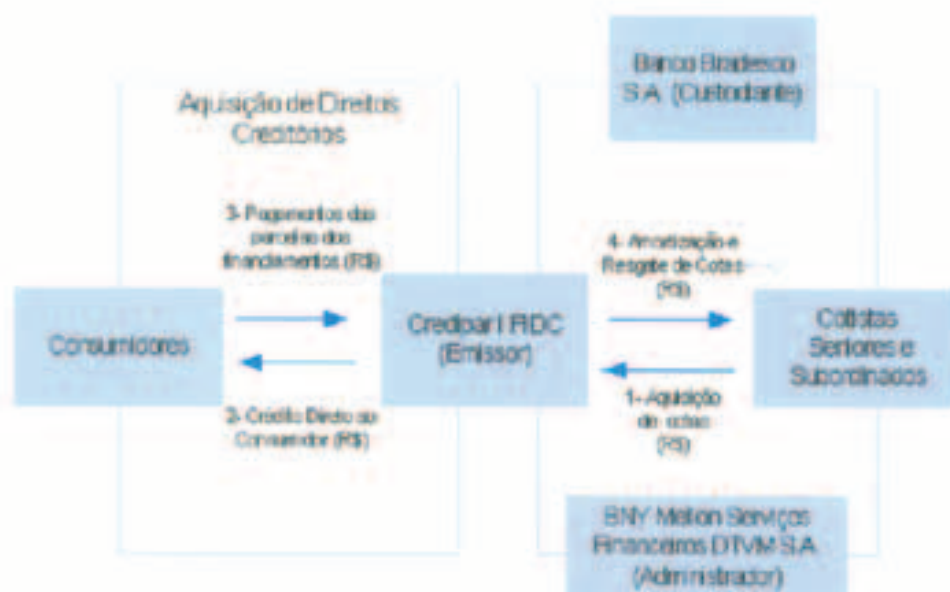
Descrição

Características Gerais

O Credipar I FIDC será um condomínio fechado, e a primeira série de cotas seniores vencerá três anos após a data de emissão inicial. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O FIDC fará compras rotativas de direitos creditórios originados pela Negresco por meio de empréstimos pessoais e financiamento ao consumo.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do FIDC em sua data de emissão:



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O FIDC emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos pessoais e financiamento ao consumo denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do FIDC. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deferirá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Contrariamente ao que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração-alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Consequentemente, o FIDC buscará oferecer uma remuneração-alvo aos cotistas seniores equivalente à Taxa DI Over acrescida de um spread de 3% ao ano. As cotas subordinadas não terão uma remuneração-alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no FIDC, após este ter alcançado a remuneração-alvo das cotas seniores.

Componente do Valor de Face

Apesar de o Fundo ter um prazo de duração indeterminado, a primeira série de cotas seniores será amortizada em três anos contados a partir da data de emissão inicial. Dessa forma, a amortização do rendimento dessas cotas será realizada em 36 parcelas mensais, sendo que a do principal será em 24 parcelas mensais após um período de carência de 12 meses, contados a partir da emissão.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas se o nível de subordinação for maior do que o piso mínimo requerido e desde que as amortizações das cotas seniores estejam ocorrendo regularmente.

Reforço da Qualidade de Crédito

Para cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais e financiamento ao consumo, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil, estruturou-se um reforço de qualidade de crédito adequado aos cenários de estresse condizentes com a categoria de rating "brAAA". O reforço de crédito será definido em função da combinação do nível mínimo de subordinação e do spread excedente disponível, de acordo com a tabela abaixo.

Taxa de Cessão Mínima Mensal	Nível Mínimo de Subordinação
Igual ou superior a 5,2%	15%
Igual ou superior a 4,6%	20%
Igual ou superior a 3,9%	25%

Reserva e Índice de Liquidez

Com a função de garantir que o FIDC tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador interromperá a compra de novos direitos creditórios 60 dias antes de cada amortização, até que a Reserva de Pagamento seja igual ou maior que 100% do valor previsto para tal amortização.

Além da Reserva de Pagamento, o FIDC também deverá manter um fluxo de pagamento de direitos creditórios igual ou superior a duas vezes o valor estimado de amortizações das cotas seniores no mês subsequente (Índice de Liquidez).

Fluxo de Recursos

Os devedores pagam seus empréstimos por meio da rede bancária. As quantias são transferidas à Negresco que, por sua vez, tem até dois dias úteis para repassar os recursos ao FIDC. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do FIDC no Banco Bradesco S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do FIDC, o custodiante calcula as provisões de perdas, verifica os níveis de subordinação e os informa ao administrador do FIDC (BNY Mellon) que, em nome do FIDC, realiza a formação das reservas, efetua as amortizações, se necessárias, e a compra de novos direitos creditórios da Negresco (originador).

Crítérios de Elegibilidade - Verificados pelo Custodiante

Os critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

- No momento da cessão, o montante devido pelo mesmo devedor não deve representar mais do que 1% da totalidade da carteira de direitos creditórios do FIDC;
- Os devedores não devem estar, no momento da aquisição dos direitos creditórios pelo Credipar I FIDC, inadimplentes em relação a outros direitos creditórios de titularidade do FIDC;
- Os direitos creditórios não podem estar vencidos e não terem sido pagos;
- O vencimento dos direitos creditórios a serem adquiridos não deve ser superior a 720 dias contados da sua data de aquisição.

Condições de Cessão - Verificados pela Cedente dos Direitos Creditórios

Além dos critérios de elegibilidade, a Cedente deverá verificar algumas Condições de Cessão antes de cada Cessão, entre elas:

- O Financiamento deve ter sido concedido pela Negresco e ser livre e desembaraçado de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- O devedor não pode ter apontamentos no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), na data de concessão do Financiamento;
- O devedor não deve estar inadimplente em relação ao pagamento de qualquer crédito devido à Cedente;
- A aquisição do direito creditório deve abranger a totalidade do contrato, incluindo todas as parcelas originadas do referido Financiamento;
- O contrato de Financiamento deve conter somente direitos creditórios com valor nominal pré-fixado e frequência de pagamento mensal.

Eventos de Avaliação

A ocorrência de um evento de avaliação obrigará o FIDC a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados. Adicionalmente, o FIDC interromperá os procedimentos para aquisição de direitos creditórios, até que a Assembleia Geral de Cotistas decida se tal Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Renúncia da instituição administradora à administração do FIDC;
- Inobservância pela instituição administradora, ou pelo custodiante, ou pelo agente de cobrança dos deveres e obrigações previstas nos documentos que regem o FIDC;
- Amortização ou resgate das cotas subordinadas em desacordo com o disposto no regulamento do FIDC;
- Resilição do contrato de custódia;
- Renúncia do custodiante;
- Caso o valor total dos financiamentos que integrem a carteira do FIDC e que contenham parcelas vencidas e não pagas há mais de sessenta e um dias e menos de noventa dias, seja por cinco dias úteis consecutivos maior do que 20% do valor total dos financiamentos que integrem a carteira do FIDC;
- Inobservância, por oito dias úteis consecutivos, da razão mínima;
- Resilição do contrato de cessão;
- Caso se efetue uma amortização compulsória.

Eventos de Liquidação

A ocorrência de um evento de liquidação obrigará o FIDC a: (1) informar os cotistas; (2) interromper a compra de direitos creditórios; (3) iniciar os procedimentos de liquidação do FIDC e (4) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Decretação de falência, liquidação extrajudicial, regime especial de administração temporária ou regimes semelhantes com relação à cedente, e/ou à instituição administradora; e/ou a quaisquer sociedades controladoras das pessoas referidas anteriormente;
- Se for deliberado que um evento de avaliação constitui um evento de liquidação;
- Não pagamento, em até cinco dias úteis contados de cada data de amortização das cotas seniores, do valor integral da amortização de qualquer cota sênior.

Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais e Financiamento ao Consumo

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem considerar-se a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação de empréstimos pessoais e financiamento ao consumo, que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do Credipar I FIDC. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o de inadimplência e o de default por parte do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais e Financiamento ao Consumo

Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) Default do devedor	Desempenho histórico da inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e spread incidente.
(2) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e spread incidente.
(3) Fungibilidade	Os recebimentos poderão ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Sim	Exigência de transferência dos recursos pertencentes ao Credipar I FIDC em até dois dias úteis após a conciliação dos recebimentos, e Reservas de Pagamento e de Liquidez.
(4) Riscos Operacionais	O originador dos direitos creditórios poderá ser o administrador da carteira de ativos.	Sim	A Standard & Poor's avaliou como adequada a capacidade da Negresco (cedente) e da CREDIPAR (agente de cobrança) de fornecer serviços de administração da carteira colida (servicing). As reservas estabelecidas também servem como fator de mitigação dos riscos operacionais.

*NA – Não se aplica.

Os itens abaixo referem-se às respectivas seções contidas na tabela.

Risco de Default do Devedor (Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. Em geral, a Standard & Poor's define um nível de perda estimado por meio da análise estática da carteira de ativos elegíveis originada pelo Cedente nos últimos três a cinco anos. Este indicador é utilizado como parâmetro para o cenário base de fluxo de caixa. Entre os indicadores de comportamento de crédito avaliados estão:

- Taxa de inadimplência por safra, calculada mensalmente como o percentual de atraso acima de 90 dias dos direitos creditórios originados em cada mês sobre o montante total originado em cada mês, desde que a data de vencimento dos direitos creditórios seja menor que a data de corte da base de dados;
- Taxa de perda por safra, calculada mensalmente como o percentual de atraso acima de 180 dias dos direitos creditórios originados em cada mês sobre o montante total originado em cada mês, desde que a data de vencimento dos direitos creditórios seja menor que a data de corte da base de dados;
- Taxa de perda por fluxo de vencimento, medida pelo percentual de atraso acima de 90 dias sobre o fluxo mensal de vencimentos das parcelas;
- Taxa de perda, medida pelo percentual de atraso acima de 180 dias sobre o fluxo mensal de vencimentos das parcelas; e
- Taxa de perda acumulada, calculada como o percentual do estoque total de empréstimos que estão ou estiveram em atraso há mais de 180 dias sobre o montante total originado em cada mês.

Custos de Manutenção da Carteira

Em uma operação típica com uma carteira de empréstimos pessoais e financiamento ao consumo, é necessário que se constitua uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Pelo fato de os empréstimos pessoais serem ativos que rendem juros, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do spread observado entre ativos subjacentes e as cotas seniores.

Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis da Negresco. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois a Negresco precisa transferir os recursos pertencentes ao Credipar I FIDC no prazo máximo de dois dias úteis após a conciliação de seus recebimentos. Adicionalmente, será instituída uma reserva de liquidez no momento inicial da transação, que será equivalente a 1,5% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Riscos Operacionais

O rating atribuído pela Standard & Poor's às cotas seniores do Credipar FIDC reflete, entre outros elementos, a capacidade da Negresco, como empresa responsável pela originação dos créditos,

pelos ajustes na política de crédito e pela formalização das operações e cobrança dos créditos em atraso. Uma deterioração da capacidade da Negresco em prestar seus serviços, originar adequadamente novos empréstimos e administrar a carteira de recebíveis poderia afetar o desempenho dos direitos creditórios, bem como as premissas adotadas.

A Negresco é uma financeira de pequeno porte que enfrenta a competição imposta por bancos de maior porte, os quais geralmente podem apresentar vantagens competitivas e oferecer produtos mais atrativos aos mesmos clientes. Por outro lado, em um cenário de intervenção, liquidação extrajudicial ou de administração especial temporária da Negresco por determinação do Banco Central do Brasil, a Standard & Poor's espera que a Negresco seja capaz de manter, de forma adequada, sua função de agente de recebimento e de repasse dos recursos transferidos por parte dos entes pagadores ao FIDC.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Análise de Sensibilidade

A Standard & Poor's realiza uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas na forma definida no regulamento do Fundo, no decorrer do período de duração da transação. Para se determinar o rating 'brAAA', submetemos os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando-se como caso base o nível de inadimplência máximo ajustado da carteira selecionada e estabelecendo-o como um proxy de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento da carteira selecionada, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para se determinar a solidez e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Uma vez que a informação da carteira selecionada foi analisada, o proxy de severidade estabelecido para as perdas de crédito foi o das informações de inadimplência superiores a 180 dias. Dessa forma, o índice de perda adotado foi de 14%, que é uma média conservadora com base no desempenho histórico da carteira, e já testado por um período significativo de estresse econômico. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAA'. O múltiplo utilizado para o cenário 'brAAA' foi de 3x, consistente com a matriz de múltiplos da Standard & Poor's (que leva em conta o rating da transação e o nível de perda histórica). Consequentemente, o fluxo de caixa resultante foi testado utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 42%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos os cinco principais cenários:

Tabela 1 - Análise de Cenários

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
Perda Total de crédito	42%	42%	42%	42%	40%
Curva de Perda - Ver Gráficos 1a e 1b, anexos	1	2	3	4	5 - Linear
Rentabilidade-alvo das cotas seniores	Taxa DI Over + 3% a.a.	Taxa DI Over + 3% a.a.	Taxa DI Over + 3% a.a.	Taxa DI Over + 3% a.a.	Taxa DI Over + 3% a.a.



Risco de Prê-Pagamento

De acordo com a análise estática da carteira de empréstimos pessoais e financiamento ao consumo originada pela Negresco nos últimos cinco anos, o índice de pré-pagamento variou entre 2,5% e 3% em adiantamentos acima de 30 dias, e de 0,5% em adiantamentos acima de 90 dias. Entendemos que carteiras de financiamento ao consumo com características semelhantes à carteira da Negresco (prazos relativamente curtos e ticket médio relativamente baixo) tendem a apresentar baixas taxas de pré-pagamento, com efeito marginal sobre um programa de securitização. Avaliamos cenários de aumento das taxas de pré-pagamento para um nível de 5%, com uma redução ligeira no estresse total de perda de 42% para 36% (entendemos que as variáveis de pré-pagamento e perda seguem direções geralmente opostas), e os resultados de nossa análise de fluxo de caixa foram adequados ao rating atribuído.

Risco de Descasamento de Taxas de Juros

Os direitos creditórios adquiridos pelo FIDC são descontados a uma taxa pré-fixada, definida pelo Contrato de Cessão, enquanto o FIDC persegue uma rentabilidade-alvo indexada à Taxa DI Over, gerando um risco de descasamento de taxas de juros. A análise de fluxo de caixa realizada pela Standard & Poor's utiliza diferentes cenários de estresse de taxas de juros para testar o impacto de diferentes possibilidades sobre a capacidade da estrutura de pagamento de juros e principal das obrigações.

Risco Cambial

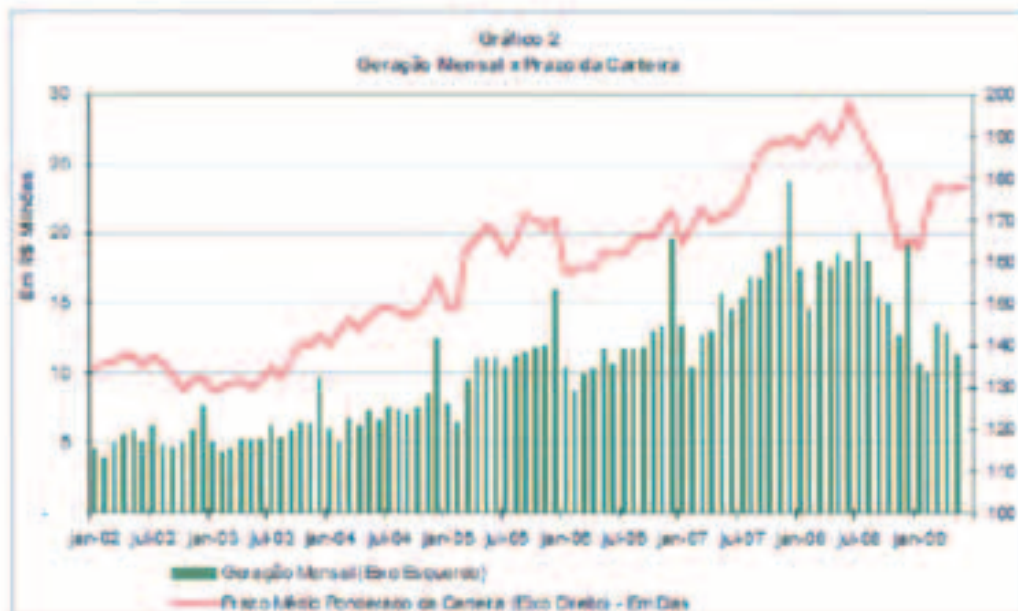
Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

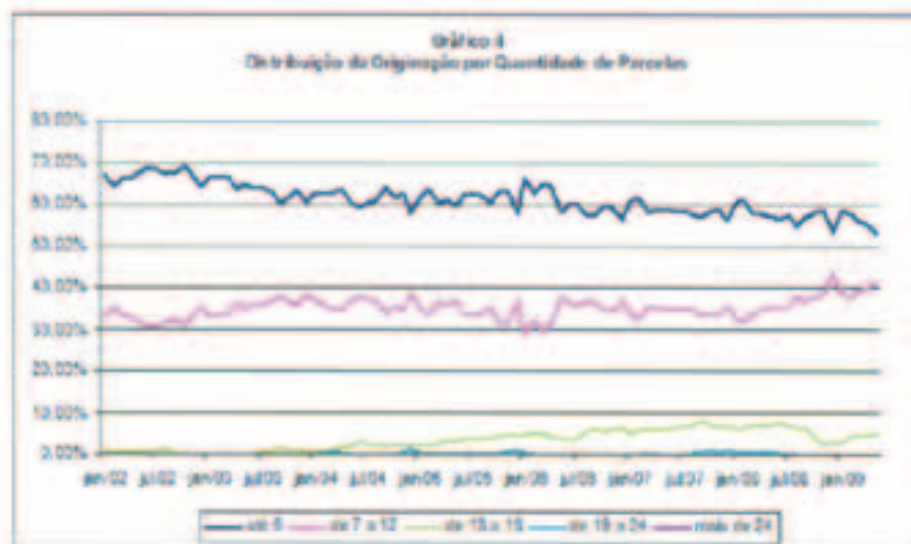
Revisão do Originador: Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

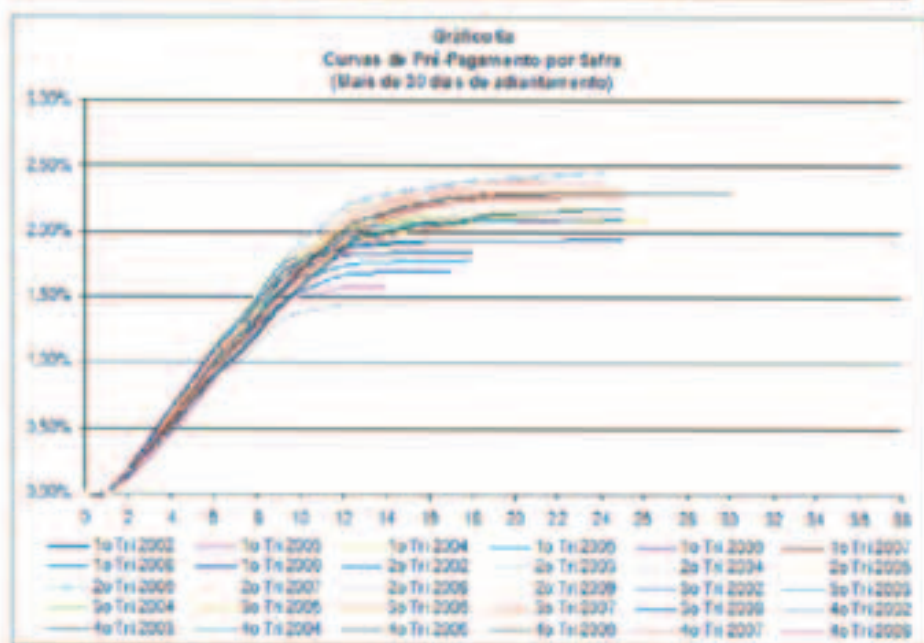
A Negresco é uma empresa financeira especializada no financiamento de bens e serviços, com operações principalmente focadas na Região Sul do Brasil. A Negresco utiliza sua promotora de vendas, a Crediparaná Serviços Financeiros Ltda. (CREDIPAR) para vender seus produtos, entre eles: financiamento ao consumo, empréstimos pessoais e cartões de crédito. O escritório da Negresco está localizado em Curitiba, no Estado do Paraná.

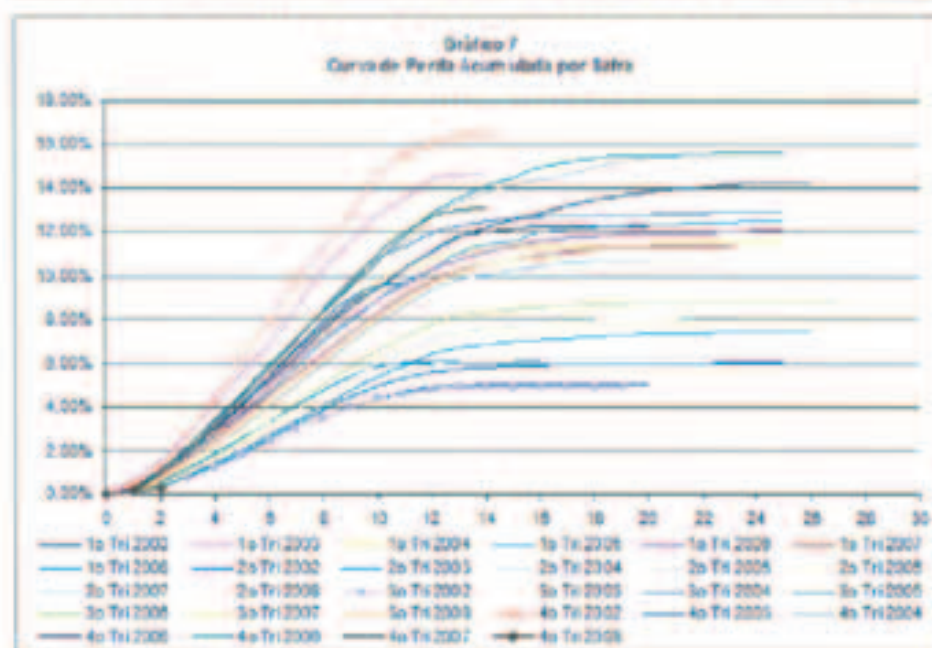
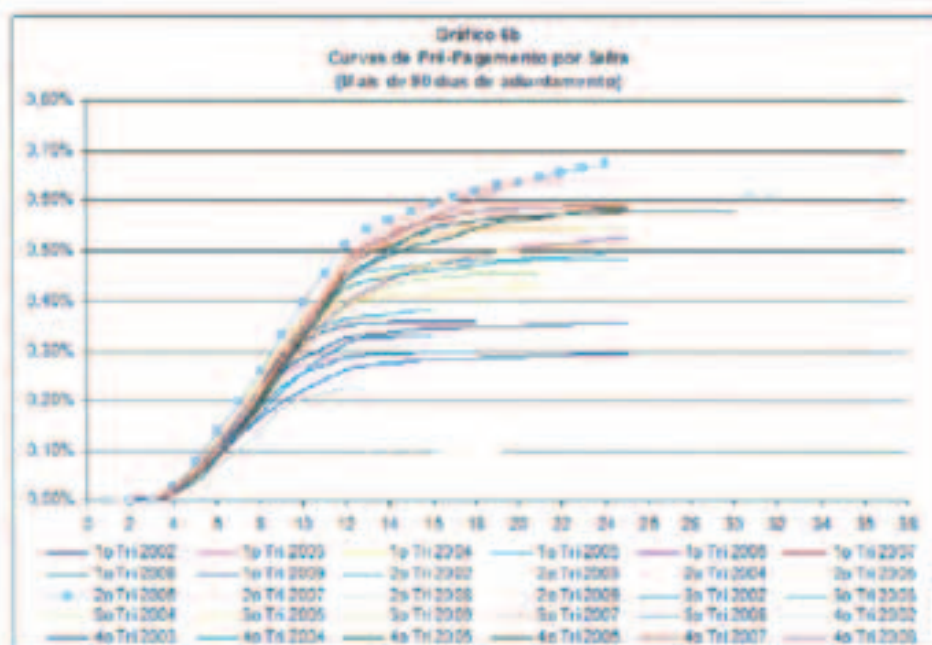
Durante os primeiros cinco meses de 2009, a Negresco originou, em média, um montante de R\$ 11,7 milhões mensais de empréstimos pessoais e de financiamento ao consumo. Em junho de 2009, o estoque de sua carteira de crédito era de R\$ 70,3 milhões.

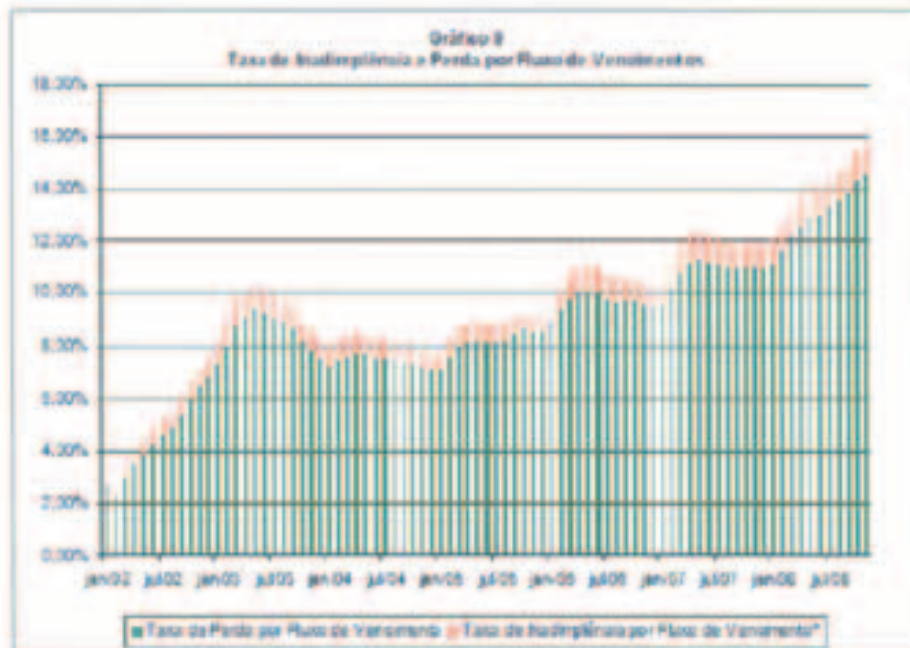
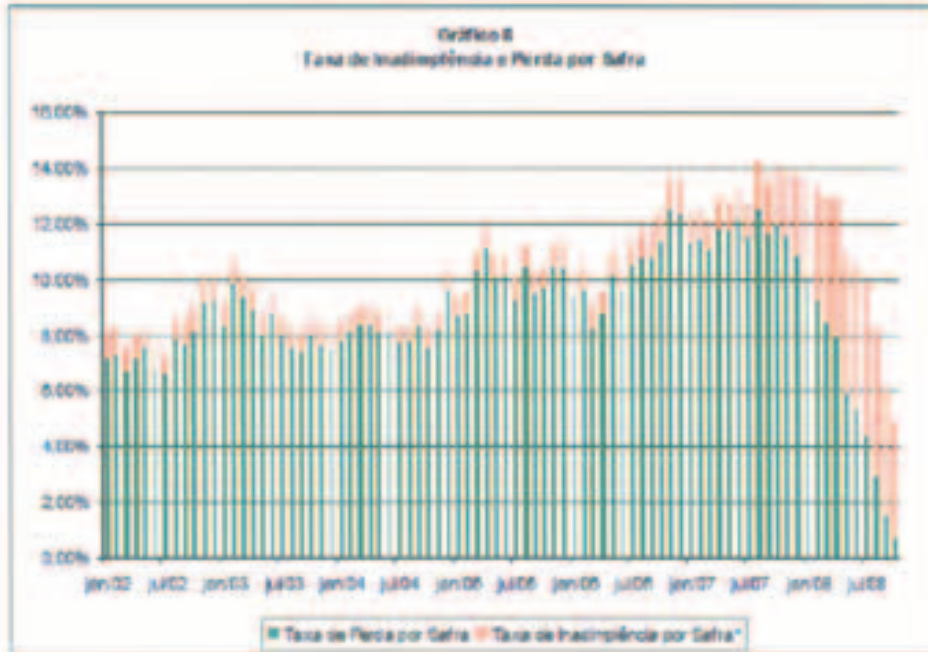
Características dos Empréstimos Pessoais e de Financiamento ao Consumo Concedidos pela Negresco











* As taxas de inadimplências também incorporam as taxas de perda.

Publicações Relacionadas (disponíveis em www.standardandpoors.com.br):

- "Índice de Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos Pessoais no Brasil: Desaceleração Econômica Coloca em Teste Operações Estruturadas Lastreadas em Empréstimos Consignados", publicado em 7 de abril de 2009.

Contatos da Standard & Poor's:

Analista Principal: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743.
jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729.
leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritório Executivo: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades operadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/ratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

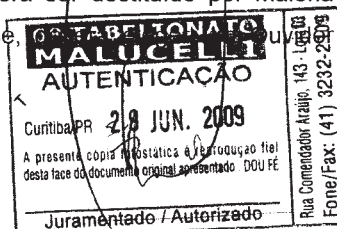
NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 413 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1) **Espécie:** Assembléia Geral Extraordinária. 2) **Local, data e hora:** Na sede social, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Bairro Batel, Curitiba, Paraná, CEP 80420-060, no dia 08 de junho de 2009, às 09:00 horas. 3) **Presenças:** Acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social, conforme consta do Livro de Presença, razão pela qual foi dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, mais Ricardo Franco de Souza e Enio Antonio Lena pretendentes ao cargo de diretor. 4) **Composição da Mesa:** Orlando Otto Kaesemodel Filho – Presidente. Sérgio Shoji Yamamoto – Secretário. 5) **Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos presentes, os acionistas decidiram: a) lavrar a ata em forma de sumário; b) reformar o Estatuto Social da Sociedade, conforme a seguir: I – Alterar o artigo 2º, para incluir o endereço completo, passando a sua redação a ser: "**Artigo 2º** - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Bairro Batel, CEP 80420-060". II – Alterar o Capítulo V, para incluir nele as regras que dizem respeito à Ouvidoria. Dessa forma o capítulo V, passa a ter a seguinte redação: "**Capítulo V – DO CONSELHO FISCAL E DA OUVIDORIA. Artigo 15** – Com funcionamento nos exercícios sociais em que se instalar a pedido de acionistas, o Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições que a lei lhe confere. **Parágrafo Segundo** – Nos exercícios em que for instalado, os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração estabelecida em lei. **Artigo 16** – A Sociedade terá uma Ouvidoria, nos termos da Resolução CMN n.º 3.477, de 26 de julho de 2007, cuja finalidade é assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e seus clientes. **Parágrafo Primeiro** – O Ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade para um mandato de 3 (três) anos, a partir da data da eleição e posse, podendo ser reconduzido. O Ouvidor poderá ser destituído por maioria absoluta de votos da Diretoria, que, nessa hipótese,

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."



NEGRESKO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

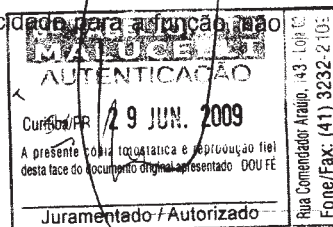
CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

substituto. **Parágrafo Segundo** – O Ouvidor terá atuação independente e segregada da área de auditoria interna e não poderá desempenhar outra função na Sociedade, exceto pelo exercício do cargo de diretor responsável pela Ouvidoria. **Parágrafo Terceiro** – O Ouvidor deverá atuar com transparência, independência, imparcialidade e isenção, devendo a Sociedade providenciar as condições adequadas para que a atuação do ouvidor se dê na forma prevista no presente Estatuto. **Parágrafo Quarto** – A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: I – receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas filiais e quaisquer outros pontos de atendimentos; II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; III – informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias; IV – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo máximo de trinta dias; V – propor aos administradores da Sociedade, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; VI – elaborar e encaminhar à auditoria interna e aos administradores da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. **Parágrafo Quinto** – O ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade dentre pessoas qualificadas e de elevados princípios éticos e morais, além de amplos conhecimentos relacionados aos direitos do consumidor e a mediação de conflitos. Dentro do prazo legal, e após esse prazo sempre que houver ingresso de novo integrante na ouvidoria, o ouvidor e demais participantes da ouvidoria deverão apresentar certificado de aprovação em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica. **Parágrafo Sexto** – A destituição do ouvidor será feita pela Diretoria, por maioria absoluta de votos, em casos de demonstração de incapacidade para a função, não

2

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."



NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

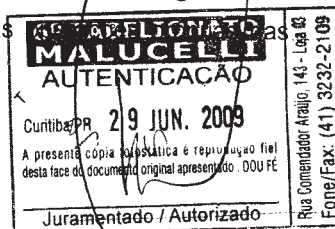
CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

apresentação da certificação exigida, não cumprimento dos deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação pertinente a ouvidoria ou por solicitação expressa do ouvidor. **Parágrafo Sétimo** – A Sociedade assume o compromisso de: a) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; b) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para providenciar a adequada resposta às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades". **III** – Renumerar os artigos subsequentes do Estatuto em razão da deliberação anterior que acrescentou mais um artigo no Capítulo V. **IV** – Alterar o artigo 6º, para acrescentar as espécies de ações que compõem o Capital Social, ou seja, ordinárias e aumentar do capital social de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), subscrito e integralizado no ato, em moeda corrente nacional, sendo que o capital será subscrito por Orlando Otto Kaesemodel Filho e que Sergio Shoji Yamamoto e Orlando Otto Kaesemodel Neto declaram que não tem interesse em subscrever qualquer quantidade de ações neste aumento de capital, alterando-se o artigo 6º, do estatuto social, que passa a ter a seguinte redação: "**Artigo 6º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), representados por 7.000.000 (sete milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". c) consolidar o estatuto social em razão das alterações aprovadas. Em consequência o Estatuto Social, já reformado e consolidado, passa a vigorar nos seguintes termos: "**ESTATUTO SOCIAL. CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO, OBJETIVO E DURAÇÃO. Artigo 1º** - **NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS** é uma sociedade de capital fechado, que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 2º** - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Alameda Dom Pedro II, nº 21, Bairro Batel, CEP 80420-060. **Artigo 3º** - A Sociedade tem por objetivo social a prática de todas as

3

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."



NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

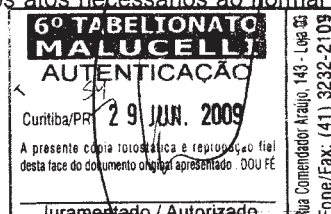
CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

sociedades de crédito, financiamento e investimento, que lhe são permitidas na forma e limites da lei, deste Estatuto e pela legislação aplicável. **Artigo 4º** - Por deliberação da Diretoria e com a devida e prévia autorização do órgão competente, poderá a sociedade criar filiais, agências, escritórios, ou dependências adicionais, em qualquer parte do território nacional, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor. **Artigo 5º** - A Sociedade tem prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES.** **Artigo 6º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), representados por 7.000.000 (sete milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **CAPÍTULO III – DA ASSEMBLÉIA GERAL.** **Artigo 7º** - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses que se seguirem ao encerramento do Exercício Social para tratar das matérias específicas previstas na lei 6.404/76, e, extraordinariamente, quando necessária aos interesses sociais, sempre precedidas das convocações. **Artigo 8º** - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, o qual nomeará um secretário. **CAPÍTULO IV – DA DIRETORIA.** **Artigo 9º** - A Administração da sociedade compete à Diretoria, cujos membros serão sempre pessoas naturais residentes no Brasil. **Artigo 10** - A Diretoria será composta de dois a cinco Membros, serão um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação especial, eleitos em Assembléia Geral por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Artigo 11** - Os Diretores tomarão posse nos cargos mediante termo lavrado e assinado no livro próprio, após homologação do Banco Central do Brasil, sendo dispensados da prestação de caução. A posse implica o conhecimento dos deveres legais inerentes ao cargo, das normas estatutárias e regimentais e a observância das diretrizes emanadas da Assembléia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus substitutos. **Parágrafo Segundo** - A Diretoria terá todos os poderes de representação ativa e passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele. **Parágrafo Terceiro** - A Diretoria tem ampla e cabal autonomia de ação visando à realização dos objetivos sociais à prática dos atos necessários ao normal

4

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."



NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00013291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

funcionamento da sociedade, inclusive os atos que importem em aquisição ou alienação de bens imóveis, constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros. **Parágrafo Quarto** - A Sociedade representada pelo Diretor Presidente, poderá constituir procuradores, observadas as disposições legais e regulamentares atinentes, definindo-lhes poderes e prazo de mandato, inclusive, para em conjunto com um dos Diretores sem designação especial, nos termos definidos em cada instrumento de mandato, praticarem atos de gestão. **Parágrafo Quinto** - O Diretor Presidente ou dois Diretores em conjunto, ou um Diretor em conjunto com um procurador, podem constituir procurador para representar a Sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele. **Parágrafo Sexto** - Quando a Sociedade tiver eleito somente o Diretor Presidente e um Diretor sem designação especial, o Diretor Presidente será substituído em suas faltas, ausências ou impedimentos, pelo Diretor sem designação especial. **Parágrafo Sétimo** - Quando a Sociedade tiver eleito além do Diretor Presidente, dois ou mais Diretores sem designação especial, a substituição do Diretor Presidente, em suas faltas, ausências ou impedimentos, será feita por um entre eles, indicado pela Assembléia Geral. **Artigo 12** - Aos Diretores compete - Ao Diretor Presidente: a) a representação da sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele; b) convocar e presidir as Assembléias; c) dirigir os negócios ordinários da Sociedade e fixar as normas gerais a serem observadas pela Diretoria. c) dirigir os negócios ordinários da Sociedade e fixar as normas gerais a serem observadas pela Diretoria; d) organizar os serviços da Sociedade, provendo seus cargos e funções e fixando os respectivos vencimentos; e) elaborar com os demais Diretores o relatório anual; f) designar o Diretor que deve substituir, cumulativamente, outro Diretor em seu impedimento temporário; g) vetar, fundamentadamente, as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto; h) fixar a orientação geral da política administrativa e operacional da Sociedade; i) estabelecer os limites de alçada dos Diretores, fixando-lhes a competência para definir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos; j) conceder licença aos membros da Diretoria; k)

5

“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte.”



NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

administração do pessoal; l) escolher e destituir os auditores independentes; m) aprovar o regimento interno; n) declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes. Aos Diretores sem designação especial compete: a) exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Diretor Presidente, acatando as normas gerais fixadas pelo estatuto e regimento interno; b) a representação da sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, em conjunto com outro Diretor, ou em conjunto com um procurador, com poderes definidos em instrumento de mandato; c) substituir o Diretor Presidente, em suas faltas, ausência ou impedimentos, observados os critérios fixados no Parágrafo Sexto e Parágrafo Sétimo do Artigo 11. **Artigo 13** - A Sociedade estará legitimamente representada, nos Países ou no exterior, nos atos que envolvam responsabilidades, se o respectivo documento estiver assinado pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores sem designação especial, ou por um Diretor sem designação especial em conjunto com um procurador com poderes, definidos em instrumento de mandato. **Artigo 14** - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - A verba dos honorários de que trata este artigo é global e mensal, e sua distribuição será feita por Resolução da Diretoria.

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL E DA OUVIDORIA. Artigo 15 – Com funcionamento nos exercícios sociais em que se instalar a pedido de acionistas, o Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal terá os poderes e atribuições que a lei lhe confere. **Parágrafo Segundo** – Nos exercícios em que for instalado, os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração estabelecida em lei.

Artigo 16 – A Sociedade terá uma Ouvidoria, nos termos da Resolução CMN n.º 3.477, de 26 de julho de 2007, cuja finalidade é assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e seus clientes. **Parágrafo Primeiro** – O Ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade para um mandato de 3 (três) anos, a partir da data da eleição e posse, podendo ser reeleito.

6

"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixado na última folha do documento entregue para a parte."



NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

poderá ser destituído por maioria absoluta de votos da Diretoria, que, nessa hipótese, deverá eleger um Ouvidor substituto. **Parágrafo Segundo** – O Ouvidor terá atuação independente e segregada da área de auditoria interna e não poderá desempenhar outra função na Sociedade, exceto pelo exercício do cargo de diretor responsável pela Ouvidoria. **Parágrafo Terceiro** – O Ouvidor deverá atuar com transparência, independência, imparcialidade e isenção, devendo a Sociedade providenciar as condições adequadas para que a atuação do ouvidor se dê na forma prevista no presente Estatuto. **Parágrafo Quarto** – A Ouvidoria terá as seguintes atribuições: I – receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas filiais e quaisquer outros pontos de atendimentos; II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; III – informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias; IV – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo máximo de trinta dias; V – propor aos administradores da Sociedade, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; VI - elaborar e encaminhar à auditoria interna e aos administradores da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. **Parágrafo Quinto** – O ouvidor será eleito pela Diretoria da Sociedade dentre pessoas qualificadas e de elevados princípios éticos e morais, além de amplos conhecimentos relacionados aos direitos do consumidor e a mediação de conflitos. Dentro do prazo legal, e após esse prazo sempre que houver ingresso de novo integrante na ouvidoria, o ouvidor e demais participantes da ouvidoria deverão apresentar certificado de aprovação em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica.

Parágrafo Sexto – A destituição do ouvidor será feita

7

“O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte.”

GO FAPEN/GO FAPEN	
MALUCELLI	
AUTENTICAÇÃO	
Curitiba/PR	29 JUN. 2009
A presente cópia (xerocópia e reprodução fiel) desta face do documento original apresentado, DOU FE	
Juramentado / Autorizado	
Rua Comendador Araújo, 143 - Lapa	
Fone/Fax: (41) 3232-2151	

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

absoluta de votos, em casos de demonstração de incapacidade para a função, não apresentação da certificação exigida, não cumprimento dos deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação pertinente a ouvidoria ou por solicitação expressa do ouvidor. **Parágrafo Sétimo** – A Sociedade assume o compromisso de: a) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; b) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para providenciar a adequada resposta às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO GERAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS LUKROS.** **Artigo 17** - O Exercício Social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser levantado o balanço e demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais e técnicas. **Artigo 18** - Serão levantados balanços semestrais no ultimo dia de junho e dezembro de cada ano. **Artigo 19** - Levantado o balanço semestral e deduzidas as correções, amortizações e depreciações cabíveis, bem como as provisões legais e técnicas, os lucros líquidos, assim conceituados em lei, terão a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, mediante a proposta de destinação de lucros apresentada pela Diretoria, atendido o seguinte: 5% (cinco por cento) dos lucros serão levados ao fundo de reserva legal, destinados a assegurar a integridade do Capital Social nos limites da Lei. **CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS.** **Artigo 20** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos e forma previstos em lei competindo à Assembléia Geral nomear o liquidante e o Conselho Fiscal, fixando sua remuneração. **Artigo 21** - A fusão, incorporação e cisão da sociedade, será deliberada por maioria absoluta dos votos. **Artigo 22** - É expressamente proibido aos Diretores comprometer o lucro da Sociedade em operações ou obrigações estranhas aos negócios sociais. **Artigo 23** - Para os casos omissos neste Estatuto recorrer-se-á aos princípios gerais de direito e às Leis que regem as Sociedades por Ações e às Leis a

8

54
"O Selo de Autenticidade de Atos foi afixada na última folha do documento entregue para a parte."

TABELETONATO MALUCELLE	
AUTENTICACAO	
Curitiba/PR	29 JUN. 2009
A presente cópia foi autenticada e reproduzida fiel desta face do documento original apresentado / DOU FE	
Juramentado / Autorizado	
Rua Comendador Araújo, 143 - 1401	
Fone/Fax: (41) 3232-2709	

NEGRESO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 – NIRE 41 3 00019291

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

sua espécie, bem como aos regulamentos baixados pelas autoridades competentes.

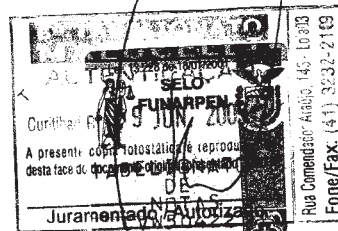
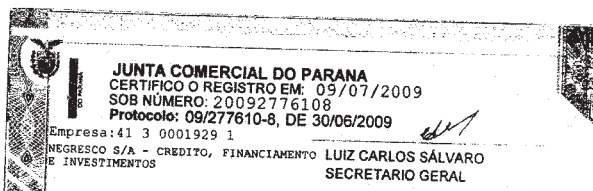
d) eleger os seguintes diretores, sem designação específica, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 2010, para coincidir com a eleição dos demais membros da diretoria: **Ricardo Franco de Souza**, brasileiro, solteiro, nascido em 29/09/1982, Administrador de Empresas, CI/RG nº 44.941.108-4 – SSP/SP, CPF/MF nº 297.409.888-65, residente e domiciliado na Rua Candido Hartmann, 465, Mercês, Curitiba, PR, CEP 80730-440 e **Enio Antonio Lena**, brasileiro, casado, contador, CI/RG nº 1053376909 – SSP/RS, CPF/MF nº 543.956.150-15, residente e domiciliado na Rua Aristides Athayde Junior, 602, apto. 801, Bigorrilho, Curitiba, PR, CEP 80730-370. Os eleitos preenchem as condições fixadas na Resolução CMN nº 3.041, de 28 de novembro de 2002, e declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil, nem a administração de sociedades mercantis e tomarão posse somente após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. 6) Encerramento: Nada mais havendo, foi encerrada a sessão. Curitiba, 08 de junho de 2009. 7) Relação dos Presentes: (a) Orlando Otto Kaesemodel Filho; Orlando Otto Kaesemodel Neto; Sérgio Shoji Yamamoto; Ricardo Franco de Souza e Enio Antonio Lena.

Certificamos que a presente é cópia fiel da ata da Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 08 de junho de 2009, lavrada a folhas 38 a 46 do livro nº 01 de Atas de Assembléias Gerais desta Instituição.

Curitiba, 08 de junho de 2009.


Orlando Otto Kaesemodel Filho
Presidente


Sérgio Shoji Yamamoto
Secretário



ATESTAMOS que este documento foi submetido a
exame do Banco Central do Brasil, em processo regular,
e a manifestação é respectiva dos atos praticados e esta
de em anexo a parte.

DELEGADO DE ORGANIZAÇÃO DO
CURTIBA/PR

Curitiba, 29 de Junho de 2009.

ANALISTA

6º TABELIONATO MALUCELLI	
AUTENTICACAO	
Curitiba/PR	29 JUN. 2009
A presente copia fotostatica e reprodução fiel desta face do documento original apresentado. DOU FE	
Juramentado / Autorizado	
Rua Comendador Araújo, 143 - Lapa III Fone/Fax: (41) 3232-2109	



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Deorf/GTCUR-2009/ 6358

Curitiba,

22 JUN 2009

INSTITUIÇÃO

Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

ENDEREÇO

Alameda Dom Pedro II, 21 - Batel

CEP/CIDADE/UF

80420-060 - Curitiba (PR)

ATO(S)

AGE de 8.6.2009

PROCESSO Nº

0901448978

DATA DO DESPACHO

22 JUN 2009

ASSUNTO(S) APROVADO(S) POR ESTA AUTARQUIA:

1. ELEIÇÃO DA:

- a. Diretoria, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 2010:

CPF:

543.956.150-15

297.409.888-65

Nome:

Enio Antônio Lena

Ricardo Franco de Souza

Cargo:

Diretor

Diretor

2. Alteração do capital para R\$7.000.000,00.

3. Reforma estatutária.

OBSERVAÇÃO(ÕES):

1. Atentar para os procedimentos que devem ser adotados por V. Sas. referentes às informações, a serem prestadas diretamente no sistema Unicad, relativas aos ocupantes dos cargos estatutários dessa instituição, constantes do Sisorf 4.14.70 (www.bcb.gov.br/?Sisorf).

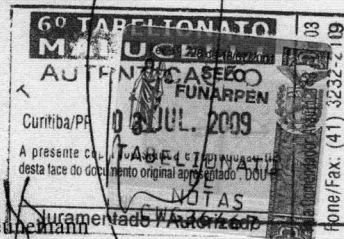
ANEXO(S):

Documento relativo ao ato para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em Curitiba

Paulo de Tarso Freitas e Silva
Gerente-Técnico

Lara Betine Scheuermann
Coordenador



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Declaração da Instituição Intermediária e da Instituição Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

DECLARAÇÃO

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.201.501/0001-61, na qualidade de instituição administradora do FIDC FINANCEIROS

CREDIPAR I (09.630.103/0001-00),

("Fundo") e responsável pela distribuição pública da primeira emissão de quotas seniores do Fundo ("Oferta" e "Quotas", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta; (ii) o prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Ademais, as informações eventuais ou periódicas que venham a integrar o prospecto da Oferta, serão suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2008

José Carlos Lopes Xavier de Oliveira
Diretor-Presidente

Luísa Saboia
Procuradora

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Demonstrações Financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007,
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V. constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

NEGRESO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**
(Valores expressos em milhares de reais)

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis.



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores
Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180

Tel.: +55 (41) 3112-2170
Fax.: +55 (41) 3112-2170
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Negresco S.A. – Crédito, Financiamentos e Investimentos em 31 de dezembro de 2008, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparabilidade, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do respectivo exercício, foram examinadas por outros auditores independentes, que sobre elas emitiram parecer sem ressalva em 31 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de Janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram elaboradas de acordo ao Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08, e estão sendo reapresentadas com os respectivos ajustes para fins de comparação entre os exercícios.



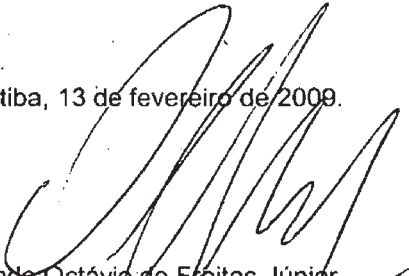
BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

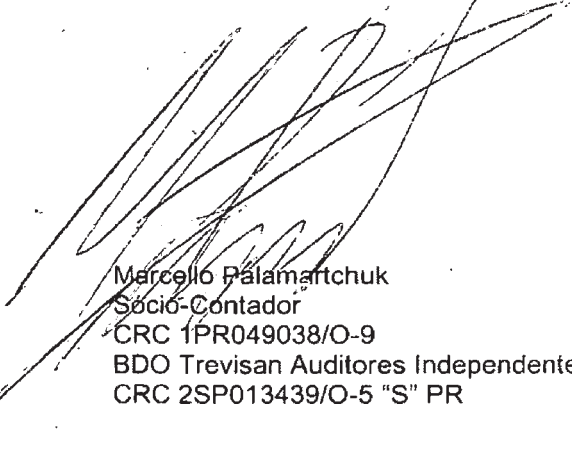
Aos Administradores e Acionistas
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

5. A demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2009.



Oriando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-Contador
CRC 1SP178871/O-4 "S" PR
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR



Marcelo Palamartchuk
Sócio-Contador
CRC 1PR049038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" PR

QUADRO 1

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007 (reclassificado)	PASSIVO	2008	2007 (reclassificado)
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades (nota 6)	541	5.131	Recursos de aceites cambiais (nota 13)	11.825	32.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6)	3.701	5.653	Obrigações diversas (notas 4 e 12)	4.247	6.222
Operações de crédito (nota 7)	57.322	82.264	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	51	39
Outros créditos (notas 4 e 8)	11.829	1.563	Obrigações sociais e estatutárias	11	3.613
Total do ativo circulante	73.193	74.611	Obrigações fiscais e tributárias (nota 14)	406	3.538
NÃO CIRCULANTE			Total do passivo circulante	16.340	45.614
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			NÃO CIRCULANTE		
Operações de crédito (nota 7)	1.937	3.088	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	1.937	3.088	Recursos de aceites cambiais (nota 13)	49.905	25.225
			Total do passivo não circulante	49.905	25.225
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 15)		
Investimentos	103	85	Capital social (nota 15a)	5.000	5.000
Intobilizado (nota 8)	1.112	711	Reserva legal (nota 15b)	1.000	1.000
Intangível (nota 10)	1.181	801	Reserva especial de lucros (nota 15c)	6.111	3.870
Diferido (nota 11)	830	1.213	Lucros acumulados		
Total do ativo não circulante	3.226	2.810	Total do patrimônio líquido	12.111	9.870
	5.163	5.898			
TOTAL DO ATIVO	78.358	80.509	TOTAL DO PASSIVO	78.358	80.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007, E PERÍODO INICIADO EM 1º DE JANEIRO E FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º.01.2008 a 30.06.2008	1º.01.2008 a 31.12.2008	1º.01.2007 a 31.12.2007 (reclassificado)
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de crédito	31.145	56.627	49.903
Resultado de títulos e valores mobiliários	128	280	126
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Operações de captação no mercado	(4.607)	(8.256)	(9.868)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.822)	(24.604)	(15.633)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.844	24.047	27.508
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	61	316	338
Despesas de pessoal	(436)	(827)	(1.043)
Outras despesas administrativas	(10.062)	(17.230)	(11.541)
Despesas tributárias	(1.230)	(2.256)	(2.083)
Outras receitas operacionais	630	893	386
Outras despesas operacionais	(272)	(324)	(253)
	(11.309)	(19.428)	(14.196)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	2.53	4.619	13.312
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(179)	(1.573)	(4.722)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.356	3.046	8.590
Quantidade de ações no final do exercício	5.000	5.000	5.000
Lucro por lote de mil ações de capital no final do semestre/exercício	0,47	0,61	1,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

QUADRO 3

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva especial de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	5.000	771		1.200	6.971
Ajustes de exercícios anteriores					
Lucro do exercício				171	171
Destinação do resultado:				8.590	8.590
• Constituição de reserva legal - 5%		229		(229)	
• Distribuição de dividendos				(5.618)	(5.618)
• Juros sobre o capital próprio				(444)	(444)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 - (reclassificado)	5.000	1.000		3.670	9.670
Lucro do exercício				3.046	3.046
Destinação do resultado:					
• Constituição de reserva especial de lucros			6.111	(6.111)	
• Juros sobre o capital próprio				(605)	(605)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	5.000	1.000	6.111		12.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

NEGRESCO S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2008	2007
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	3.046	8.590
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores		171
Depreciações e amortizações	719	350
	3.765	9.111
Redução (aumento) nos ativos:		
Operações de crédito	6.093	(6.202)
Despesas antecipadas		5
Outros créditos	(10.066)	(31)
	(3.973)	(6.228)
Aumento (redução) nos passivos:		
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	12	12
Obrigações sociais e estatutárias	(3.602)	1.561
Obrigações fiscais e tributárias	(3.132)	685
Obrigações diversas	(1.978)	3.838
	(8.698)	5.096
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES (APLICADOS) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.906)	8.979
FLUXOS DE CAIXA APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(1.135)	(2.953)
RECURSOS LÍQUIDOS APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.135)	(2.953)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Depósitos interfinanceiros		(1.123)
Recursos de aceites cambiais	4.103	10.662
Dividendos distribuídos		(5.618)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(504)	(444)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.499	3.477
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(6.542)	9.503
Disponibilidades no início do exercício	10.784	1.231
Disponibilidades no final do exercício	4.242	10.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NEGRESCO S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às Instituições da mesma natureza.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Negresco S.A. Crédito Financiamento e Investimentos foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas pela primeira vez no exercício de 2008, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável, provisão para contingências, outras provisões, e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

Mudança da Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade e atribui à Comissão de Valores Mobiliários – CVM a prerrogativa de emitir normas para as companhias de capital aberto.

A Negresco está adotando pela primeira vez a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. As principais alterações introduzidas pela Lei têm aplicação a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008 e referem-se a: (i) substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; (ii) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos não-circulantes; (iii) introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo; e (iv) segregação do ativo permanente em ativo imobilizado e ativo intangível.

As alterações acima não ocasionaram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Negresco em 31 de dezembro de 2008, no cenário econômico atual, todavia, permanece acompanhando as normatizações que estão sendo elaboradas pelos órgãos reguladores para determinar com segurança os efeitos da adoção plena da nova lei.

Adicionalmente, em atendimento à MP 449/2008 e conforme Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 02 de 30 de janeiro de 2009 (OCPC no 02) e Pronunciamento Técnico nº 04 (Ativo Intangível) do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificados para propiciar uniformidade e comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2007 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade estão demonstrados a seguir:

	31.12.2007	
	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificado</u>
<u>Ativo permanente</u>		
Imobilizado	1.512	711
Intangível		801
<u>Resultado não operacional</u>		
Despesas não operacionais	(66)	
Outras despesas operacionais	(187)	(253)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da instituição, emanadas das disposições da legislação societária, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacam-se:

a. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Negresco.

b. Apuração do resultado, ativos e passivos circulante e a longo prazo

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

- a) Operações de crédito – estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial.

- b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - foi constituída nos termos da resolução nº 2.682 de 21/12/99, do Banco Central do Brasil, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber; levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de Provisão
AA	Até 14 dias	
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 à 30 dias	1,00%
C	De 31 à 60 dias	3,00%
D	De 61 à 90 dias	10,00%
E	De 91 à 120 dias	30,00%
F	De 121 à 150 dias	50,00%
G	De 151 à 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

f. Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da instituição.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, a taxas fixadas por espécie de bens, de acordo com a nota explicativa número 9. O Imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

g. Ativo Intangível

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa mencionada na nota explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos intangíveis. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido ao *impairment test*.

h. Ativo Diferido

É demonstrado ao custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguéis. A administração entende que o diferido não supera seu provável valor de recuperação, foi submetido ao *impairment test* e desta forma não será revertido.

i. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

k. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parte deste lucro que excedeu a R\$ 240 mil (cento e oitenta mil reais), e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A Medida Provisória (MP) n.º 413, de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei n.º 11.727 de 23 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das empresas do setor financeiro de 9% para 15% do lucro tributável a partir de 1º de maio de 2008.

De acordo com a Medida Provisória n.º 449/08, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN n.º 3.535, de 31 de janeiro de 2008, e nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 22, do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON, combinados com a Deliberação CVM n.º 489/05, da seguinte forma:

- a) Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- b) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, levando em conta a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os montantes discutidos são quantificados, provisionados e atualizados mensalmente.

4. COMPOSIÇÃO DE SALDOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

a) Ativo circulante

Outros créditos

Diversos

Devedores depósitos em garantia	48
Impostos e contribuições a compensar	346
Devedores diversos país	68
Títulos e créditos a receber	11.167
	<u>11.629</u>

b) Passivo circulante

Outras obrigações

Diversas

Obrigação por aquisição de bens	173
Provisão para pagamentos a efetuar	239
Provisão para contingências	389
Credores diversos país	3.446
	<u>4.247</u>

5. DISPONIBILIDADES

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Banco do Brasil S.A.	113	50	56
Banco Bradesco S.A.	374	522	4.926
Banco Itaú S.A.	31	30	45
Caixa Econômica Federal	6	4	12
Banco HSBC S.A.	17	22	92
	<u>541</u>	<u>628</u>	<u>5.131</u>

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
DI - não ligadas	3.704	800	5.655
(-) Rendas a apropriar	(2)		(2)
	<u>3.702</u>	<u>800</u>	<u>5.653</u>

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDA EM CRÉDITO

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2008, estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

a) Por níveis de risco e vencimento

DEMONSTRATIVO DE CLASSIFICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (R\$ mil)							
Classificação	Situação	Atraso em dias	% Provisão	Tipo de pessoa		Total	Provisão
				Jurídica	Física		
AA	Normal						
A	Normal	De 0 a 14	0,50%	963	48.483	49.446	375
B	Normal		1,00%	5	642	647	
	Vencido	de 15 a 30	1,00%	4	3.454	3.458	67
C	Normal		3,00%		183	183	
	Vencido	de 30 a 60	3,00%		2.828	2.828	129
D	Normal		10,00%	23	47	70	
	Vencido	de 60 a 90	10,00%	17	2.451	2.468	337
E	Normal		30,00%		19	19	
	Vencido	de 90 a 120	30,00%	5	2.369	2.374	947
F	Normal		50,00%		16	16	
	Vencido	de 120 a 150	50,00%	16	2.279	2.295	1.529
G	Normal		70,00%		10	10	
	Vencido	de 150 a 180	70,00%	1	2.162	2.163	1.890
H	Normal		100,00%		34	34	
	Vencido	Acima de 180	100,00%	37	12.959	12.996	14.474
Total				1.071	77.936	79.007	19.748

8. OUTROS CRÉDITOS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Adiantamentos a funcionários		3	
Devedores por depósitos em garantia	48	48	106
Impostos e contribuições a compensar	346	11	8
Títulos e créditos receber	11.167	3.842	847
Devedores diversos no país	68	409	602
	11.629	4.313	1.563

9. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Custo líquido	
				2008	2007
Móveis e equipamentos de uso	10%	888	(104)	784	577
Equipamentos de comunicação	10%	313	(72)	241	134
Direitos de uso sistemas de comunicação	10%	106	(19)	87	
		<u>1.307</u>	<u>(195)</u>	<u>1.112</u>	<u>711</u>

De acordo com o CPC 01 "Redução do Valor Recuperável dos Ativos" os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2008, com base em cálculos efetuados, não foram identificados ajustes que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação.

10. ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				2008	2007
Sistema de processamento de dados	20%	1.589	(440)	1.149	749
Sistema de transporte	20%	35	(3)	32	52
		<u>1.624</u>	<u>(443)</u>	<u>1.181</u>	<u>801</u>

11. DIFERIDO

	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Custo líquido	
				2008	2007
Gastos de organização e expansão	20%	1.368	(538)	830	1.213
		<u>1.368</u>	<u>(538)</u>	<u>830</u>	<u>1.213</u>

Registram valores relativos a gastos com organização e expansão que conforme permitido pela legislação contábil em vigor (OCPC nº 02 "Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis"), permanecerão nesse grupo até a sua realização, cuja amortização não será em prazo superior a 10 anos.

12. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Salários a pagar	2		7
Contratos a pagar	2.303	5.282	3.538
Contratos de leasing a pagar	980	727	829
Outros credores	161	216	154
Provisão para contingências	389	231	173
Provisão de pagamentos a efetuar	239	1.000	416
Obrigações por aquisição de bens	173	264	242
Contas a pagar Crediparaná			863
	<u>4.247</u>	<u>7.720</u>	<u>6.222</u>

As provisões para contingências foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os saldos em 31 de dezembro de 2008 foram constituídos em montante considerado suficiente eventuais perdas e referem-se, substancialmente, a ações cíveis indenizatórias.

13. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Letras de câmbio	<u>61.530</u>	<u>60.385</u>	<u>57.427</u>
	<u>61.530</u>	<u>60.385</u>	<u>57.427</u>

Rubrica está composta por saldos relativos à emissão de 219 Letras de Câmbio emitidas pela Instituição, no valor total de R\$ 61.530 (R\$ 57.427 em 31 de dezembro de 2007), pactuadas junto a partes relacionadas, a taxas usuais de mercado, cuja remuneração é realizada à taxa de 100% do CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros.

A composição em 31 de dezembro de 2008 do saldo relativo às letras de câmbio, por vencimento é assim apresentada:

	Vencimento				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	
Recursos de aceites cambiais	79	11.546	8.239	41.666	61.530

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2008		2007
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Provisão para IRPJ e CSLL		406	3.045
IRRF retido na fonte a recolher	106	41	32
PIS, Cofins e CSLL retidos a recolher	14	33	28
INSS a recolher	14	12	18
FGTS a recolher	4	3	4
Cofins a recolher	152	224	295
PIS a recolher	25	35	48
Outros	91	1	68
	<u>406</u>	<u>755</u>	<u>3.538</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.000.000 (Idem em 30 de junho de 2008), representadas por 5.000.000 de ações nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no País.

Em 11 de março de 2008, através de Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, os acionistas da Sociedade, alienaram 49% (quarenta e nove por cento) da sua posição acionária, à Trade Capital Participações Ltda.. A Administração da Sociedade aguarda autorização do Banco Central para formalizar a referida alteração societária, bem como efetuar os registros nos respectivos atos societários.

b. Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 1.000 (idem em 2007), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado.

c. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Em conformidade com o artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 6.111, foi transferido para constituição da reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído, cuja destinação será deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Instituição não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registradas em contas de compensação ou patrimoniais que se destinem a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Instituição podem ser considerados como:

- Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Negresco atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

- Risco de mercado

Os riscos de mercado são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança.

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros

Operações de crédito prefixadas foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pela Negresco em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

18. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA/LAJIDA – INFORMAÇÃO ADICIONAL

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	3.046	8.590
(+) IRPJ e CSSL	4.722	1.573
(+) depreciação/amortização	719	350
LAJIDA (EBITDA) *	8.487	10.513

* LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

* EBITDA - Earning before interest, tax, depreciation and amortization

DIRETORIA

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Diretor

Eduardo Alexandre Novakowski – Diretor

Sergio Shoji Yamamoto – Diretor

CONTADOR

Enio Antonio Lena
CRC (PR) 044136/O-7
CPF 543.956.150-15

ANEXO VI

Suplemento da 1ª Série de Cotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Este Anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" constituído em 10 de Junho de 2008, por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer mudança em seu conteúdo implica alteração do Regulamento.

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

1. O presente documento constitui o suplemento nº 01 (um) ("Suplemento") referente às Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série emitidas nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros Credipar I" e posteriores alterações, originalmente registrado sob o nº 1111315 no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.630.103/0001-00 e administrado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Instituição Administradora").
2. Serão emitidas nos termos deste Suplemento e do Regulamento, 60.000 (sessenta mil) Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série no valor de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, na data da primeira subscrição de Cotas da presente Série ("Data de Subscrição Inicial").
3. O prazo de duração desta 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses.
4. Na subscrição de Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série em data diversa da Data de Subscrição Inicial será utilizado o valor da Cota de mesma Série em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, em sua sede ou dependências, calculado conforme o disposto no Regulamento.
5. A remuneração das Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série será calculada de acordo com a cláusula 16 do Regulamento, e com a fórmula definida abaixo:

$$VN = VNe \times [((\text{FatorDI} - 1) + \text{Fator de Adição}) + 1]$$

sendo que:





BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

114075111-08-09

VN = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no final do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = valor unitário da Cota Sênior, ou seu saldo não amortizado, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produto das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 6 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro;

TDIk = Taxa DI de ordem k relativa ao período dk, calculada com 6 (seis) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1,$$

sendo que:

k = 1, 2, ..., n

DIk = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 6 casas decimais; e

dk = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

Fator de Adição = Fator de ordem k relativa ao período dk, calculada com 6 (seis) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$FA = \left(\frac{FA_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$



114075111-08-09

sendo que:

$k = 1, 2, \dots, n$

$FA_k = 3\%$; e

dK = número de Dias Úteis correspondentes ao prazo de validade da FA, sendo "dk" um número inteiro e na Data de Emissão correspondente a 1; e

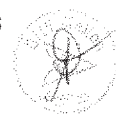
n = número de Dias Úteis entre a próxima data de Amortização e a data de Amortização anterior, sendo "n" um número inteiro; e

$N = 252$.

5.1 Observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 6 casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produto dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 6 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 6 casas decimais, com arredondamento; e
- iv) o fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} + \text{Fator de Adição})$ é considerado com 6 casas decimais, com arredondamento.

5.2 Define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para distribuição de resultados imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista da distribuição de resultados correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os rendimentos correspondentes aos Períodos de Capitalização serão incorporados ao valor da cota no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Os Períodos de Capitalização têm seus prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que: (i) o primeiro Período de Capitalização inicia-se na data de subscrição e integralização das cotas do Fundo, e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada



11-0751 11-08-09

naquela data; e (ii) os Períodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do período anterior, entendendo-se como o novo período em vigor o prazo desta taxa.

5.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da valorização prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Período de Capitalização.

5.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, deverá convocar Assembleia Geral para definir o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor das Cotas previsto no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Período de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral.

6. A partir do 5º (quinto) dia útil do 2º (Segundo) mês calendário após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, as Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série serão amortizadas mensalmente pelo valor correspondente à variação positiva acumulada do valor da Cota Sênior, entre a Data de Subscrição Inicial, no caso da primeira parcela de amortização, ou a data de pagamento da última parcela de amortização, nos demais casos, e o último dia útil anterior à data de pagamento da parcela de amortização em referência.

7. Adicionalmente, a partir do 5º (quinto) Dia Útil do 12º (Décimo Segundo) mês após o mês de início da Subscrição Inicial de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha recursos, o valor do principal das Cotas Seniores da 1ª Série (primeira) será amortizado mensalmente em 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais.

8. Os termos definidos utilizados não expressamente definidos neste Suplemento terão significado idêntico ao que lhes é atribuído no Regulamento.

9. O presente Suplemento, uma vez assinado pela Instituição Administradora, constituirá parte integrante do Regulamento e por ele será regido, devendo prevalecer as disposições deste Suplemento em caso de qualquer conflito ou controvérsia em relação às disposições do Regulamento. As Cotas Seniores da 1ª (primeira) Série terão os poderes, direitos, prerrogativas, privilégios, deveres e obrigações atribuídos às demais Séries em circulação, exceto com relação aos



BNY MELLON
SERVIÇOS FINANCEIROS

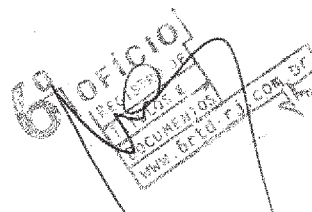
114075111-88-69

prazos e valores de amortização e resgate, bem como a remuneração, especificados e expressamente previstos neste Suplemento.

10. O presente Suplemento deverá ser averbado nos registros do Regulamento no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2009.

 
**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estruturação

HAMPTON SOLFISE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA EMPRESARIAL LTDA.

Rua Iguatemi, nº 192, Sala 14
São Paulo - SP

Instituição Administradora e Intermediária

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ

Gestora

BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA.

Avenida Borges de Medeiros, nº 633, salas 401, 402 e 403
Rio de Janeiro - RJ

Agente Autônomo Contratado

HAMPTON SOLFISE AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTO LTDA.

Rua Iperoig, nº 382 sala 101
São Paulo - SP

Auditoria

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar
São Paulo - SP

Custodiante

BANCO BRADESCO S.A.

Avenida Yara, s/n
São Paulo - SP

Assessoria Legal

LEVY & SALOMÃO ADVOGADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2601, 12º andar
São Paulo - SP

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555